



MATERIALIZANDO *Conhecimentos*

Revista Eletrônica



A REVISTA

A **Revista Eletrônica Materializando Conhecimentos** compartilha as produções selecionadas pelo projeto Construindo um Olhar Científico sobre o Mundo de Produção e Apresentações Científicas do Colégio Mãe de Deus.

Este projeto tem como objetivo o aprofundamento e enriquecimento em nível cognitivo para além da sala de aula das turmas de 3^ª série do Ensino Médio do Colégio Mãe de Deus, através de um trabalho interdisciplinar de produção e exposição do produzido, em nível de conhecimento, através da elaboração de um Artigo Científico.

O PROJETO

Projeto de Produção e Apresentações Científicas

"A sociedade do conhecimento é uma sociedade aprendente, que com a vida, se flexibiliza, se adapta, instaura redes de relações e cria. Educar é fazer experiências de aprendizagens pessoal e coletiva."
(Leonardo Boff)

O Projeto de “Produção e Apresentação Científicas” surgiu no intuito de dispor, aos alunos da 3^ª série, a oportunidade de vivenciarem momentos, dispostos ao longo do ano, de aprofundamento e enriquecimento em nível cognitivo para além da sala de aula. Tal proposição encontrou respaldo, em especial, no corpo docente da área de Ciências do Colégio Mãe de Deus a partir da preocupação destes em proporcionar aos alunos da 3^ª série uma alternativa mais adaptada ao seu perfil estudantil (faixa etária) no que tange à expressão de seu conhecimento para que vivenciem um espaço interdisciplinar de produção e exposição do produzido, em nível de conhecimento, num formato de elaboração de um Artigo Científico.

O jovem é sedento de, a partir da sua lógica, expor o seu pensamento sobre as coisas, o mundo e sobre si mesmo. O que este projeto visa é normatizar, sistematizar essas reflexões, que são inerentes à esta faixa etária, transformando-as em elaborações científicas. Não há lugar mais apropriado que a escola para se “dar à luz”, “deixar-ser” o conhecimento e o Projeto Produção e Apresentação Científicas formatará o que, espontaneamente, já faz parte da busca de todo o jovem existencialmente imbricado neste universo que vive qual seja: “Saber dizer a sua palavra”.

O que não é falado, o que não pode ser falado é como se não existisse. Possibilitar que o aluno terceiroanista possa pesquisar, produzir conhecimento e expor o produzido para os seus pares e, permitir que ele seja mais ser, mais humano, e que o humano no ser, nele, se materialize-se cada vez mais e melhor.

Este projeto visa qualificar a relação ensino-aprendizagem no Colégio Mãe de Deus, pois irá disponibilizar um tempo e um espaço de possibilidade de criação e intelecção privilegiados para os alunos. É um diferencial, pois, ao antecipar os dias letivos, objetivará, em momentos de quebra da rotina escolar, um formato mais criativo, lúdico, atraente e potencializador dos saberes dos alunos. Dessa forma, todas as áreas e todas as disciplinas são convidadas para atuarem, via a produção cognitiva de seus alunos, neste projeto.

Os objetivos são:

- Vivenciar momentos sistemáticos de inter-relação de conhecimentos, oportunizando espaços de criação, pesquisa e científicidade.
- Oportunizar espaços de reflexão e criação para o desenvolvimento de arte e da cultura.

Como forma de dar visibilidade ao material elaborado, foram reunidos e selecionados os artigos científicos produzidos pelo projeto e publicados nesta revista eletrônica.

PERFIL EDITORIAL

“A utopia é como o horizonte.
Nós o vemos ao longe, nunca o alcançaremos,
mas serve para que continuemos
a caminhar.” (Fernando Berri)

A Revista Eletrônica “Materializando Conhecimentos” é uma publicação acadêmica focada em divulgar o conhecimento científico e intelectual produzido pelos alunos da terceira série do Ensino Médio do Colégio Mãe de Deus. Nossa objetivo é oferecer um espaço onde os estudantes possam expressar suas ideias, compartilhar descobertas e contribuir para o desenvolvimento intelectual e social da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Em sua missão, a revista busca encorajar o desenvolvimento do pensamento crítico, a pesquisa acadêmica e a escrita criativa entre os estudantes. Neste projeto incentivamos a produção de conteúdos que refletem a diversidade de interesses e talentos dos alunos, ao mesmo tempo em que abordam questões relevantes para a sociedade contemporânea. E, aspiramos que esta publicação seja uma plataforma respeitada e reconhecida pela qualidade de suas publicações, fomentando a cultura do conhecimento e a troca de ideias no ambiente escolar e além dele.

Como parte integrante do projeto “Construindo um olhar científico sobre o mundo” a revista tem como princípios:

- Excelência: Garantir a qualidade e a precisão das informações publicadas, valorizando o rigor acadêmico e a clareza na comunicação.
- Inovação: Promover a criatividade e a originalidade em todas as áreas de conhecimento, incentivando abordagens novas e perspicazes.
- Inclusão: Fomentar um ambiente de respeito e diversidade, onde todas as vozes e perspectivas sejam ouvidas e valorizadas.
- Compromisso Social: Estimular a reflexão sobre questões sociais e éticas, incentivando os alunos a desenvolverem soluções e propostas de intervenção para os desafios enfrentados pela sociedade.

A Revista Materializando Conhecimentos é, portanto, um veículo de expressão e aprendizado, que busca não só valorizar a produção intelectual dos alunos, mas também servir como um ponto de encontro para ideias que transformam e enriquecem a sociedade.

Sabemos que o trabalho não se encerra aqui, e que o projeto ainda pode ser aprimorado em vários aspectos, conforme as diretrizes pedagógicas e as expectativas de cada estudante.

Continuamos com a utopia e o desejo de transformar nossa realidade através da educação e dos valores de justiça, paz, solidariedade e responsabilidade social.

Boa leitura!

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos para serem publicados precisam seguir as normas para Elaboração do Artigo Científico que seguem:

Título do artigo

Nome completo dos autores:

Registrar o nome completo dos autores em ordem alfabética.

Epígrafe:

Escolher uma frase que sintetize o trabalho (não precisa ser da autoria do grupo).

Resumo e abstract:

É necessário conter os objetivos do artigo, a metodologia e os resultados alcançados. Não deve conter citações. Deverá ser escrito sem recuo de parágrafo, entre linhas simples. (Contendo entre 8 e 10 linhas).

Palavras-chave: 3 ou 4 palavras que representem os principais conceitos do trabalho.

Introdução:

Deverá conter a descrição dos seguintes elementos:

Conceituação do tema; o objeto de estudo; a justificativa (motivos que levaram a escolha e a importância do tema na atualidade), o problema de pesquisa e o objetivo pretendido (geral e específicos).

Referencial Teórico (subitens):

O referencial teórico é a parte principal e mais extensa da pesquisa. Deverá conter a fundamentação teórica sobre o assunto em estudo. É importante usar os conceitos essenciais da teoria que visam explicar ou esclarecer o problema de pesquisa. No referencial é importante usar tópicos e subtópicos para fundamentar a pesquisa. Pode-se também fazer uso de citações diretas longas e curtas e citações indiretas, para reforçar e fundamentar as ideias apresentadas.

Metodologia:

Deverá conter o método utilizado, as técnicas escolhidas, a análise dos dados encontrados, (usar citações para validar a sua metodologia). Caso o trabalho não possua pesquisa de campo, a metodologia não precisa ser colocada como subitem. Ela pode ser incluída na introdução, informando que o método utilizado é o bibliográfico.

Resultados:

Apresentar os resultados encontrados na pesquisa. Nesta parte do artigo podem aparecer tabelas e gráficos derivados do trabalho de análise. Caso o trabalho não possua pesquisa de campo, este tópico não precisa aparecer no trabalho.

Considerações Finais:

Apresentar as respostas ao problema de pesquisa, os objetivos e validação das hipóteses levantadas durante a pesquisa. É o fechamento do artigo, no qual o autor precisa trazer as contribuições mais significativas em torno do tema pesquisado.

Referências:

Utilizar no mínimo 3 livros.

Conter uma lista ordenada de todas as obras citadas no artigo.

Estar de acordo com as Normas da ABNT.

As referências têm espaçamento simples e duplo entre si.

As referências são apresentadas em ordem alfabética de autor e alinhadas somente à margem esquerda.

Anexos/Apêndices:

Espaço destinado a inclusão dos textos dos anexos ou apêndices. Não é obrigatório.

Estrutura textual:

O texto deve:

Apresentar coesão e coerência.

Seguir a formatação do modelo apresentado pelos educadores e as normas da ABNT.

Manter a estruturação de parágrafos de forma sequencial.

Demonstrar o estudo que foi realizado (pesquisa bibliográfica ou de campo).

Regras gerais e de formatação:

Tamanho do papel: A4 (21,0 cm x 29,7 cm);

Margens: 3 cm superior e esquerda, 2 cm inferior e direita.

Cor da fonte: preta em todo o trabalho

Fonte do texto: Verdana

Tamanho da fonte do corpo do texto: 12 pts

Tamanho da fonte de 10 pts para:

- Citações longas;
- Notas de rodapé;
- Abstract;
- Palavras-chaves;

Espaçamento entre linhas 1,5 para todo corpo do texto e de 1,0 (simples) para:

- Citações diretas (mais de 3 linhas);
- Notas de rodapé;
- Resumo;
- Notas de Rodapé;
- Abstract;

- Legendas dos elementos especiais (gráficos, figuras, quadros e tabelas)
- Referências Bibliográficas.

Tamanho do texto:

Mínimo de páginas: 7 páginas

Citações:

Citação é a inclusão no texto de informações extraídas de outras fontes. As citações podem ser curtas ou longas, diretas ou indiretas.

Citações curtas: (até três linhas) entram no alinhamento normal do texto, como parte de um parágrafo, entre aspas.

Citações longas: (mais de três linhas) devem ser destacadas do parágrafo (três espaços simples entre o parágrafo anterior e o posterior), recuadas (cerca de 4 cm da margem esquerda), sem entrada de parágrafo, digitadas em espaço simples e com tamanho de letra menor.

Citação direta: é a transcrição literal de um texto ou parte do texto de um autor, que conserva grafia, pontuação e língua originais.

Citação indireta: é um texto redigido pelo autor do trabalho, mas que mantém fielmente as ideias originais de outros autores. A citação indireta pode ser uma condensação, ou seja, uma síntese ou resumo de um texto maior, sem alterar a ideia original do autor. É escrita sem aspas, com o mesmo espaçamento e o mesmo tipo de letra do texto em que está sendo utilizada.

Observações:

Para visualizar artigos produzidos na escola, acesse o site do Colégio Mãe de Deus e clique no link da Revista.

Os trabalhos deverão ser enviados para o e-mail: tarefasdehistoria@gmail.com

Referência:

SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 7^aed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CONTATO

Rua Dr. Mário Totta, 1252.

Bairro Tristeza – Porto Alegre/RS

CEP 91920.030

Telefone: Fone/Fax: (51) 3268.5525

Email: webmaster@colegiomaededeus.com.br

Exemplar:

Novembro de 2022

Vol. 11 Nº 1

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica Materializando Conhecimentos compartilha através de seu **volume 11** as produções, em forma de artigos, selecionadas pelo projeto Construindo um Olhar Científico Sobre o Mundo do Colégio Mãe de Deus.

Este projeto tem como objetivo o aprofundamento e enriquecimento em nível cognitivo, para além da sala de aula, das turmas de 3^a série do Ensino Médio, através de um trabalho interdisciplinar de produção e exposição do conhecimento produzido por meio da elaboração de um Artigo Científico.

EDITORIAL

XI Volume da Revista Materializando Conhecimentos

“Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre” (PAULO FREIRE).

É com alegria que estamos retornando aos poucos a vivenciar e experienciar o encontro com o outro e ressignificar os conhecimentos alicerçados no cotidiano da escola e da comunidade em que fazemos parte, a partir de um olhar pesquisador, o qual entrelaça o conhecimento prático e teórico através das diferentes investigações realizadas.

As tecnologias modificaram nossas relações e têm tido papel fundamental no acesso que temos a novas informações todos os dias, assim precisamos estar preparados para acessar, processar e avaliar essas informações, a partir do exercício de habilidades que desenvolvem o discernimento entre o verídico e plausível ou não.

A interação que realizamos atualmente, por intermédio do uso das tecnologias, nos permitem aprimorar nosso percurso investigativo, através da interação professor-aluno, aluno-aluno, acesso a documentos, embasamento de especialistas entre outras possibilidades, assim como é um importante recurso para a publicação destes achados, aqui registrados na forma de artigo.

O desafio de nossa unidade de ensino, diz respeito a formar alunos capazes de tornar suas aprendizagens significativas, aprender a perguntar, exercer sua criatividade, protagonismo da busca, apropriando-se e modificando realidades, interagindo com o objeto de estudo-conhecimento, tomando consciência da importância de seu papel como parte da transformação do mundo em algo melhor, na busca do bem comum e da convivência fraterna, aprofundando e aguçando seu olhar, tendo em vista que “O mundo se tornou mais complexo; o mundo se tornou mais difícil de ser captado” (LEANDRO KARNAL).

Os últimos tempos nos fizeram perceber que o ser humano é um todo, integral, um ser complexo dotado de cognição e razão que precisa ter suas habilidades sócio-emocionais, criativas e inovadoras também desenvolvidas.

Essa revista faz parte de um esforço coletivo de alunos, professores e demais educadores na busca de mostrar o quanto complexa é a vida cotidiana e a sociedade em que vivemos e o quanto pode ser produtivo, significativo e desafiador esse processo de escolher um tema, formular o problema e o modo de enfrentá-lo, buscar aporte teórico a partir do conhecimento existente na área, coletar e analisar dados, sintetizar os achados, tirar conclusões, desenvolver a escrita e organizá-la de acordo com as normas padrões, para então compartilhar estas produções.

Ela é também o resultado do olhar de jovens estudantes, da 3ª série do Ensino Médio, envolvendo problemáticas sociais de seu cotidiano a partir de uma investigação científica envolvendo método e organização, dinamismo, criatividade, capacidade de questionar, protagonismo, adaptabilidade e uso de linguagem apropriada.

Nesta edição as temáticas abordadas versam sobre: educação, tratando da pedagogia Waldorf e sobre a padronização de ensino, cultura do cancelamento e seu impacto na sociedade, o uso de agrotóxicos e seus riscos a saúde humana e ao meio ambiente e também sobre sistemas de poder, participação popular e elitismo.

O trabalho foi realizado com muita seriedade, dedicação e cuidado, a partir de temas atuais, por meio de textos coerentes e embasados no referencial estudado.

Percebemos através da leitura dos artigos que há esforço, compromisso, dedicação e cuidado para com o leitor, no exercício da capacidade de aprender, realizada pelos alunos, no processamento das informações, aprendizagem e apropriação de novos conhecimentos.

Assim, a escola é espaço de construção e reconstrução de aprendizagens no ir e vir do processo de ensinar e aprender e ressignificar.

Tenham todos uma boa leitura!

COMITÊ EDITORIAL

XI Volume da Revista Materializando Conhecimentos

Coordenação pedagógica do projeto/revista:
Salete Salvalaggio

Comissão organizadora e revisão:
Mary Lúcia Pedroso Konrath
Ricardo Antônio da Silveira
Salete Salvalaggio
Simone Camargo Gimenes

Escrita do Perfil Editorial:
Ricardo Antônio da Silveira

Escrita do Editorial:

Mary Lúcia Pedroso Konrath

Revisão dos abstracts dos artigos:

Ana Carolina Wendling Alves

Manuela Barreto Siebert

Stephanie Saldanha Rodrigues

Professores:

Adriele Albuquerque de Souza

Alexandre dos Santos da Rosa

André Vinicius Siqueira

Carolina Marques Barboza Bossle

Guilherme Guedes Oliveira

Ivana Amorim da Silva

Letícia Granado Gross

Renato Preissler Loureiro Chaves

Ricardo Antônio da Silveira

Simone Camargo Gimenes

Tais Nicolao

Vivian Soares Wouters

Equipe de Serviços da Etapa:

Ananda Jung

Maria Ester Homem Machado

Meridiane Brum

Salete Salvalaggio

Simone Camargo Gimenes

Edição do conteúdo da revista:

Mary Lúcia Pedroso Konrath

Edição gráfica do logo da revista:

Caroline Hiwatashi Dayrell

Lisiane Pivetta de Oliveira

Diretora:

Ir. Sueli Rosane Gonzatti

» EDIÇÃO 2022 – ARTIGOS

► A PEDAGOGIA WALDORF COMO UMA ALTERNATIVA EDUCATIVA ÀS AMARRAS DO ENSINO TRADICIONAL BRASILEIRO.....	11
Manoela Bica Campello Cimador	
► CULTURA DO CANCELAMENTO E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE.....	40
Guilherme Sulzbach Guimarães	
João Francisco Saldanha Ferrari	
► PADRONIZAÇÃO DO ENSINO.....	55
Endaira Vargas Dias	
Maurício Held Izquierdo	
Miguel Lino Calafati Moysés	
► RISCOS DOS AGROTÓXICOS À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DO CORPO E DO MEIO AMBIENTE.....	76
Cecilia Maria Gheller	
► SISTEMAS DE PODER, PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELITISMO	108
Diego Braun Molinaro Reis	
Giovana da Silveira Maister	
João Pedro Dutra Gonçalves	
Manuela Barreto Siebert	

A PEDAGOGIA WALDORF COMO UMA ALTERNATIVA EDUCATIVA ÀS AMARRAS DO ENSINO TRADICIONAL BRASILEIRO

Manoela Bica Campello Cimador

Não posso esperar que algo mude lá fora na vida social se eu mesmo não me puser em movimento (RUDOLF STEINER).

RESUMO: Este artigo analisa as teorias usadas como base para a criação da pedagogia Waldorf e sua metodologia que visa um ensino humanizado. Rudolf Steiner criou a antroposofia, uma filosofia que busca conectar a fé e a ciência, na mesma medida em que fundamenta a abordagem pedagógica, cujo cerne é o desenvolvimento de indivíduos capazes de exercer um pensamento crítico. O objetivo dessa análise é simplificar, sem reduzir, os diversos conceitos introduzidos por Steiner, tendo em vista que infelizmente os estudos antroposóficos não são devidamente conhecidos pela população brasileira, assim como sua pedagogia, que é pouco divulgada no país. Para isso, utilizou-se da bibliografia do autor e de pesquisadores da área. Destaca-se, a partir dessas fontes, o lado humanista dessa pedagogia cujo principal intuito é o de estimular a prática de atividades artísticas, enxergando o aluno como algo a mais do que somente uma "máquina" de decorar. No entanto, percebeu-se os diversos obstáculos a serem ultrapassados para uma maior aplicabilidade da pedagogia Waldorf em território nacional, mais especificamente no recorte geográfico porto-alegrense.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia Waldorf, antroposofia, métodos de ensino, ensino tradicional.

ABSTRACT: This article analyzes the theories used as a basis for the creation of the Waldorf pedagogy and its methodology that aims at humanized teaching. Rudolf Steiner created anthroposophy, a philosophy that seeks to connect faith and science, in the same way that it bases the pedagogical approach, whose core is the development of individuals capable of exercising critical thinking. The objective of this analysis is to simplify, without reducing, the various concepts introduced by Steiner, bearing in mind that, unfortunately, anthroposophical studies are not properly known by the Brazilian population, as is its pedagogy, which is little known in the country. For this, we used the bibliography of the author and researchers in the area. From these sources, the humanist side of this pedagogy stands out, whose main purpose is to stimulate the practice of artistic activities, seeing the student as something more than just a "machine" to decorate. However, it was noticed the various obstacles to be overcome for a greater applicability of Waldorf pedagogy in the national territory, more specifically in the geographical area of Porto Alegre.

KEYWORDS: Waldorf education, antroposophy, teaching methods, tradicional teaching.

1. INTRODUÇÃO

No dia 27 de fevereiro de 1861, no atual território da Croácia, nascia Rudolf Steiner. Sua casa era situada em um ambiente rural e

por esse motivo teve uma infância repleta de vivências em meio à natureza, onde costumava brincar livremente e conversar com pessoas locais. Já na adolescência, seu pai o enviou à Viena para terminar o ensino fundamental e médio. Complementou seus estudos em uma escola politécnica, cujo desempenho destacado o permitiu proferir aulas particulares, inclusive aos seus colegas de curso. Aos 21 anos, Steiner dedica-se a edição e catalogação das obras científicas de Goethe, autor que desperta seu interesse e inspira-o na elaboração de suas teorias.

Ao longo de sua vida, após inclusive se tornar doutor em filosofia, ele continuou suas pesquisas sobre o ser humano, até que em 1913 cria a Sociedade Antroposófica, onde pode aprofundar seu estudo sobre a antroposofia e suas outras criações: agricultura biodinâmica, medicina antroposófica, euritmia e o principal objeto de estudo deste artigo, a pedagogia Waldorf.

Quando Steiner tinha em torno de 50 anos, ele já era devidamente prestigiado pela sociedade acadêmica, então o dono de uma fábrica de cigarros o convidou para dar uma palestra sobre sua vida e suas pesquisas antroposóficas. O resultado de sua fala foi tão benéfico, que despertou o interesse do dono da fábrica e de seus funcionários, que logo disponibilizaram espaço e verba para a criação de uma escola baseada na antroposofia, cujo objetivo seria educar os filhos dos empregados da empresa.

A comunidade em torno da escola recém-criada também demonstrou interesse em aderir a tal iniciativa. Em homenagem ao homem que apoiou suas ideias e fez com que a primeira escola fosse aberta, Steiner utilizou o nome de sua fábrica, a qual se chamava Waldorf, para batizar sua pedagogia.

Ao considerarmos um ponto de vista panorâmico sobre as escolas brasileiras, é rapidamente visto uma série de padrões que se

repetem na grande maioria delas, alguns deles são: o professor como figura de autoridade máxima dentro da sala, intenso preparo para vestibulares, falta de incentivos às artes, falta de liberdade de expressão entre outros.

A partir disso, a pedagogia criada por Steiner surge como uma luz no fim do túnel para um futuro próspero da nação. Isso acontece, pois, seu método de ensino vê o aluno como algo muito além do que somente um corpo físico ou alguém que precisa conquistar um diploma para ser feliz. A pedagogia Waldorf, trazida para o Brasil com a chegada de alemães no país, quebra todas correntes do tradicionalismo ao prestar extrema atenção à infância do indivíduo, alegando que as vivências durante a parte inicial da vida têm efeito ao longo de todo resto da existência dele.

Logo, tendo em vista que os anos iniciais possuem deveras importância, Steiner conduziu sua pedagogia para caminhos que estimulassem não só o intelecto racional dos jovens, mas também seu lado emocional e espiritual. Para isso, ele afirmava que a criança precisa ter a experiência completa de ser criança, ou seja, brincar livremente, ter contato frequente com a natureza, estar em um ambiente repleto de afeto e atenção e o mais importante, ter seu tempo de aprendizagem respeitado, levando em conta também que cada ser é singular e pode demorar mais ou menos para aprender a ler ou falar, por exemplo. Em contraste a esses preceitos, temos hoje em dia uma legião de adultos expondo seus filhos a infinitos traumas que só irão se revelar quando já for tarde demais para serem curados.

Fica claro então, que uma forma de ensinar que se comprometa em: respeitar com mais vigor o professor, proporcionar aos alunos um espaço que não gere medo, mas sim admiração e vontade de estar presente, agregar a comunidade local ao cuidado e prestígio das atividades escolares, incentivar a arte como modo de expressão, entre

diversos outros propósitos, é mais do que somente benéfico, é necessário.

Logo, tendo em vista a extrema urgência de mudar o atual cenário estudantil do Brasil, esse artigo irá introduzir, por meio de pesquisas e análises de obras literárias educacionais as ideias propostas por Steiner. Por se tratar de um tema extenso e que pode ser desdobrado em vários segmentos, nesse texto, primeiramente será discutido as origens da pedagogia Waldorf e as abordagens didáticas que as escolas produzem em cada setênio de vida. Após tal discussão, irei analisar as diversas convergências que o ensino tradicional possui do waldorfniano, expondo a forma que ensinar sem levar em consideração o lado espiritual dos alunos resulta em jovens incapazes de se afirmarem como seres pensantes e capacitados para tomarem suas próprias decisões. Por fim, será mostrado os benefícios da utilização da antroposofia para a construção tanto de um indivíduo integral, quanto de uma sociedade melhor e mais igualitária.

No entanto, deve-se analisar com cautela o cenário atual do país e compreender que apesar dos diversos pontos positivos que a pedagogia Waldorf teria para acrescentar a população, existem diversos obstáculos a serem superados para uma aplicação maior desse método, um desses é que o Brasil continuamente apresenta falhas em seu sistema de ensino, com poucas verbas destinadas às escolas.

A educação no país sofre um sucateamento absurdo, de uma forma que até seguir modelos tradicionais já se torna complicado. Porém, ainda assim é necessário buscar alternativas que fujam dos métodos comuns, pois estes até então tem resultado em adultos que nunca aprenderam a desenvolver suas emoções, apresentando altos índices de doenças psicológicas pelo fato de serem cobrados excessivamente a se encaixar aos padrões de uma sociedade

capitalista, e é exatamente para reagir contra esse ciclo vicioso que a pedagogia Waldorf nasce como um agente capaz de transformar não somente a sala de aula, mas o mundo.

2. A TEORIA POR TRÁS DA PEDAGOGIA WALDORF

Vivemos em uma sociedade que agora, mais do que nunca, polariza a ciência e a fé, colocando-as uma contra a outra e utilizando-se dos mais diversos argumentos para sustentar sua verdade individual. Essa "rivalidade", no entanto, arrasta-se por longos anos. Rudolf Steiner a partir dessas divergências cria, então, a Antroposofia, ciência que define o ser humano como "ser espiritual", o qual possui um corpo físico, exercendo processos biológicos detalhadamente estudados ao longo dos anos; uma alma, a qual é responsável por trazer um aspecto subjetivo às experiências físicas, ou seja, nossos sentimentos e sensações gerados pelo contato que o corpo nos propicia; e por fim um espírito, que age como uma ponte capaz de ligar as habilidades físicas com os nossos sentimentos individuais, gerando, assim, a compreensão de conceitos eternos e do próprio pensar.

Para compreendermos melhor esses conceitos, pensemos na seguinte situação: você observa um quadro. O corpo faz com que a luz refletida pelo objeto atravesse a córnea, a pupila, o cristalino e chegue à retina, lugar onde células especializadas codificam a imagem e o nervo óptico transmite o estímulo para o cérebro. A alma reage de forma interna e absolutamente individual ao fato, transmitindo a mensagem "esse quadro me agrada". Por meio do espírito, temos tanto a ação individual de gostar do quadro, a de enxergar por meio de diversos processos no organismo e, quanto a mais importante de todas, a de atrelar esses atos a conceitos, pois você não vê o "quadro", o que você enxerga são flashes de luzes que contrastam com o ambiente ao seu redor e é por meio do pensamento que você associa

às luzes e os sentimentos ao conceito de “quadro”, de “moldura” etc. Portanto, a consciência de ver, de pensar e de falar são ações atreladas ao espírito.

Por meio do corpo somos seres objetivos, pois entramos em contato com algo que não está em nós. Por meio da alma somos seres subjetivos, pois com ela temos reações interiores absolutamente individuais. Por meio do espírito temos atividades voltadas tanto para o que é subjetivo, quanto para o que é objetivo: podemos com ele reconhecer as nossas sensações, sentimentos ou instintos subjetivos (“esta rosa torna-me alegre”, “estou com fome”, “estou triste” etc.) (SETZER, 2021, p.1).

A Antroposofia busca um meio termo entre a ciência e a fé, de forma que não foque apenas em teorias evolucionistas e racionais sem refletir sobre questões existenciais, como “quem sou eu?”, “de onde eu vim?” ou ainda “para onde vou após a morte?”, mas também não caia em explicações totalmente irreais baseadas em mitos, dogmas e preconceitos, não podendo confundi-la com uma religião muito menos com uma especulação filosófica, pois fundamenta seus estudos e vivências em fatos concretos e verificados.

A doutrina fundada por Steiner (Antroposofia) caracteriza-se como ciência, pois depende de observação, pesquisas e interpretação de fatos, assim como reconhece e utiliza descobertas já existentes de correntes científicas anteriores, apenas as completando e apropriando-se de conceitos para somar as suas próprias especulações, as quais, desde seu princípio até a atualidade, tem mostrado inovações e contribuições extremamente positivas em diversas áreas sociais, como na medicina, na agricultura e na pedagogia. Em outras palavras, podemos dizer que a Antroposofia explora a possibilidade de ter mais conhecimento do mundo invisível e espiritual se utilizando de métodos científicos para tal, buscando, assim, que o ser humano chegue a um

estado total de liberdade, e mais tarde, que toda humanidade possa se beneficiar de tais práticas.

Tendo estabelecido essas questões, levamos em conta a importante declaração de Rudolf Lanz, renomado pesquisador antroposófico, que diz “Cada homem é um ser único, singelo, diferente de todos os demais seres humanos” (LANZ, 2005, p. 26). Ao afirmar a subjetividade de cada ser, a Antroposofia esclarece para qualquer área de atuação que o tratamento de cada indivíduo deve ser único, pauta que se estende ao viés pedagógico que Steiner propõe, foco principal de reflexão deste artigo.

Steiner cria, então, uma pedagogia baseada na antroposofia, a qual logicamente segue as teorias antroposóficas, buscando que o ensino integre o desenvolvimento físico, espiritual, intelectual e artístico da criança, levando em conta a capacidade própria de cada um e respeitando o tempo do aluno, para que, assim o mesmo saia da escola de fato pronto para a vida, sendo um ser crítico, pensante, livre e responsável com a evolução da sociedade. Resumidamente, a pedagogia Waldorf se baseia em um estudo que leva em consideração não só o conteúdo racional, mas sim a forma que a criança pensa, expressa-se e articula-se em relação aos conhecimentos humanos.

De acordo com o método Waldorf, a cada etapa da vida possuímos diferentes capacidades, interesses, deveres e assim por diante, o que agrada e faz sentido para uma pessoa de 23 anos certamente não corresponde ao que uma criança de 8 anos gosta e de acordo com Steiner esses ciclos que definem nossas evoluções duram em média 7 anos cada, sendo denominados de “setênios”.

Primeiro Setênio

Dos 0 a 7 anos, segundo Steiner, a criança ainda está focada em seu corpo físico, reproduzindo impulsos vitais como sono, fome e

metabolismo, não tendo ainda a sua "consciência"; portanto, durante esse período, torna-se um ser extremamente influenciável pelo meio que vive e pelas pessoas que a criam. Assim como exterioriza suas vontades sem qualquer tipo de raciocínio lógico por trás, o que explica as famosas "birras" e crises de choro por motivos que para os adultos parecem pequenos e indiferentes, mas que para a criança que ainda não possui tal evolução racional é de fato muito intenso.

É nessa fase também que o ser aprende e realiza as ações mais transformadoras da sua vida; erguer-se e andar, o que para Steiner é de extrema importância, pois é quando a criança se localiza no espaço e se auto reconhece como ser. Os atos de falar e pensar também surgem nesses anos e são aprendidos por meio da imitação, assim como o filósofo fundador da pedagogia explicita em um trecho de sua palestra "Andar, Falar, Pensar a Atividade Lúdica":

Porém, tudo o que no adulto está localizado nos sentidos distribui-se, na criança, por todo o organismo. Consequentemente inexiste, na criança, qualquer separação entre espírito, alma, corpo; tudo o que atua do exterior é reproduzido interiormente. A criança reproduz, pela imitação, tudo o que a circunda (STEINER, 1923, p. 3).

Nessa idade, tudo que não queremos que a criança faça, nós não devemos fazer, da mesma forma que o que queremos que ela aprenda, como andar, falar e etc, devemos incentivar. Por este motivo que a brincadeira é tão importante, necessária e está presente em todas as escolas que seguem tal modelo pedagógico, brincadeiras as quais são apresentadas de diversas maneiras, mas nunca de uma forma que prejudique a criança, como o uso de dispositivos eletrônicos, mas sim em meio a natureza, permitindo ao aluno um contato direto com a terra e oferecendo materiais básicos como prendedores de roupa, para que a criança exerçite sua imaginação.

A principal mensagem que os educadores devem passar para as crianças durante o primeiro setênio é de que “O mundo é bom”, demonstrando tal conceito com gestos, na forma de falar e até nas histórias apresentadas. Esse ato é necessário para que a criança cresça com alegria e positividade perante o futuro e que ela aproveite de fato sua infância. A exposição ao mundo real de miséria e sofrimento nessa idade, gerará como consequência um adulto com uma série de problemas psicológicos, razão a qual a psicanálise investiga com tanto vigor traumas vividos nesse período para justificar certos comportamentos atuais. Como por exemplo, a teoria de que meninas que nasceram sem a presença de uma figura paterna, busquem futuramente esse vazio em seus relacionamentos futuros, se envolvendo com homens mais velhos e procurando a “proteção” que nunca receberam.

Ao longo de seus estudos, Rudolf Steiner concluiu como mais benéfico para o ser humano, que as creches fossem uma extensão da casa dos alunos, proporcionando um ambiente acolhedor e propício para uma infância leve e prazerosa. Para colocar essa teoria em prática, as escolas que seguem a pedagogia Waldorf utilizam diversas práticas, como reproduzir cômodos de uma casa em salas de aula, dessa forma a criança percebe a escola como uma segunda casa por enxergar elementos parecidos entre as duas. Também nesse período da primeira infância a música é muito utilizada no cotidiano, todas as atividades são apresentadas por meio de versos musicalizados, como escovar os dentes, que parece um ato simples, porém para as crianças pode haver certa resistência, mas se incentivado com canções divertidas se torna muito mais fácil, fazendo até com que a criança anseie por esses momentos normais da rotina.

Como esse período é de extrema importância para a formação do ser, o contato com a natureza também é muito incentivado, logo,

no cotidiano do ensino waldorfiano, as crianças estão acostumadas a brincar livremente entre árvores, na areia, com plantas etc.

Tecnologias e aparelhos digitais, por outro lado, não estão presentes nas vivências da criança, sendo até repudiados por profissionais especializados em tal pedagogia, com a justificativa de que a exposição precoce a telas dificulta e desacelera a evolução cognitiva do indivíduo, assim como prejudica a capacidade de imaginação da criança, portanto, nos jardins de infância Waldorf, os pequenos brincam de verdade, fazem castelos de areia, desenham com giz de cera, utilizam gravetos e outros elementos naturais no lugar de brinquedos de plásticos, sendo sempre estimulados a terem autonomia, ao invés de ficarem horas hipnotizados por desenhos animados.

Segundo Setênio:

Esse período se inicia por volta da primeira troca de dentes, quando a criança tem em torno de 6 a 7 anos e é o momento o qual de acordo com os princípios waldorfianos que a pessoa deva dar início a sua escolarização. Antes disso, o indivíduo ainda está explorando e aprendendo como controlar seu próprio corpo, de uma forma que seria prejudicial conciliar esses aprendizados físicos com os racionais, de leitura, contagem de números entre outros. Também é durante essa fase que o aluno que antes venerava e confiava plenamente no professor sem qualquer tipo de questionamento, começa a refletir e confrontar essa figura de autoridade, obrigando o profissional a ser alguém que “valha a pena” ser imitado. O que Rudolf Lanz explicita em seu livro “Noções Básicas de Antroposofia”:

Nessa idade, dos sete aos catorze anos, a personalidade já se afirma mais. Não se limitando a imitar, a se deixar permear, a criança quer agora idealizar, respeitar, venerar. A autoridade

baseada no afeto, no amor, é a melhor relação pedagógica nessa idade e o professor deve respeitar o eu de seus alunos, que se vai afirmando cada vez mais, e ao mesmo tempo procurar corresponder ao seu idealismo ainda meio inconsciente (RUDOLF LANZ, 2005, p. 83).

O lema do segundo setênio é “O mundo é belo”, pois agora a criança possui uma capacidade muito maior de memória e reconhecimento de si, seus sentimentos começam a se formar e precisam de incentivos constantes, o que leva a criança a apreciar as artes e facilita seu processo de aprendizagem se feito por meio destas.

Atividades como teatro, dança, desenhos e esportes são fundamentais nesse período, pois ajudam a criança a construir seus gostos, hobbies e a própria personalidade, ao mesmo tempo que aprendem diversas formas de se expressar e aprender. O sucesso de filmes de super-heróis com jovens entre os 7 e 14 anos, é um ótimo exemplo de como os mais novos buscam inspirações por meio de narrativas fantásticas, eles se enxergam naqueles personagens e se guiam por meio dos ensinamentos passados por essas histórias. Uma ideologia representada por emoções durante esse período possui forte influência na mente de uma criança, por conta disso que a pedagogia Waldorf se preocupa tanto com o que as crianças consomem, seja em filmes, séries ou até livros.

Entre os 10 e 12 anos de idade o corpo começa a perder características infantis e a ganhar trejeitos mais adultos, como o crescimento dos membros e o desenvolvimento do sistema muscular, tal evolução física se iguala a emocional, pois nessa idade o ser busca fontes legítimas para validar fenômenos, ou seja, não confia mais na ficção para explicar a vida, assim como se baseia em suas próprias vivências para agir no futuro.

Perante esses conceitos, a aplicabilidade pedagógica da teoria waldorfiana no segundo setênio se dá por diferentes meios, sendo praticados tanto pelo físico, quanto emocional e espiritual.

No documentário produzido por Verônica Marchi Costa, nas dependências da Viver Escola Waldorf de Bauru, em 2015, a professora de ensino fundamental Laura Garcia afirma que as crianças desse período processam informações com muito mais facilidade se apresentadas por meio de imagens, logo, os conteúdos são trabalhados sempre envolvendo não só a memorização mas sim todo processo criativo do ser. Um exemplo disso são as peças teatrais, produzidas inteiramente pelos alunos em conjunto com os professores, nelas os estudantes têm o dever de repassar o conhecimento aprendido de uma forma lúdica, mas definitivamente efetiva.

Diversas outras atividades também são introduzidas aos indivíduos nesse momento, como a culinária, que pode parecer um exercício singelo e até inútil, mas que trabalha processos cognitivos importantes para um pleno desenvolvimento mental, assim como introduz conceitos de diversas matérias; na produção de um pão, por exemplo, é possível medir os ingredientes (usando frações matemáticas), observar o crescimento da massa (analisando a transformação de elementos químicos), conhecer a origem da receita (utilizando da história e da geografia para entender os elementos étnicos-culturais em volta do preparo) e assim por diante, de forma que o aprendizado se torna uma total imersão as experiências propostas pelos educadores.

Terceiro Setênio:

De acordo com os estudos de Steiner, é somente a partir dos 14 anos de vida que o ser humano possui a capacidade emocional e

racional de se envolver intelectualmente com a sociedade, o que explica o lema deste setênio ser “O mundo é verdadeiro”.

Imaginando que a criança tenha passado pelos dois setênios anteriores com êxito e fidelidade às instruções propostas, ela chegará a essa fase dos 14 aos 21 com a maturidade necessária para lidar com problemas do cotidiano com muita facilidade, assim como estará pronta para formar seu pensamento crítico perante o mundo.

Essa fase representa um relacionamento do ser totalmente novo com a vida, pois agora ele já possui os conhecimentos necessários para sobreviver, sua maior ambição é achar um sentido para sua existência e a antiga submissão a figuras de autoridade, a seus professores ou em seus pais não faz mais sentido, como mostra a Federação das Escolas Waldorf em seu artigo: fontes, históricos e princípios da pedagogia waldorf; “Ele anseia por novos pontos de apoio e quer reconhecer o mais velho como um guia numa atmosfera amistosa, pois autoridade para ele, agora, é um insulto a sua personalidade” (1998, p 5).

Além do desdobramento racional, o ser também passa pelo despertar sexual, moral e religioso, sendo diversas mudanças acontecendo ao mesmo tempo, as quais devem ser acompanhadas com atenção, carinho e limites. Esse cuidado é necessário, pois o adolescente apesar de ser visto como imaturo e irresponsável, é a base para mudanças significativas na sociedade. Se observarmos com mais atenção, por mais que a maioria das figuras históricas tenham uma idade mais avançada, as grandes revoluções e movimentos de contracultura foram protagonizados pelos jovens. Isso acontece porque durante esse setênio, mais especificamente a partir dos 17 anos, o jovem assim como quer viver diversas experiências, também busca explorar novos sentimentos como a paixão, amadurecendo esse

amor e o expandido para todo planeta, se sentindo então responsável pelo futuro da humanidade.

A importante decisão de escolher uma profissão surge dessa responsabilidade com o bem comum, portanto, o jovem irá se interessar em algum trabalho no qual ele realmente se sinta útil.

No ensino médio Waldorf, presumindo que os jovens tenham passado com maestria pelos setêniros anteriores, eles chegam nesse período com uma alta capacidade de entendimento sobre si e sobre o mundo, tendo tanto uma inteligência intelectual quanto emocional, as quais continuam a ser trabalhadas diariamente na escola. Compondo o currículo além das matérias tradicionais, existem aulas de marcenaria, por exemplo, que se mostram extremamente efetivas para treinar a capacidade de concentração e foco do aluno, além disso também são geralmente oferecidas aulas de dança, música, teatro, costura, culinária entre diversas outras práticas pedagógicas que variam de acordo com a gestão do local, mas possuem um só sentido: espalhar a antroposofia como método de ensino, sempre priorizando a liberdade a fim de formar seres humanos capazes de transformar a sociedade.

3. PEDAGOGIA TRADICONAL VERSUS PEDAGOGIA WALDORFIANA

Ao longo desse artigo analisamos a teoria e algumas práticas da pedagogia Waldorf, a qual como pudemos observar, se diferencia exponencialmente do que estamos acostumados a entender como “jeito certo de ensinar”, pois ela enxerga o aluno de forma muito mais profunda que apenas um mero objeto feito para receber conteúdos. Essa visão humanizada assusta e até afasta de início, mas é necessário questionar se já não passou da hora da educação ir além de apenas

aprovar alunos em vestibulares, mas sim criar indivíduos críticos capacitados para interpretar fatos e formarem suas próprias opiniões sobre temas sociais.

Voltando alguns séculos atrás, temos o surgimento do Iluminismo como fator determinante para diversas mudanças na sociedade, sendo elas políticas, econômicas, sociais e assim por diante. Esse movimento cultural foi marcado pela valorização da razão e da criticidade, rejeitando os dogmas religiosos da época, criando uma geração de pensadores, cientistas e filósofos preocupados em explicar o mundo por meio da ciência. Análogo a isso temos a realidade de uma Europa ainda muito pobre intelectualmente, portanto, para dar seguimento a essa corrente, foi necessária a criação de escolas, as quais, tanto por necessidade, quanto por influência de ideologias populares da época, adotaram o método de ensino tradicional.

Esse método é denominado “tradicional” pela sua antiguidade; tendo início no século 19, aparece juntamente com um momento repleto de novidades ao redor de todo mundo, mas principalmente pela popularização de doutrinas sociais, com destaque para o liberalismo, o qual prega a defesa da liberdade individual e a mínima intervenção do Estado na economia. Junto a isso, temos o nascimento da Revolução Industrial reforçando ainda mais os ares liberais e solidificando uma sociedade focada no lucro e no materialismo acima de tudo, logicamente, esses valores também refletiram na educação, concretizando uma pedagogia pouco preocupada com a vida particular de cada aluno, dando valor apenas para seus resultados.

O principal objetivo da pedagogia tradicional é a massificação do conhecimento, ou seja, nivelar a inteligência da população, mesmo que para isso seja necessário incorporar uma postura radical de negligência perante as inevitáveis diferenças entre cada estudante.

Essa linha mais clássica de ensino pressupõe que a criticidade e a criatividade do aluno são devidas a retenção do maior número de conteúdos aprendidos, reduzindo o ser apenas a sua capacidade de memorização de matérias e ensinamentos que o mesmo, na maioria das vezes, sequer tem interesse.

Em relação a essa teoria, é interessante observar o panorama apresentado por Maria da Graça, professora e escritora brasileira que atua principalmente na área de pesquisas sobre as diferentes abordagens existentes no atual cenário educacional brasileiro. Publicou em 1986 seu artigo "ENSINO: As abordagens do processo", em tal obra analisa e compara os diferentes métodos de ensino, resumindo com objetividade a pedagogia tradicional quando declara:

Como se sabe, o adulto, na concepção tradicional, é considerado como homem acabado, "pronto" e o aluno um "adulto em miniatura", que precisa ser atualizado. O ensino será centrado no professor. O aluno apenas executa prescrições que lhe são fixadas por autoridades exteriores (MIZUKAMI, 1986, p. 2).

Fica claro então, que nesse viés o aluno é reduzido a um "depósito" de informações, sem espaço para a formação de ideias próprias, pois sua participação em sala de aula é passiva. O professor é definido como único detentor do conhecimento e alguém a ser obedecido sem questionamentos, diferentemente do modelo waldorfiano, no qual ele é visto como uma figura de apoio e atenção.

O cotidiano do ensino tradicional é muito entediante quanto a sua parte teórica, levando em consideração sua rigidez no processo de aprendizagem, não era de se esperar que a prática fosse diferente, portanto iremos agora explorar o dia-a-dia das escolas que seguem esse padrão.

Em primeiro plano, os alunos precisam estar na escola antes das sete e meia da manhã, tendo que tentar manter o foco e a concentração em horário extremamente cedo, que acabam por impossibilitar os jovens de ter altos rendimentos nos primeiros períodos da aula, comprometendo também a saúde física deles, tendo em vista que o sono é de extrema importância para uma vida plena. A discussão sobre as horas que as aulas começam tem se tornado cada vez mais frequente no mundo, em Seattle nos Estados Unidos, uma lei foi aprovada para modificar o horário de início de sete e cinquenta para as oito e quarenta e cinco da manhã, após tal mudança foi comprovado que os adolescentes obtiveram melhores resultados em provas, assim como o número de atrasos e ausência foi notavelmente reduzido. No Brasil, em 2018 a própria Associação Brasileira do Sono (ABS), promoveu uma campanha que visava sensibilizar escolas ao redor do país a modificar para as oito e meia da manhã a entrada dos estudantes do ensino médio, mas infelizmente não recebeu a devida atenção dos políticos brasileiros.

Seguindo pelo viés de que a pedagogia tradicional falha em garantir o bem-estar físico e mental dos estudantes, outro tópico problemático das escolas que seguem tal filosofia, é a dinâmica das aulas.

A partir do momento, que como já descrito anteriormente, o professor é responsável por apenas transmitir conceitos para a criança, sem que ela os experiencie por conta própria, a jornada acadêmica dos jovens se torna cansativa e monótona. Levando em conta que as aulas duram de cinco a seis horas - salvo as escolas de turno integral - o aluno é obrigado a ficar sentado por grande parte do tempo, em silêncio e atento a matéria explicada, demandas que são definitivamente difíceis de serem cumpridas. Imagine um adolescente em plena segunda-feira, tendo que acordar às seis da manhã para ir à

escola, e quando chega, não pode sequer atualizar seus amigos sobre sua vida pessoal. É um pedido quase impossível, pois nem os adultos conseguem se manter quietos por tanto tempo. Logo, vai se formando um ciclo infinito de ouvir explicações, copiar e memorizar, o que resulta no impedimento dos jovens de buscar o verdadeiro aprendizado conquistado pela troca de ideias, vivências e outras alternativas, as quais são inexistentes nessas escolas, mas presentes em instituições Waldorf.

Outra questão a ser discutida, é a forma de avaliação do ensino tradicional, as quais consistem em provas objetivas e trabalhos para completar a nota. Quando o aluno é reduzido a um boletim, que determina se ele passará ou não de ano, é lógico que o mesmo irá se esforçar para obter altos resultados, porém, com o uso de questionários focados apenas na capacidade intelectual do ser perante diversos conteúdos, é normal que o estudante se sinta pressionado, até pelo fato de também não ter sido introduzido às matérias de uma maneira atrativa, resumindo seus estudos à técnica de memorização. Portanto, muitas vezes acontece de a criança não conseguir obter um determinado número de acertos, o que acaba em frustração e uma falsa sensação de “burrice”, como se ela não fosse capaz de entender os assuntos expostos pelos educadores.

Dando sequência ao cotidiano nessas escolas, no método tradicional, as crianças do ensino fundamental e médio têm matérias diferentes ao longo do dia, por exemplo, começam com matemática no primeiro período, logo após biologia, então português e após o intervalo física e história. Esse currículo diário com temáticas tão diferentes (que possuem relações entre si, mas tais semelhanças geralmente não são abordadas pelos professores) além de ser confuso para o estudante, prejudica a possibilidade das turmas de explorarem

os assuntos com profundidade, tendo então experiências rasas durante a escola.

Dessa maneira, forma-se aos poucos uma geração de jovens afetados por esses métodos excludentes, que recorrentemente sofrem por terem sido expostos a uma pedagogia que tem seu principal foco em garantir a vaga do aluno em uma faculdade federal ou em altas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim como descarta o lado emocional e espiritual dos alunos, que podem até saber como resolver uma equação de segundo grau, ou usar com perfeição um pronome oblíquo átono, mas não são capazes de passar algumas horas afastados de seus celulares, não conseguem realizar por conta própria simples tarefas domésticas e possuem uma extrema dificuldade em se afirmarem como sujeitos ativos na sociedade, duvidando de suas personalidades e capacidades para mudar o mundo.

Agora, fazendo uma comparação entre os tópicos apresentados até aqui, é possível ver uma grande diferença entre o cotidiano das escolas tradicionais e das escolas Waldorfs.

Começando pela diferença do horário de entrada dos alunos; na grande maioria das escolas que seguem a pedagogia criada por Steiner, o horário das aulas fica em torno das oito e meia da manhã, e independentemente da região ou país que a escola é situada, todas turmas ao invés de já serem obrigadas a sentar e ouvir explicações, começam o dia com cantos e movimentos para acordar o corpo e a mente, de uma forma que logo na chegada à sala as crianças já se conectam mais profundamente consigo mesmas e com seus colegas. É importante salientar que antes da turma entrar no ambiente de estudo, o professor recepciona um por um, olhando nos olhos e desejando um “bom dia”. Esse ato pode parecer bobo, mas transmite à criança um carinho e afeto genuíno por parte deste educador.

Em seguida, a dinâmica das aulas seguindo os ensinamentos oriundos da antroposofia, investe em um ensino vivenciado, no qual o professor está ali como mediador de ideias e o aluno é o personagem principal de seus aprendizados. Dessa forma, a fim de tornar as matérias mais atrativas para que a criança tenha interesse em aprender, o estudo é dividido em épocas, as quais olham com mais atenção para determinados tópicos.

A duração de cada época varia de acordo com a gestão de cada escola, mas geralmente não passa de dois meses e então, dentro desse período os estudantes poderão ter uma experiência imersiva nos conteúdos, sendo capazes de observar detalhadamente as etapas de cada assunto. Apesar disso, outras matérias não são completamente deixadas de lado, o que acontece na verdade é a integração dos demais conhecimentos para o completo entendimento de um. Nos estudos da matemática, por exemplo, os alunos além de aprenderem somente contas, conhecem a história por trás das operações, calculam a distância de passos percorridos dentro da escola, associam números a formas geométricas reproduzindo esses desenhos na aquarela e assim por diante.

Seguindo as diferenças do ensino tradicional para o waldorfniano, temos uma enorme diferença entre os métodos avaliativos. Para a antroposofia, o indivíduo é muito mais do que somente um pensar intelectual, logo, não faria sentido julgar as crianças somente por essa habilidade. Portanto, as provas como estamos acostumados são introduzidas somente no sexto ano do fundamental, antes disso os alunos também realizam atividades avaliativas, que consistem em trabalhos manuais, como pintura em aquarela, peças de tricô, confecção de maquetes, entre outras. No entanto, essa avaliação consiste somente em observar o tempo de

cada criança, pois não existe de fato uma “nota” que define se o aluno irá ou não passar de ano.

Por fim, é interessante ressaltar as discrepâncias entre esses dois métodos na infraestrutura das escolas. Enquanto no ensino tradicional os prédios são geralmente cercados de cimento, nas instituições Waldorf os locais possuem árvores em volta, pátios com areia e a presença de elementos naturais em toda construção.

Além disso, as salas que estamos acostumados com mesas de plástico, cores monótonas, lousa de caneta etc, se opõem completamente aos cômodos de uma escola antroposófica, onde os ambientes são projetados para serem acolhedores e interessantes de se estar. Cores vibrantes nas paredes, trabalhos manuais expostos, quadros de giz, móveis em madeira e elementos culturais como forma de decoração são somente algumas descrições das salas de aula da pedagogia Waldorf.

A questão estrutural dessas escolas, é um tema importante a ser discutido, já que um dos questionamentos que percorre esse artigo é o de “seria possível implantar essa abordagem em um sistema de ensino com tantos alunos como é o brasileiro?”. De acordo com o último censo escolar feito pelo Ministério da Educação, mais de 45 milhões de crianças e adolescente estão matriculadas em escolas públicas do país. Esse número é significativo e representa cerca de 80% de todos os estudantes do Brasil, logo, é provável que de início se pense na impossibilidade de implementação de um método tão ostensivo e dinâmico como o criado por Steiner, no entanto, sua pedagogia também tem como princípio a resiliência, ou seja, ela é capaz de se moldar em qualquer região do planeta sendo, portanto, passível de adaptação.

A estrutura do ensino público em nosso país é débil em vários aspectos e circunstâncias, mas se engana quem pensa que a pedagogia

Waldorf é só para a classe alta da sociedade. Pelo contrário, a maioria das escolas filiadas na Federação das Escolas Waldorfs, são mantidas com o apoio da comunidade local e com a ajuda de empresas ou doações feitas por instituições antroposóficas. Dessa forma, a aplicabilidade desse método alternativo seria viável no âmbito público, mesmo com a existência de obstáculos, o investimento financeiro seria o mesmo que o Estado já tem com escolas do ensino tradicional. Portanto, o que falta é o conhecimento das teorias de Steiner, visto que suas obras ainda são relativamente pouco conhecidas no país.

Entende-se que o interesse da comunidade escolar não é o suficiente para adotar a pedagogia Waldorf. Deve ser considerada a necessidade de fornecer o suporte necessário aos professores para superar realidades como baixos salários, condições precárias de trabalho, dificuldade em manter uma formação continuada e ter constantemente sua profissão desvalorizada. É primeiramente necessário que os profissionais da educação, tenham seus esforços reconhecidos, para que então se discuta a formação necessária para trabalhar em uma escola Waldorf. Seguindo nessa linha de raciocínio, os professores que desejarem migrar para esse método, além da graduação em pedagogia, ou tendo licenciatura em outras áreas, devem também realizar cursos preparatórios que tem como objetivo conhecer a antroposofia e a preparar esses profissionais para o cotidiano da pedagogia criada por Steiner.

Em síntese, são inúmeros os objetivos, teses, métodos e práticas que diferem quanto as formas de ensinar. Considerando a abordagem até então, é urgente a adoção de uma pedagogia humanizada em nosso sistema de ensino. As teorias antroposóficas representam uma alternativa capaz de revolucionar o ato de educar e de transformar o triste cenário mundial de ensino.

4. OS BENEFÍCIOS DA PEDAGOGIA WALDORFNIANA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO/INDIVÍDUO INTEGRAL

Em primeiro plano, é válido destacar as diferenças e os benefícios que o uso da pedagogia Waldorf é capaz de proporcionar. Retomando as bases teóricas e práticas desse método de ensino, podemos estabelecer inúmeras diferenças em relação ao modelo de ensino que a maioria das pessoas obtiveram acesso, sendo talvez por isso que hoje estamos em meio a uma sociedade tão egoísta e preconceituosa.

Logo, é incontestável que a escola possui uma grande parcela de influência na vida dos indivíduos, tendo em vista que no mínimo 12 anos de suas vidas são vividos diariamente no ambiente escolar, se torna lógico que as experiências do ser nesse período o afetarão pelo resto de sua vida.

Portanto, devemos observar que humanizar o ato de educar, ou seja, tornar o processo de aprendizagem em algo leve e divertido, ao invés de cansativo e monótono, se torna urgente na contemporaneidade. Tendo em vista que caminhamos cada vez mais rápido para um futuro que priorize somente o pensamento intelectual, voltado para as ciências exatas e biológicas, é preciso achar uma “brecha” que consiga equilibrar tanto o lado lógico e racional sem abandonar as emoções e as práticas espirituais. Para isso, o método discutido ao longo desse artigo se mostra muito conveniente, porém, existem diversas dúvidas e críticas sobre as práticas antroposóficas, muitos pais questionam se um aluno Waldorf não irá sofrer exponencialmente ao sair da escola e encarar o mundo real, ou se tornará de fato um ser politizado.

Ademais, existe uma barreira muito grande no entendimento da antroposofia, além das principais preocupações do tipo: “e a preparação para o vestibular?” “mas e a alfabetização?”, também

existem as errôneas afirmações do tipo “essas escolas só formam artistas” ou “os professores só brincam ao invés de ensinar”. Obviamente, esses comentários só são feitos por pessoas que não se dão o trabalho de sequer pesquisar um pouco mais sobre a pedagogia, se tornando vítimas das tão conhecidas “fake news”. Os perigos dessas falas extremamente rasas e equivocadas estão na propagação do desconhecimento de um método tão importante e revolucionário de ensinar, o qual sempre esteve aberto a inovações e debates.

Seguindo tal discussão, uma pesquisa realizada pela socióloga Wanda Ribeiro e o engenheiro civil Juan Pablo (2007), buscou informações sobre a vida de ex-alunos Waldorfs. Esse estudo é de extrema importância para sanar algumas dúvidas e observar a forma que a pedagogia afetou o futuro desses jovens. Para a realização da investigação foi feito um formulário com uma série de perguntas discursivas, para que os 108 entrevistados respondessem. Essa pesquisa foi restrita para os alunos que tivessem passado mais tempo nestas escolas, tendo a maioria deles ingressados na pedagogia Waldorf desde o jardim de infância, seguindo até a conclusão do ensino médio. Isso, para que o resultado seguisse de acordo com as dúvidas dos pesquisadores.

Os resultados obtidos refletem os benefícios de reconhecer no ser humano, além de seu corpo físico, a existência do espírito e da alma, e de além disso, propor atividades que satisfaçam essa trimembração. Igualmente, desmascaram as principais falácia espalhadas sobre a pedagogia Waldorf, pois 100% dos entrevistados passaram no vestibular, sendo 91% logo na primeira tentativa. Por possuir diversas práticas que valorizam e incentivam a arte, muitos críticos argumentam que tais escolas irão formar pessoas evoluídas somente nessa área, porém, apenas 12% dos ex-alunos seguiram uma

carreira artística. Outra convicção, que quem não estuda sobre as teorias de Steiner possuem, é a de que as escolas antroposóficas criam uma bolha ao redor do aluno e que o mesmo não estará preparado para lidar com conflitos e competições no ambiente de trabalho, no entanto, 84% das pessoas que responderam ao formulário realizado em 2011, afirmaram que não se sentiram prejudicados.

Em síntese, é possível ver, que rebatendo todos comentários movidos por preconceito e ignorância, a pedagogia Waldorf prepara de fato seus alunos para a vida.

Isso acontece porque, diferentemente de outros modelos que pouco se importam com a vida do aluno fora da escola, Steiner implicava que sua pedagogia fosse criada justamente para preparar os indivíduos para uma vida mais equilibrada fora da sala de aula. Isso ocorre por meio de atividades curriculares inéditas, como aprender a meditar, organizar os pensamentos, praticar diariamente o respeito com os colegas e com o professor, atos que favorecem uma melhor saúde mental. Também estão presentes exercícios que promovem na criança a autossuficiência, como varrer o chão da sala no final da aula, aprender a plantar, cozinhar e ser responsável por seus próprios materiais de estudo. Tudo isso em conjunto, contribui exponencialmente para essa criança ou adolescente que tem a oportunidade de estudar em uma escola Waldorf, se tornar futuramente um adulto que luta por seus direitos, se preocupa com o meio ambiente e é comprometido em fazer do mundo um lugar melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo a pedagogia Waldorf foi apresentada desde seu nascimento até sua aplicação na atualidade. A partir das obras bibliográficas e literárias citadas foi possível traçar um perfil das

escolas que seguem tal teoria. São lugares que vão muito além de apenas passar o conteúdo para o aluno, e se preocupam em tornar a infância e a adolescência períodos de tranquilidade, divertimento e aprendizagem, como devem ser.

Como já explicado anteriormente, o ensino tradicional tem apenas um objetivo: transformar o aluno em uma máquina de estudar para que, após, receba um diploma em troca de uma vida resumida em decorar fórmulas. Se torna válido então, questionar a quem esse método comum beneficia? Definitivamente a classe mais baixa da sociedade não se sente incluída nesse modelo, pois mesmo que o objetivo seja a aprovação em faculdades, as oportunidades de trabalhos até para profissionais com longos currículos são poucas e em sua maioria, não dão um retorno financeiro justo para o trabalhador. Logo, como vivemos em um mundo capitalista, e em tal modelo o lucro se sobressai a qualquer outra coisa, a elite - portadora de capital e controladora das massas - é quem tem interesse em prolongar a existência do ensino tradicional, no qual os jovens continuam a ser manipulados e se acostumam a estarem “presos” a somente uma possibilidade de futuro.

Tendo sido apresentado o cotidiano das escolas Waldorfs, é possível ver que a arte possui certo protagonismo ao longo da vida dos jovens e que isso não é produto de somente opiniões ou crenças individuais, mas sim em resultados de pesquisas antroposóficas. Fica explícita também a maior liberdade que os profissionais dessas instituições possuem, com Steiner afirmando que o professor não deve ser considerado figura máxima de autoridade em sala de aula, mas sim alguém que deva merecer ser ouvido, algumas pessoas podem pensar que ele será desmoralizado, no entanto, é o contrário do que acontece, pois por ser uma pedagogia que não está atada a nenhuma ideologia, os mestres não precisam se preocupar em serem censurados ou

impedidos de compartilhar suas opiniões, além de que nesses espaços, são os próprios professores junto aos pais que ficam responsáveis também pela administração e financeiro das escolas.

Também foram discutidas as principais diferenças que os alunos de uma escola tradicional e os alunos waldorfs possuem, evidenciando que o ensino comum falha em garantir um pleno desenvolvimento dos indivíduos, pois se preocupa apenas em gerar lucros, sem se importar com as milhares de emoções envolvidas no processo de aprender.

Por fim, problematizou-se os resultados que a antroposofia é capaz de produzir quando sido utilizada da forma correta, os quais são: estudantes que tiveram tanto as áreas das ciências exatas quanto as das humanas exercitadas, e então podem usufruir de ambas para construir suas personalidades de maneira livre e consciente.

Fica evidente que as contribuições de Steiner, ao criar uma pedagogia que abrange a vida do ser humano em amplitude, que não se contém em apenas preparar seus alunos para provas externas, ou em garantir que a criança consiga ler o mais rápido possível, foram extremamente importantes para a educação mundial.

Dessa forma, por mais que existam obstáculos e um longo caminho até uma maior adoção da Pedagogia Waldorf, não se pode desistir de populariza-la, pois os ensinamentos deixados por Rudolf Steiner são extremamente valiosos para a evolução da educação de algo neutro e ultrapassado, para algo atual e comprometido em valorizar a singularidade dos alunos. Na sociedade atual, ter a ousadia de quebrar as regras e abrir a mente para novas possibilidades é praticamente revolucionário e é isso que considerar a pedagogia Waldorf como uma alternativa ao ensino tradicional representa. Não existe nada mais potente que o conhecimento, principalmente se transmitido de uma forma que respeite a singularidade de cada um, assim como Steiner afirma que deva ser feito.

REFERÊNCIAS

BARFIELD, Owen. **Rudolf Steiner - uma apresentação.** Southern Cross Review, Estados Unidos da América, 2002. Disponível em: <<https://www.sab.org.br/portal/antroposofia/sobre-rudolf-steiner/230-barfield-on-steiner>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

FACULDADE RUDOLF STEINER. **Quem foi Rudolf Steiner? Conheça sua história e seus legados.** 2020. Disponível em: <<https://blog.frs.edu.br/rudolf-steiner/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS WALDORF. **Fontes, históricos e princípios da pedagogia Waldorf.** 1998. Disponível em: <<https://www.sab.org.br/fewb/pw3.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LANZ, Rudolf. **Noções básicas de antroposofia.** 7ª edição. São Paulo: Antroposófica, 2005. Disponível em: <http://www.sab.org.br/portal/images/arquivos/livros/nocoes_basicas_de_antroposofia.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo.** Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1285594/mod_resource/content/0/ensino_as%20abordagens%20do%20processo.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

RIBEIRO, Wanda; PEREIRA, Juan Pablo de Jesus. **Sete mitos da inserção social do ex-aluno Waldorf.** Sociedade Antroposófica do Brasil, São Paulo, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.sab.org.br/pedag-wal/artigos/mitos.htm>>. Acesso em: 23 set. 2022.

SETZER, Valdemar. **Uma introdução antroposófica à constituição humana.** Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/const1.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

STEINER, Rudolf. **Andar, falar, pensar: a atividade lúdica.** 1923. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13371717-Rudolf-steiner-andar-falar-pensar-a-atividade-ludica-dois-temas-de-conferencia-proferida-em-ilkley-ingles-10-de-agosto-de-1923.html>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

WALDORF: ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA. Produtora: Verônica Marchi Costa. Educação e Arte, 2015, 31'32". Disponível em: <<https://educacaoearteblog.wordpress.com/2018/01/17/waldorf-ensino-e-aprendizagem-veronica/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CULTURA DO CANCELAMENTO E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE

Guilherme Sulzbach Guimarães
João Francisco Saldanha Ferrari

É evidente que todas essas denúncias coletivas são apenas a ressurgência de ritos de linchamento e caça às bruxas que visam a matar, simbólica ou socialmente, um adversário considerado perigoso: é o contrário do debate democrático, baseado na palavra (ELISABETH ROUDINESCO).

RESUMO: Este artigo refere-se a cultura do cancelamento marcado pela exclusão e rechaço de uma pessoa ou grupo de poder e influência após uma atitude considerada errada. Este processo se mostrou muito impactante durante a pandemia de Covid-19 e alastrou-se pelo país, tomando proporções e consequências alarmantes na sociedade brasileira. Tem-se como objetivo a análise deste assunto pautando-o do ponto de vista de seus fundamentos e considerando o viés informativo necessários às pessoas que ainda desconhecem ou desconsideram tal comportamento que já virou "febre" no Brasil e no mundo. Cabe aqui, também, evidenciar as consequências deste ato tão cruel sobre os indivíduos destacando o limite da liberdade de expressão em nosso país conforme previsto pela Constituição de 1988. Deve-se lembrar que tais assuntos abrem margem de interpretação e trazem um assunto importante que é o senso-comum que tem de ser considerado diante do que vem acontecendo na Internet, um lugar onde todos podem expressar seus pensamentos e ideologias com um limite regido pela lei do país, em que geralmente não é respeitada. Em conclusão, as ações tomadas na Internet são de extrema rapidez e praticidade, facilitando a propagação de opiniões que muitas vezes não seriam expostas em outro lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura do cancelamento, liberdade de expressão, redes sociais, relações tóxicas.

ABSTRACT: This article refers to the cancel culture marked by the exclusion and rejection of a person or group of power and influence after an attitude considered wrong. This process proved to be very impactful during the Covid-19 pandemic and spread across the country, taking alarming proportions and consequences in Brazilian society. The objective is to analyze this subject, showing it from the point of view of its fundamentals and considering the necessary information for people who are still unaware of such behavior that has already become a "fever" in Brazil and in the world. It is also worth highlighting the consequences of this cruel act on individuals, pointing the limit of freedom of expression in our country as provided by the 1988 Constitution. It should be remembered that such matters are opened to interpretation and bring an important issue that is common sense which has to be considered in the face of what has been happening on the Internet, a place where everyone can express their thoughts and ideologies within a limit governed by the law of the country, in which it is generally not respected. In conclusion, the actions taken on the Internet are extremely fast and practical, facilitating the propagation of opinions that often would not be exposed somewhere else.

KEYWORDS: cancel culture, freedom of expression, social media, toxic relationships.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa estudar, entender e explicitar a cultura do cancelamento e os limites da liberdade de expressão através de seu contexto sócio histórico. Com isso, busca-se entender melhor os impasses ocasionados pelo cancelamento, suas consequências nas vítimas bem como a criação de leis para tal.

Com o crescimento do uso da internet e o aumento do número de usuários nas redes sociais, as interações entre as pessoas mudaram, passando do meio físico e presencial para o meio virtual e indireto. Diante deste novo conceito de comunicação e interação social, nos deparamos com a intolerância em uma terra “sem” lei (ciberespaço), imperando o ciberativismo, que consiste na utilização da internet por grupos politicamente motivados que buscam difundir informações e reivindicações com o objetivo de buscar apoio, debater e trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos para ações, dentro e fora da rede.

Além disso, foi realizada uma busca pela origem destes atos e o simbolismo que está por trás da palavra cancelamento e o terror psicológico que a Internet está causando sobre as pessoas, pois hoje tudo que postamos nas redes sociais tem de ser revisado para não haver margem de interpretação, pois podemos sofrer punições por existir problematizações subentendidas nos textos e assim virarmos alvo de coisas que nem sequer falamos diretamente, muitas vezes de forma agressiva, gerando discursos de ódio gerenciado por um tribunal popular.

Ademais, são mostradas as principais consequências para tal ato, detalhando como as pessoas se alteram para evitar o cancelamento e como reagem após o sofrerem. Dentre os efeitos da cultura do cancelamento, é possível destacar o terror psicológico gerado e a estigmatização social.

Ao passarem por essa situação, as pessoas sofrem sanções e são julgadas pelos próprios usuários das redes, fazendo com que o comportamento virtual sofra mudanças.

Por fim, é discutido sobre os limites da liberdade de expressão legítima que um cidadão possui no nosso país, onde certos acontecimentos são encobertos por estarem no “direito” de se manifestar. Também são mostrados os crimes cibernéticos e a lei conforme a Constituição de 1988 para que se esclareça os limites destas práticas, fator crucial para entendermos a gravidade destas ações e identificarmos tais crimes em nosso território.

2. CULTURA DO CANCELAMENTO

Com o aumento do uso da internet, as redes sociais estimularam, de certa forma, discussões e manifestações sobre questões importantes da atualidade, fazendo com que gere grandes conflitos de opiniões, como, por exemplo, um tema muito discutido que é o aborto, já que se acredita existir um “certo” e “errado” em um contexto geral definido como senso comum.

A cultura do cancelamento possui como objetivo levar a exclusão ou eliminação de uma pessoa, associação ou instituição, cujo seus costumes ou atos sejam considerados “ofensivos” para as minorias (boicote).

A cultura do cancelamento iniciou em 2017 a partir do movimento feminista *MeToo*, onde mulheres do mundo todo que sofreram assédio sexual usaram essa *hashtag*. As pessoas que sofrem deste fenômeno comumente são famosas, pois os autores têm o intuito de difamar e degradar a imagem desta pessoa pública, sendo considerada uma forma de “punição”.

Além disso, surgiu a partir da desconstrução de algumas práticas e costumes antigos, que previamente eram padronizados na sociedade, mas que no momento atual não são mais aceitas, como comentários xenofóbicos, racistas e machistas.

Diogo Soares, bacharel em Ciências Sociais pela USP e gerente de projetos na área digital e redes sociais, diz que o termo "cultura do cancelamento" é muito vago, já que pode ser aplicado de formas e lugares distintos, afirmando que o que é passível de uma punição em uma sociedade não é na outra. Além disso, ele fala que dentro desse espaço, os indivíduos definem o que é certo ou errado, sem que uma lei admita isso.

A cultura do cancelamento se difere dessas outras manifestações políticas porque ela se dá em um ambiente privado, na conversa com uma rede social que é privada e que, apesar de ter um caráter público no sentido de que as pessoas estão em um espaço público, o cancelamento das pessoas como um banimento se dá no sentido de uma conta, um serviço, de uma funcionalidade — muito mais no ambiente privado de quem está se mobilizando (SOARES apud ROSA, 2021, s/p).

Cada onda de novos casos divulgados leva a inúmeras mobilizações de contrariedade e reprovação de conduta por parte de uma opinião pública, cada vez mais afeita ao boicote tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Seria o cancelamento em vida. Assim, uma parte considerável do público em geral monitora pensamentos e opiniões na rede e cancela aqueles que fogem ao consenso pré-existente.

Para ser cancelado atualmente, o indivíduo não precisa ter se envolvido em alguma situação polêmica, basta ter algum posicionamento contrário ou ser mal interpretado pelo público. Isso faz com que cresça o número de pessoas que estão optando por não compartilhar mais seus pensamentos sobre determinados temas por

medo de serem crucificados ou dos danos psicológicos, de imagem e patrimoniais que podem sofrer decorrente do cancelamento.

Nota-se que a partir da certificação do erro ou conduta inadmissível por um grupo de pessoas, é criado um movimento nas redes sociais que tem como objetivo expor o acontecido, para que os usuários deixem de acompanhar a pessoa ou de comprar produtos de determinada marca, por exemplo, além de quererem parar de dar visibilidade ao trabalho de alguém ou de alguma empresa.

Na via contrária, algumas mobilizações ligadas à cultura do cancelamento acabam gerando notoriedade dos ditos infratores devido à superexposição nas mídias. Esta visibilidade, se bem administrada, pode tornar-se sinônimo de sucesso.

Com isso, esta cultura começou a ficar agressiva e sua grande disseminação pode causar linchamentos virtuais. As questões que deveriam levar à desconstrução do outro, acabou tornando-se uma perseguição baseada em sentimentos individualistas, impulsionando também uma busca por uma perfeição inexistente, que acaba fazendo com que as pessoas não aceitem seus defeitos por terem medo de serem canceladas.

Além do mero cancelamento, os ataques virtuais muitas vezes acabam extrapolando os limites da liberdade de expressão, causando um linchamento virtual que, mesmo geralmente sendo com boas intenções, pode provocar uma propagação de diversos discursos de ódio, além de acarretar crimes como injúria ou difamação.

O efeito imediato, nos tempos atuais, da cultura do cancelamento é a mitigação do debate saudável, da livre troca de ideias. Considerando seu objetivo inicial que era denunciar situações limite ou outros temas relevantes para a sociedade, o que ficou foi a crescente dificuldade de socializar as percepções sobre o mundo.

Portanto, do jeito que é praticada atualmente, afeta, mesmo que indiretamente, a livre manifestação da liberdade de expressão, que deveria trazer benefícios para a sociedade, além de promover o progresso intelectual e a evolução pessoal de cada indivíduo.

Esse comportamento que vemos nas redes, vem sendo cada vez mais refletido nos nossos relacionamentos fora das telas. E é nessa transição do mundo virtual para o real que se evidencia os impasses da cultura do cancelamento. O risco que corremos é o enfraquecimento de debates importantes, supondo que ao cancelar o problema deixou de existir.

Apesar da internet possuir regras e leis próprias, as pessoas não se sentem confortáveis neste ambiente, o que causa medo de serem as próximas canceladas. Além disso, é necessário dar espaço para amadurecer as ideias, entretanto, isso é algo que demanda tempo e, neste sentido, acabamos impedindo o outro de se desenvolver, criar projetos e percursos singulares e exclusivos.

Consoante a isso, precisamos aprender a perdoar, visto que o perdão é uma ferramenta de amor-próprio e errar é algo natural do ser humano. No momento em que retiramos o rancor, a mágoa, os ressentimentos e emoções negativas, cedemos espaço para o amor e a empatia.

A partir disso, a cultura do cancelamento se tornou uma disputa entre dois lados opostos em que um se sai vitorioso a partir de argumentos mais estruturados e convincentes, relembrando os ideais sofistas de persuasão e técnicas para vencer a partir da retórica, tornando-se uma prática ruim à sociedade em geral considerando o fato de não haver evolução nestas discussões.

Desse modo, grande parte dos cancelamentos não trazem mudança social, pois os principais casos mostram que essa cultura não está visando mais uma melhora social, virando simplesmente uma

cultura de ódio, onde as pessoas não estão interessadas em evoluir, fazendo com que isso tudo perca seu sentido original e passe a ser apenas uma violência que está extrapolando os limites éticos.

3. CONSEQUÊNCIAS DA CULTURA DO CANCELAMENTO

Ao pensarmos que toda atitude gera consequências, o processo de cancelar está suscetível a ter algumas consequências, tais como: perda de seguidores, dinheiro, patrocínio, moralidade e reconhecimento de fãs. Porém, com o passar do tempo, as atitudes dos canceladores começaram a afetar também a saúde psicológica das vítimas. Dito isso, a Psicóloga Lissia Pinheiro fala como esse efeito psicológico pode ser um gatilho para depressão e transtorno de ansiedade.

Há um interesse generalizado das pessoas por fama, poder e prestígio; o status de ser celebridade no mundo atual parece conquistar muito fácil as pessoas por todos os aspectos, e a cultura do cancelamento veio como um freio a tudo isso, mas que pode ser tanto negativo como positivo, ao mesmo tempo em que chama atenção, dá voz à indignação das pessoas em relação a atos e fatos criminosos e formas de preconceitos (PINHEIRO apud GUIMARÃES, 2021, s/p).

Com isso, é possível dizer que o cancelamento pressupõe adoecimento por impossibilitar a expressão individual, já que assumir uma postura ou fala diferente da maioria começou a ser uma justificativa para a exclusão e xingamentos. Dessa forma, o sofrimento causado àquele que é cancelado não acontece apenas quando a ação do cancelador se concretiza, mas antes disso, quando a vítima assume a responsabilidade de ser quem é verdadeiramente.

Sendo assim, o que acontece atualmente é o afastamento de uma vida autêntica, visto que ter uma vida inautêntica traz alguns benefícios, como prestígio social e pertencimento.

De acordo com o sociólogo canadense Erving Goffman apud Rodrigues (2021), o homem assume diferentes funções na sociedade que o fará adaptar-se a diferentes situações para obter prestígio, entre elas causar boas impressões e conseguir informações de interesse próprio.

Nessa mesma linha de raciocínio, o psicólogo Salomon Asch¹, analisa como as pessoas se rendem ao poder de um grupo, obtendo uma postura baseada no mesmo. Com o fim de seu estudo, ele chegou à conclusão de que os indivíduos que querem se sentir pertencentes ao grupo, acabam perdendo a capacidade de racionalizar, fazendo com que não avaliem se o comportamento ou ideias das outras pessoas são ou não compatíveis com as suas, agindo como verdadeiras marionetes. Assim, o adoecimento acontece porque as pessoas não pensam criticamente e não avaliam suas posturas e ideias, fazendo com que vivam uma vida inautêntica devido ao medo de serem cancelados.

Consequentemente, são muitos os casos originados por essa cultura em massa que é o cancelamento. Os que serão citados a seguir possuíram uma forma de linchamento, de opressão contra as vítimas envolvidas, deixando de ser apenas um lugar onde se discutem opiniões e se torna um rechaço contra qualquer pessoa. Além disso, é de extrema importância ressaltar o papel da pandemia para o aumento desses casos, uma vez que as pessoas se mantinham mais conectadas pela Internet.

Karol Conká é uma cantora de rap muito popular no Brasil até participar do “reality show” “Big Brother Brasil” 21, onde, no programa,

¹ Referência: A MENTE É MARAVILHOSA. **Solomon Asch, um pioneiro da psicologia social.** 2020. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/solomon-asch-psicologia-social/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

foi criticada por supostos comentários xenofóbicos e machistas contra diversos outros participantes da casa. Nas redes sociais também eram feitas críticas ao modo de agir, tratamento e convívio com as outras pessoas, consideradas erradas pelos telespectadores. Após sair do programa com o recorde de rejeição, a cantora perdeu diversos contratos, patrocínios e shows foram cancelados devido a sua atitude dentro do “reality” e seus julgamentos nas redes. Além disso, ela e sua família passaram a sofrer ameaças. Após sair do programa, Karol dá diversas entrevistas lamentando suas atitudes e pedindo desculpas ao público.

Gabriela Pugliese é uma personalidade digital e influenciadora que foi cancelada em abril de 2020 por dar uma festa em meio à pandemia da Covid-19, convidando diversas pessoas para sua casa e divulgando o momento nas redes sociais. Por tratar-se de um momento em que já havia restrições para aglomerações, pois os índices de mortes ocasionadas pela Covid-19 estavam aumentando substancialmente, esta ação foi fortemente criticada por seus fãs e, como Karol, ela sofreu muito ao perder vários contratos publicitários e seguidores. Gabriela se desculpou e chegou a desativar sua conta do Instagram por alguns dias devido à repercussão entre seus seguidores. A “influencer” já havia sido condenada por um acontecimento parecido relacionado à falta de cumprimento às regras pandêmicas da época, mas este acontecimento foi o que mais trouxe prejuízos para a sua carreira.

Diante destes casos é perceptível o pensamento de várias pessoas que cometem esses atos, muitas vezes criminosos, de que a Internet seria uma terra sem lei, um espaço onde se pode falar qualquer assunto que venha na cabeça sem se importar com as consequências. Porém, apesar de existirem algumas falhas na lei, há regulamentos e punições para os “cyber” criminosos.

É importante ressaltar que este ramo do direito está em constante mudança, se adequando e criando leis conforme a necessidade da sociedade. Além disso, é imprescindível estabelecer uma diferença entre liberdade de expressão e falas criminosas.

A Internet, por ser um dispositivo considerado recente na história da humanidade, passa por diversas transformações e precisa ser constantemente analisada. Hoje já existem crimes virtuais contra a honra (calúnia, difamação e injúria), crimes que ferem a dignidade, causando danos subjetivos à vítima e crimes de cunho sexual, baseando-se no ato de constranger alguém virtualmente por uma chantagem ou ameaça através de um ato libidinoso. Entende-se que atentar contra a dignidade e inviolabilidade dos segredos resulta da intimidação, revelação e divulgação de segredos de terceiros sem a permissão do dono. Já os crimes contra o patrimônio seriam resultantes do deslocamento de dados de outra pessoa com o intuito de sacar e/ou desviar dinheiro.

4. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES

A liberdade de expressão é a garantia de livre manifestação, afim de que cada indivíduo possa se expressar socialmente e ter o direito de se pronunciar ou de se manifestar de qualquer outra forma. Sendo assim, a Constituição Federal assegura a liberdade de expressão como um direito fundamental, como por exemplo, o artigo 19 que diz,

Art. 19 - Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha (DECRETO Nº 592).

Tendo isso em vista, uma pessoa pode e deve se expressar livremente, sem causar desordem ou faltar com o bom-senso, afinal não é justo censurar o comportamento de ninguém, porém deve-se estar ciente que suas atitudes podem atingir terceiros e gerar danos, que consequentemente, terá que responder por seus atos.

Dito isso, a liberdade de expressão possui alguns limites, por exemplo, caso eu expresse uma opinião sobre alguém, mas de uma forma difamatória, estarei infringindo a honra dessa pessoa, fazendo com que eu tenha que responder por esse crime. Para além da honra, a liberdade de expressão também encontra limites quando se trata de discurso de ódio, que incitam violência ou agressão. Qualquer cidadão pode manifestar suas ideias, por mais absurdas que sejam, desde que não ameace terceiros.

Consoante a isso, de acordo com Bottini (2021) abrigar a liberdade de expressão, significa ouvir e aturar o diferente, a ideia oposta, argumento contrário, o que nem sempre é cativante, ainda mais no contexto em que vivemos de uma polarização intensificada, em que cada lado ideológico defende seus ideais como barreiras.

Nesse sentido, não existe um limite prévio, proibição ou abstenção de alguma conduta em relação à liberdade de expressão, porém caso venhamos a cometer, dentro da ideia de liberdade, alguma atitude antijurídica, devemos responder por isso, desse modo ela acaba não sendo um direito absoluto. Contudo, após inibir o anonimato, a Carta Magna, exige que as pessoas se identifiquem após compartilhar um pensamento, para que além de garantir os créditos sobre sua opinião, sirva para que o autor seja identificado caso suas ideias tenham excedido os limites e invadido a privacidade de outras pessoas.

De maneira geral, garante-se qualquer manifestação, desde que não propague o ódio e a violência contra pessoas ou instituição. É

possível criticar o STF (Supremo Tribunal Federal), o presidente da República ou o Congresso.

Pode-se defender o voto impresso, reforma agrária ou até a volta da monarquia. Porém, incitar a invasão de prédios públicos, recomendar o uso de força para repreender parlamentos ou juízes, propagar a homofobia, o racismo ou intolerância religiosa são comportamentos que fogem do que diz a Carta Constitucional, pois incentivam a violência e a discriminação.

O que deve ficar como ensinamento é que a cada investida de ódio ou incitação à prática criminosa, a grande vítima do crime é a liberdade, especialmente a liberdade de expressão. A naturalização destes atos que atacam a dignidade humana encerra o espaço de convívio e debate, elemento tão importante para a vida em sociedade.

Desse modo, o filósofo Karl Popper (apud BOTTINI, 2021, s.p) diz ser necessário “[...] exigir, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes”, pois se não “os tolerantes serão destruídos e a própria tolerância com eles”, por isso para resguardar a tolerância é preciso ser intolerante com aqueles que propagam o fim das liberdades públicas através da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mostrar importantes reflexões sobre o crescimento, nos últimos anos, da cultura do cancelamento e mostrar os motivos que levam as pessoas sofrerem linchamento virtual e serem canceladas, demonstrando pontos de vista de diversos profissionais e estudiosos. Discutiu-se sobre como é recorrente esse comportamento nas redes e a importância de compreender a maneira como ela é reproduzida, além de poder ver como essa cultura interfere na vida da vítima de cancelamento.

Diante disso, atualmente, parece ser obrigatório ter uma opinião sobre tudo e todos, a fim de que estes julguem de acordo com suas convicções e opiniões, fazendo com que sua opinião em algum momento passe por um tribunal popular virtual e será de alguma forma contabilizada na fração dos corretos ou impróprios.

Contudo, deve-se ter em mente que os ambientes virtuais, por outro lado, possibilitaram que a liberdade de expressão crescesse dentro da sociedade, independentemente de suas diferenças, mostrando que em um país democrático como o Brasil, todos têm o direito de expor seus pensamentos e ideologias. Porém, no momento que a exposição de seus pensamentos é direcionada para agradar os outros, isso faz com que as pessoas julguem e ajam como a maioria manda.

Com base no que foi exposto, concluímos que as redes sociais são ambientes em que a disseminação de comportamento e ideias progridem de maneira muito rápida afetando grande parte da população, podendo ser um lugar que gera tristeza e desânimo para aqueles que passam por experiências de linchamento virtual, sofrendo com violências psicológicas e ameaças físicas.

Por isso, problematizar a cultura do cancelamento é muito importante, já que ela está constantemente em funcionamento, visto que todos os dias as pessoas se expressam nas redes sociais e, consequentemente, estão sujeitas a sofrerem com isso. De maneira análoga a isso, caso essa cultura continue dessa maneira, futuramente as redes sociais deixarão de ser um lugar agradável e acolhedor e se tornarão espaços abjetos, com uma péssima socialização entre os usuários.

REFERÊNCIAS

A MENTE É MARAVILHOSA. **Solomon Asch, um pioneiro da psicologia social.** 2020. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/solomon-asch-psicologia-social/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

BESSA, Liz. Cultura do cancelamento: o que é? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cultura-do-cancelamento/>>. Acesso em: 30 abr. 2022

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Os limites à liberdade de expressão.** 2021. Disponível em: <<https://direito.usp.br/noticia/4bdc11296800-os-limites-a-liberdade-de-expressao->>. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 592, 06 de julho de 1992. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.** Diário Oficial da União. Brasília, DF. 07 Jul. de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 15 set. 2022.

GUIMARÃES, Naju. **A cultura do cancelamento e suas consequências.** 2021 Disponível em: <<https://uniamerica.br/blog/a-cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias>>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

LIMA, Gabriele Oliveria; COSTA, Maria Laura de Souza; HOLANDA, Maria Vanessa de Freias; CASTRO, Raíssa Hellen Batista. **As consequências da cultura do cancelamento na saúde mental: uma revisão narrativa.** Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/downloads.editoracientifica.com.br/artigos/210605174.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

LIMA, Maria Aparecida dos Santos; FREITAS, Cássia Myssia Belarmino; SOUZA, Éverson Cléber. **A cultura do cancelamento na internet e a liberdade de expressão.** Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22947/1/APARECIDA%20E%20C%C3%81SSIA%20TCC1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2022.

RODRIGUES, Karine. **Erving Goffman, o sociólogo do infinitamente pequeno na vida cotidiana.** Casa de Oswaldo Cruz. 2021. Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/2042-erving-goffman-o-sociologo-do-infinitamente-pequeno-na-vida-cotidiana.html>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ROSA, Natalie. **O que é cultura do cancelamento?** 2021. Disponível em:< <https://canaltech.com.br/comportamento/o-que-e-cultura-do-cancelamento-164153/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O eu soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SILVA, Thays Bertoncini; HONDA, Erica Marie Viterito. O "**Tribunal da Internet" e os efeitos da cultura do cancelamento.** 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/331363/o--tribunal-da-internet--e-os-efeitos-da-cultura-do-cancelamento>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PADRONIZAÇÃO DO ENSINO

Endaira Vargas Dias
Maurício Held Izquierdo
Miguel Lino Calafati Moysés

"Além de permitir à elite se justificar de ser o que é, a ideologia do dom, chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social (cada vez mais ligado ao seu destino escolar) à sua natureza individual e à sua falta de dom" (PIERRE BOURDIEU).

RESUMO: Este estudo se propõe a fazer uma análise do processo de ensino atual, que padroniza e opriime as diferenças dos indivíduos e tenta moldá-los para a subserviência ao Estado, inicialmente de maneira física (como diz a teoria biopolítica de Foucault) e, mais recentemente, de maneira psíquica. A padronização gera a impressão de igualdade entre todos e fortalece a falsa ideia da meritocracia, criando cada vez mais aborrecimentos para aqueles que não conseguem se adequar aos padrões e piorando a situação da saúde mental entre os jovens que passam a recorrer ao uso excessivo de medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, formação, biopolítica, disciplina, padronização.

ABSTRACT: This study proposes to analyze the current teaching process, which standardizes and oppresses individual differences and tries to mold them into subservience to the State, initially in a physical way (as Foucault's biopolitics theory says) and more recently in a psychical way. The standardization causes the impression of equality between everyone and reinforces the false idea of meritocracy, creating more and more discontentment for those who aren't able to adapt themselves to the standard and it worsens the mental health of young people who then resort to the overuse of medication.

KEYWORDS: School, formation, biopolitics, discipline, standardization.

1. INTRODUÇÃO

A escola, como responsável pela educação formal das crianças e jovens - uma das etapas mais importantes da formação de um indivíduo - está, indubitavelmente, entre as instituições mais influentes da atualidade.

Seus métodos de instrução, portanto, são determinantes para a organização da sociedade em que vivemos. Desde seu estabelecimento a escola tem como uma de suas funções a padronização do pensamento de seus estudantes para que eles se conformem mais facilmente com o controle estabelecido pelo Estado, mesmo considerando suas transformações ao longo do tempo.

Observando as diferenças entre a escola antiga e a escola moderna, é perfeitamente notável como a forma de repressão às particularidades individuais mudou. Antes, a autoridade da escola se dava de maneira física e clara, óbvia mesmo para aqueles que não olhavam com atenção; agora, no entanto, tudo acontece de maneira mais sutil – a violência deixa de ser física e passa a ser psíquica – com o intuito de manter a sensação de liberdade que marca a modernidade.

Ao permitir que esta impressão de liberdade continue guiando a sociedade, ideais como o da meritocracia – que cria uma ligação direta entre poder e mérito – ganham mais força, o que, consequentemente, cria um ambiente cada vez mais competitivo que agrava as condições já frágeis da saúde mental de uma juventude que nunca foi instruída sobre como conciliar as emoções e seu projeto de vida.

Assim sendo, para conseguirmos compreender com mais profundidade a relação entre a educação formal e a organização social fixa que conhecemos hoje, é necessário analisar as origens disso: a escola. A presente análise considerou que, ao invés de incentivar o pensamento crítico, a escola apenas reproduz o ponto de vista dominante da sociedade na qual ela está inserida.

Foram ressaltados temas como a biopolítica, as instituições de sequestro e o panoptismo de Foucault, o Estado neoliberal e a figura do *self-made man*, a ideologia da meritocracia, a sociedade do

desempenho de *Byung-Chul Han*, a medicação desnecessária e a educação socioemocional.

Para elaborar esse artigo, realizamos pesquisas por meio de artigos acadêmicos disponibilizados pela Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO, na sigla em inglês), blogues de professores, análises e resumos de obras e os livros “Vigiar e Punir” (1975) de Michel Foucault e “Sociedade do Cansaço” (2010) de Byung-Chul Han.

Entendemos que a educação estabelecida atualmente prioriza a padronização e conformação dos estudantes, deixando de lado outras lições importantes para a formação dos indivíduos – como a educação socioemocional. Tudo isso acontece sob a falsa impressão de liberdade que surge da existência de um Estado que prioriza o poder econômico sobre qualquer outra coisa, permitindo que falácia como a da meritocracia ganhem espaço.

2. A ELIMINAÇÃO DO DIFERENTE

Por muito tempo o papel do estudante na sociedade era o de alguém que estava lá apenas para absorver informações, como um recipiente vazio que os professores deveriam preencher com seu conhecimento. Recentemente, essa dinâmica vem se tornando antiquada e, cada vez mais, o processo de ensino é visto como uma troca entre o professor e o aluno.

Contudo, ainda mais no Brasil, o ensino continua sendo visto como uma mera transmissão de fatos que provêm do professor, que é considerado uma autoridade que não deve ser contrariada – principalmente nas escolas. Além de tudo, muitas vezes, o que é ensinado na escola é o único referencial que os estudantes têm, o que torna muito fácil para essas instituições guiarem os alunos na direção que elas querem.

Desse modo, podemos estabelecer que, apesar de necessária para o desenvolvimento humano – tanto no sentido mental quanto no social –, a escola também age como uma instituição formadora, que tenta moldar e uniformizar a visão de mundo dos alunos e, como consequência, seu comportamento em relação a determinados assuntos. Para Michel Foucault – filósofo, professor, psicólogo e escritor francês –, a escola é uma das “instituições de sequestro” da sociedade, responsáveis por controlar o tempo e o corpo das pessoas e transformá-los em força produtiva.

Mas como seria possível padronizar o pensamento das pessoas sendo que cada indivíduo tem suas particularidades e divergências de ideais? É aqui que entra o papel da disciplina, de acordo com Foucault. Para conter e coordenar os sujeitos, a disciplina “doma” suas individualidades e os torna dóceis, com o intuito de tornar os corpos produtivos, mas ao mesmo tempo obedientes, reduzindo sua utilidade política. Esse é o conceito da biopolítica de Foucault, que foi imposto por muito tempo nas sociedades ocidentais até a emergência do neoliberalismo, que diminui o impacto direto do governo sob o corpo do sujeito.

Para explicar as medidas empregadas na garantia do sucesso da disciplina, Foucault adaptou um sistema conhecido como Panóptico, que impõe a vigília constante do indivíduo. O sistema foi previamente concebido pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, quando o mesmo idealizou uma penitenciária ideal, cuja arquitetura nunca permitiria que os prisioneiros sequer pensassem em transgredir as regras, pois a possibilidade de estarem sendo observados era sempre uma ameaça. Foucault adota essa ideia e a traz para fora do âmbito prisional em seu livro “Vigiar e Punir”, no qual ele afirma que “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e a sua

combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (2012, p. 143).

Foucault não foi o único a utilizar o panoptismo fora do contexto das penitenciárias e trazê-lo para a vida cotidiana. Em 1949, o autor inglês George Orwell publicou uma das obras mais influentes do século XX: 1984. No livro, é apresentada a imagem do Grande Irmão (no original, “Big Brother”): uma presença tida como onisciente, tal qual diz o slogan “O Grande Irmão está de olho em você”, que observa e ouve tudo por intermédio de câmeras e microfones presentes em quase todas as esferas das vidas dos cidadãos – incluindo nas casas e outros recintos privados –, cuidadosamente fiscalizando cada movimento.

Apesar do livro ter sido escrito como uma distopia futurística autoritária, o policiamento constante que vemos nela se aproxima cada vez mais com o que acontece na nossa realidade, menos de um século depois de sua publicação. É cada vez mais comum a instalação de câmeras e outros meios de vigilância em escolas – dentre outras instituições –, colocadas não apenas como uma forma de garantir a segurança dos estudantes e outros frequentadores, mas também como um instrumento de controle que deixa claro aos estudantes que eles devem seguir as regras instauradas de acordo com a disciplina que lhes foi dada.

A opressão aos estudantes não se dá apenas por meios físicos, também é necessário o domínio da mente para assegurar o êxito na aplicação da disciplina. Para isso, é preciso que ninguém se diferencie drasticamente dos outros e assim seja mais fácil moderar, proporcionando a desvalorização das diferenças entre as pessoas.

Com o afrouxamento das regras rígidas de controle e disciplina do corpo, o governo precisa encontrar outra maneira de exercer sua influência.

Em razão disso, a violência em nossa sociedade deixa de ser física e passa a ser neuronal: o objetivo deixa de ser a eliminação da alteridade e passa a ser o controle da mesma. A opressão é exercida internamente, por meio do cansaço psicológico.

Uma das maneiras que o amoldamento mental se dá é pela medicação desnecessária, algo que acontece com grande frequência no sistema de educação brasileiro. Muitas vezes, quando um aluno é agitado ou tem dificuldade em prestar atenção nas aulas, os professores sugerem aos responsáveis que levem a criança a um psiquiatra. Por vezes, são os próprios responsáveis que tomam essa decisão e encaminham o estudante a um profissional da área.

Independentemente do estudante ter ou não algum distúrbio neurológico que torna necessário o uso de medicações, muitos psiquiatras simplesmente prescrevem algum remédio para ansiedade com o intuito de acalmar os responsáveis e educadores, desconsiderando as condições do jovem. A inquietação dos responsáveis e a falta de compreensão e paciência muitas vezes levam a diagnósticos equivocados, principalmente de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – condição que se torna cada vez mais comum no mundo inteiro. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (apud REIS, 2020) entre 8 a 12% das crianças do mundo foram diagnosticadas com TDAH.

Um dos remédios mais receitados nesses casos é a Ritalina®, geralmente recomendado para pessoas com TDAH. O Brasil é o segundo país no mundo onde mais se consome Ritalina, perdendo apenas para os Estados Unidos. Segundo Fábio Reis (2020), entre 2004 e 2014, o Brasil teve um aumento de 775% no consumo da medicação, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos.

Como a Ritalina intensifica a atividade dos neurotransmissores Dopamina e Noradrenalina – o que causa o aumento da concentração, calma e foco em qualquer atividade que venha a ser realizada –, ela é o instrumento perfeito para a facilmente uniformizar o comportamento dos estudantes. Porém, se o indivíduo não tiver TDAH ou outra condição que torne necessário seu uso, esse medicamento tem mais chances de causar efeitos colaterais que podem ser prejudiciais, como a diminuição do apetite, náusea, dificuldade em adormecer e muitos outros.

Enquanto o TDAH é um dos transtornos mais comumente prejudicado pelo sistema educacional, ele passa longe de ser o único. Entre o transtorno do espectro autista (TEA) e a ansiedade, a escola é repleta de alunos cujas dificuldades são desvalorizadas, mesmo quando existe a necessidade de planejamentos diferenciados para que o estudante consiga se adaptar ao seu ambiente.

O TEA é um transtorno que afeta o indivíduo desde o início do seu desenvolvimento e, por isso, pode prejudicar seu processo de aprendizado, ainda mais em instituições que desaprovam comportamentos como resistência a mudanças, tendência ao isolamento e dificuldades na comunicação – sintomas comuns àqueles que possuem o TEA. Na intenção de padronizar o ensino de todos, a escola muitas vezes se nega a fazer acomodações, com a justificativa de que isso seria tratamento preferencial, e, em vez disso, insistem em tentar amoldar o estudante ao sistema, mesmo que isso cause consequências negativas no futuro.

A ansiedade, por outro lado, é uma resposta normal a algum estímulo estressante, como uma apresentação de trabalho ou entrevista de emprego. Porém, a partir de determinado ponto ela passa a ser um obstáculo ao aprendizado e precisa ser tratada com a devida gravidade.

Além das questões de saúde, a padronização do comportamento é extremamente prejudicial para o aprendizado dos alunos, já que, como dito anteriormente, cada pessoa raciocina de maneira diferente e tem seu próprio ritmo de aprendizagem. Em seu blog, o professor Luiz Eduardo Corrêa Lima discursa sobre o antagonismo da padronização do ensino nas escolas, que deveriam ser os espaços mais humanitários da sociedade, já que elas são entidades que influenciam fortemente no desenvolvimento das pessoas. Ele também argumenta que esse tipo de restrição não apenas atrapalha no processo de educação, mas na verdade vai completamente contra ele:

É claro e óbvio que há necessidade de se estabelecer um mecanismo de orientação e um certo balizamento, quando se fala de ensino e educação, mas isso não quer dizer que se deva engessar toda a educação dentro de normas rígidas e intransponíveis [...]. Até porque, ao meu ver, isso além de restringir a capacidade individual, acaba mascarando a inteligência e obstruindo a criatividade do aluno (estudante), o que certamente são atitudes antipedagógicas, ou melhor, são atitudes que deseducam (LIMA, 2019, s.p.).

Ao normatizar o sistema de ensino e o transformar em um processo predeterminado, se acaba com a possibilidade de desenvolver as características únicas de cada indivíduo. Como consequência, muitos estudantes se sentem desencorajados, principalmente aqueles que demonstram dificuldade em algum assunto que é tido como “básico” ou “essencial” e por isso são rotulados como “burros” – dentre outros insultos – até mesmo por alguns educadores, aqueles que nunca deveriam julgar um aluno dessa maneira.

3. A FALSA IGUALDADE DA MERITOCRACIA

Na sociedade disciplinar descrita por Foucault, o indivíduo é lapidado pelas instituições de sequestro a partir de processos coercivos

e micro penalidades aplicadas sobre o corpo. A sociedade contemporânea, porém, sofreu diversas transformações que alteraram suas relações de poder, como o enfraquecimento das instituições tradicionais. Atualmente, ela é caracterizada pelo regime neoliberal, onde o Estado possui um papel cada vez menos ativo na esfera econômica e há um crescente incentivo à competitividade e à superprodução. A sociedade não é mais controlada por meio da disciplina e de regras rígidas, mas ela também está longe do ideal de liberdade que nos é apresentado como a realidade.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han caracteriza o momento que vivemos como uma sociedade regida pela tirania da positividade: a sociedade do desempenho. Se antes o sujeito era submetido ao domínio do governo, agora lhe é oferecida a liberdade e o poder de decidir, “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (HAN, Byung-Chul, 2015, p. 24). Nesse cenário, uma figura que ganha destaque é a do empresário – o *self-made man* –, alguém que conseguiu se estabelecer e crescer economicamente por conta própria: a figura ideal do regime neoliberal.

A disciplina, portanto, não deixa de existir, mas passa a ser autoimposta pelo próprio indivíduo. Para Byung-Chul, há um “paradigma do desempenho” ou um “esquema positivo do poder” que habita “naturalmente, o inconsciente social, o desejo de maximizar a produção”. As prisões, hospitais, fábricas e manicômios – as instituições de sequestro de Foucault – são substituídas por academias, shoppings centers, bancos e laboratórios de genética que afirmam o potencial dos sujeitos na produção de si mesmos, dando espaço à comportamentos cada vez mais auto-satisfatórios.

A concepção de um padrão intelectual e psíquico que advém do processo de padronização dos indivíduos anda de mãos dadas com outro conceito que influencia profundamente a sociedade atual: a ideia

da meritocracia. Meritocracia significa, literalmente, o governo dos melhores, ou seja, a compreensão de que a posição social de um indivíduo resulta diretamente de seus esforços individuais, independente das circunstâncias particulares de cada um.

Uma analogia recorrente utilizada para ilustrar a meritocracia é a da vida como uma corrida de obstáculos, na qual todos começamos na mesma linha de partida e enfrentamos os mesmos empecilhos no decorrer do caminho, significando que a colocação final de cada um é apenas uma questão de dedicação. Essa metáfora, porém, não pode ser aplicada precisamente à realidade, já que ela pressupõe que todos os indivíduos têm acesso aos mesmos recursos e oportunidades, além de condições de tempo e treinamento iguais.

Efetivamente, a ideia da meritocracia serve apenas para justificar a distribuição desigual de recursos na sociedade, sem nunca ser realmente colocada em prática. É óbvio que um indivíduo criado em um meio financeiramente estável e com acesso a uma boa educação terá muita mais facilidade em conseguir estabelecer uma carreira e viver uma vida bem-sucedida do que outro sujeito criado em um âmbito socioeconômico menos afortunado, mas a meritocracia ignora essas diferenças e consolida a ideia de que algumas pessoas possuem maior predisposição e, portanto, são mais dignas de determinados resultados.

O filósofo e escritor estadunidense, Michael Sandel apud Sérgio Fanjul (2021, s.p), diz: “Os que chegam no topo acreditam que seu sucesso é obra sua, evidência de seu mérito superior, e que os que ficam para trás merecem seu destino da mesma forma”.

A sociedade meritocrática alega que os talentos e aptidões inatas dos indivíduos são componentes que influenciam imensamente seu posicionamento na hierarquia social, colocando os mais talentosos – mais merecedores – no topo e aqueles que não se destacam em nada

na base. Essa é uma fala vazia, pois ter talento não significa nada se as circunstâncias do sujeito não permitem que suas habilidades sejam desenvolvidas, especialmente as habilidades sociais. Além disso, o talento em questão precisa ser respeitado e apreciado pelo mercado: existe uma grande diferença entre ter talento para jogar futebol e ter talento para jogar badminton.

Segundo a lógica da meritocracia, aquelas pessoas que conseguiram escalar a pirâmide social e se assentar no topo dela tiveram as mesmas chances que as pessoas que não conseguiram o mesmo feito, pois a sociedade é igualitária.

Isso, contudo, é uma falácia elaborada para manter a estrutura social já estabelecida e, assim, continuar beneficiando as elites enquanto se cultiva a ilusão de oferecer oportunidades iguais a todos. A meritocracia se aproveita do princípio da igualdade – que declara que todos devem ser regidos pelas mesmas regras – para consolidar a desigualdade social. Em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp em 2017, Sidney Chalhoub – historiador, professor titular da UNICAMP e docente do Departamento de História da Universidade de Harvard – afirma:

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar (CHALHOUB apud FILHO, s.p.).

Se o objetivo da meritocracia realmente fosse garantir que todos desfrutem das mesmas chances, não seria aplicada a igualdade, mas sim a equidade. Enquanto a igualdade manda que tratemos todo mundo da mesma forma, a equidade reconhece as diferenças entre os

indivíduos e que é preciso ajustar as abordagens de acordo com as circunstâncias. É o que acontece, por exemplo, em um hospital. Os pacientes em maior risco são tratados antes daqueles mais estáveis, independente da ordem de chegada – que seria o “igualitário”.

A prevalência da aplicação do princípio igualitário – e, portanto, meritocrático – na sociedade se dá pela associação errônea que muitos fazem entre “igualdade” e “justiça”. A título de exemplo, podemos observar a situação das cotas étnico raciais nas universidades brasileiras. Enquanto as cotas foram criadas com o objetivo de democratizar o acesso às universidades, elas foram recebidas com apreensão por uma parcela da sociedade que se sentiu ameaçada pela iniciativa, já que o estabelecimento da entrada por cotas acabaria com a igualdade do processo seletivo. Um dos argumentos mais utilizados por aqueles contrários às cotas é de que elas tornariam o caminho mais fácil para determinado grupo, que não seria justo com todos os outros que dependem apenas de seus méritos e capacidades próprias.

Novamente, o discurso meritocrático se apresenta como uma forma de justiça. Ao afirmar que “não é justo”, as pessoas não se dão conta de que o processo nunca foi justo. Nas palavras de Sidney Chalhoub apud Filho (2017, s.p),

Não se pode fazer com que o aluno negro, pobre e que estudou numa escola pública localizada na periferia de Campinas concorra em igualdade de condições numa prova padronizada com alunos cujos pais cursaram universidade, têm alto poder aquisitivo e tem alto acesso ao capital simbólico.

Assim, podemos entender então que nem tudo que é igualitário é justo. A sociedade atual está em grande defasagem no tocante às diretrizes de equidade, especialmente as voltadas ao combate do imenso desequilíbrio social existente no Brasil.

4. A EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E A SAÚDE MENTAL

Para promover a quebra do pensamento igualitário e meritocrático instaurado tão profundamente na sociedade é necessário o implante de uma educação socioemocional, que trabalhe com os sentimentos dos indivíduos, ao ponto que as pessoas tenham autocontrole sobre suas emoções. Esse é um fundamento que deve ser desenvolvido desde o início da vida, inicialmente com pequenas relações que ocorrem no ciclo familiar – visto que os primeiros educadores das crianças são a família – e mais tarde em outras áreas da vida social, como a escola.

A importância dessa forma de educação se dá no fato dela promover habilidades cruciais para a vida em sociedade, como o controle e equilíbrio emocional, a melhoria da capacidade de tomar decisões e o aumento de comprometimento com os objetivos e metas.

Conforme afirmado previamente, o colégio tem um papel imprescindível na vida do estudante, considerando que ele proporciona algumas das primeiras interações que se dão fora do âmbito familiar. A socialização infantil ocorre na faixa dos 6 anos de idade da criança, e é quando ela aprende as regras de convivência sociais, como, por exemplo, respeitar os outros, aprender a dividir e saber lidar com possíveis frustrações.

Uma obra que retrata muito bem a necessidade de uma educação menos opressiva é o filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, de 1989. Nele, um novo professor de literatura é contratado por uma escola extremamente autoritária, e, já tendo sido um aluno dessa mesma instituição, ele utiliza uma proposta diferente de ensino para atingir seus alunos, contrariando a natureza tradicionalista da escola. Essa obra expõe alguns problemas que os jovens enfrentam até hoje, como a imensa pressão da escola e família que, por vezes, levam os jovens a depressão. Em 2016, de acordo com o G1, os casos de

suicídios de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos diminuíram cerca de 0,7% em relação ao ano anterior, totalizando 845 casos – um resultado ainda alarmante.

Outro fator que também influenciou gravemente o psicológico dos jovens recentemente foi a pandemia. Em consequência do isolamento que as pessoas tiveram que realizar, as atividades de socialização não aconteceram da maneira que deveriam, o que interferiu no desenvolvimento intelectual e socioemocional, principalmente das crianças mais novas. Segundo a diretora da Organização Pan-Americana da saúde (OPAS), muitos jovens passaram a sofrer de estresse e ansiedade durante a quarentena, porém os serviços de saúde mental e apoio continuam fora do alcance de muitos.

Dificuldades dessa natureza acontecem, muitas vezes pela ausência de dinâmicas familiares mais estreitas capazes de reforçar os laços afetivos dos entes, ocasionando sensação de segurança e pertencimento, especialmente para as crianças lamentavelmente, esse comportamento geralmente é passado de geração para geração, criando um ciclo de relações tóxicas.

O resultado de todos esses problemas causa um grande impacto na constituição dos jovens como indivíduos, consequentemente, eles não têm mentalidade para enfrentar isso, já que nunca foram orientados para lidar com esse tipo de situação, e, portanto, acabam fazendo escolhas que os prejudicam.

Um bom exemplo para reforçar essa ideia é o filme “Dividida Mente” – publicado em 2015 pela Walt Disney Studio –, que conta a história de Riley Andersen, uma garota de 11 anos que é forçada a se mudar para uma nova cidade. O problema surge quando Riley fica com medo de ter uma mudança tão drástica em sua vida – deixando todos os seus amigos e memórias para trás – e, ao invés de ajudá-la a lidar com suas emoções, seus pais ignoram seus sentimentos, causando um

estado de instabilidade em sua mente que lhe impele a fugir de casa. No fim, ela volta para casa em segurança e tudo acaba bem, mas a vida real não é como um filme da Disney, o despreparo dos pais para lidar com as emoções de sua filha poderia ter acabado em tragédia. Consequentemente, a professora Lilith Neiman, formada em pedagogia, diz:

As crianças fazem parte desse nosso tempo, desse nosso mundo, elas são afetadas. O que faremos a partir disso é o que precisamos pensar... Como vamos estar junto, acolher, recriar a partir dessas marcas que estão em todos nós, não importa a idade que tenhamos? As crianças são afetadas, mas também afetam, também recriam, ressignificam. Temos que acreditar mais na capacidade delas de, com nosso apoio, seguirem bem (NEIMAN apud Blog da Letrinhas, 2021, s/p.).

A fala de Lilith Neiman se distingue do ponto de vista da maior parte dos adultos ao não excluir as crianças como indivíduos e respeitar suas experiências e sentimentos. Dito isso, podemos concluir que os jovens são vítimas de um sistema que ignora seus problemas, colocando em risco sua saúde mental e emocional, e consequentemente, seu futuro.

Pode-se dizer, por fim, que a escola como instituição está “doente”, criando jovens emocionalmente fragilizados e sem nenhum preparo emocional para lidar com a sociedade emocionalmente ignorante e injusta que lhes espera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo percebe-se a magnitude da influência que a escola exerce na perpetuação dos mesmos pensamentos através da padronização de seus alunos.

O amoldamento desses jovens se dá de diversas maneiras, mas principalmente por meio da eliminação daquilo que é diferente – algo que pode ser feito através da força física (como era comum nas escolas

antigas) ou até mesmo por meio da medicação desnecessária – e da vigilância constante que desencoraja comportamentos destoantes.

Em virtude dos fatos mencionados, a tese de biopolítica de Foucault – apesar de não ser mais aplicável na sociedade atual – é importante para alçarmos uma condição de visibilidade mais ampla e questionadora sobre as instituições de ensino.

Em sua obra, o filósofo se refere à escola como uma das “instituições de sequestro” utilizadas para o adestramento dos cidadãos, os transformando nos trabalhadores ideais. Por mais que essa conceituação não possa ser aplicada nos dias de hoje, podemos afirmar que existe uma correlação entre essa ideia e o pensamento moderno, uma vez que as instituições educadoras continuam a controlar seus alunos, padronizando comportamentos e desconsiderando as individualidades.

Graças aos ideais neoliberais que prevalecem no mundo moderno, a forma como se impõe a disciplina teve de ser alterada, deixando de ser tão física e passando a ser psicológica.

Assim, as pessoas podem manter a impressão de liberdade e ao mesmo tempo acatar ao que o Estado deseja delas. Aliando o ensino padronizado e a ideia de liberdade – que provoca a impressão de que alcançar seus objetivos é uma questão de querer –, cria-se o cenário perfeito para o desabrochar da ideologia meritocrática, que contribui na conservação da estrutura social como ela está: aqueles que estão no topo acreditam estar lá porque merecem, assim como aqueles que estão na base acreditam estar lá por merecerem alguma espécie de “castigo”.

A propagação do pensamento meritocrático, como consequência, cria um ciclo vicioso de pessoas traumatizadas, com transtornos e angústias que elas não sabem como tratar. Levando esses fatos em consideração, percebe-se a necessidade da existência

de uma educação socioemocional nas escolas, que trabalhe de forma saudável com o estado psicológico dos estudantes e os oriente em como lidar com suas emoções, já que os jovens saem da escola sem preparo para lidar com toda a pressão e a competitividade que dominam o mundo.

Conclui-se, portanto, que o sistema educacional está desgastado, uma vez que sua abordagem distancia a escola cada vez mais de um espaço onde os jovens e as crianças possam desenvolver suas habilidades e inclinações pessoais além de não oferecer o apoio emocional que muitos deles precisam.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Gabriel Teixeira de. et al. **PANOPTISMO: vigilância cotidiana**. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalelectronicoifivj.com.br/jefvj/article/download/685/68>>. Acesso em: 22, abr. 2022.
- BETONI, Camila. **Meritocracia**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/politica/meritocracia/>>. Acesso em 04, ago. 2022.
- BLOG DA LETRINHAS. **Um ano de pandemia: como está a saúde emocional das crianças?** 2021. Disponível em: <<https://www.blogdaletrinhas.com.br/Conteúdos/visualizar/Um-ano-de-pandemia-como-esta-a-saude-emocional-das-criancas>>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- CARLA. **Cotas raciais no Brasil: o que são?** 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/#:~:text=A%20consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20cotas%20aconteceu,estudantes%20egressos%20de%20escolas%20p%C3%A9Blica>> Acesso em: 07, ago. 2022.
- CELIA, Anna. **Entre o panóptico e o big brother: a vigilância de Foucault e Orwell em 2019**. 2019. Disponível em: <<https://irisbh.com.br/entre-o-panoptico-e-o-big-brother-a-vigilancia-de-foucault-e-orwell-em-2019/>> Acesso em: 22, abr. 2022.
- CHEVITARESE, Leandro. **Sociedade do Desempenho: uma reflexão sobre os desafios da era digital a partir de Byung-**

Chul Han. 2022. Disponível em:

<<https://centrodepesquisaformacao.sescsp.org.br/atividade/sociedade-do-desempenho-uma-reflexao-sobre-os-desafios-da-era-digital-a-partir-de-byung-chul-han>> Acesso em: 06, ago. 2022.

COLAGROSSI, Ana Luiza Raggio. et al. A aprendizagem socioemocional pode transformar a educação infantil no Brasil. 2017. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542017000100003> Acesso em: 21, abr. 2022.

COSTA, José António. O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências. 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/871/1/O%20papel%20da%20escola%20na%20sociedade%20actual.pdf>> Acesso em: 17, abr. 2022.

DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. Mensurando Habilidades Socioemocionais de Crianças e Adolescentes:

Desenvolvimento e Validação de uma Bateria. Disponível em:

<<https://doi.org/10.9788/TP2017.4-24Pt>> Acesso em: 22, abr. 2022.

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA. Educação socioemocional no ambiente escolar: por que é tão relevante hoje?. 2019.

Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/blog/educacao-socioemocional-no-ambiente-escolar/>> Acesso em: 21, abr. 2022.

FANJUL, Sergio C. A meritocracia é uma armadilha. 2021.

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-18/a-meritocracia-e-uma-armadilha.html>> Acesso em: 04, Ago. 2022.

FERRARI, Márcio. Michel Foucault, um crítico da instituição escolar. 2008. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/1522/michel-foucault-um-critico-da-instituicao-escolar>> Acesso em: 09, abr. 2022.

FERREIRA, Anna Rachel. Ritalina: a escola esqueceu que é melhor prevenir do que remediar. 2013. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/1897/ritalina-a-escola-esqueceu-que-e-melhor-prevenir-do-que-remediar>> Acesso em: 24, abr. 2022.

FILHO, Manuel Alves. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. Jornal da Unicamp, 2017.

Disponível em:

<<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocra>>

cia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>
Acesso em: 07, ago. 2022.

LAURO, Rafael. **Byung-Chul Han - Sociedade do Cansaço**.

Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2017/06/25/byung-chul-han-sociedade-do-cansaço/>> Acesso em: 05, ago. 2022.

LIMA, Luiz Eduardo Corrêa. **A burocracia e a padronização nas escolas brasileiras**. 2019. Disponível em:
<<https://www.profluizeduardo.com.br/2019/03/13/a-burocracia-e-a-padronizacao-nas-escolas-brasileiras/>> Acesso em: 23, abr. 2022.

MATHIAS, Francielle Tatiana. **Reações adversas e efeitos colaterais do Ritalina**. 2022. Disponível em:
<<https://consultaremedios.com.br/ritalina/bula/reacoes-adversas>>
Acesso em: 24, abr. 2022.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **Diferença entre Igualdade e Equidade**. 2022. Disponível em:
<<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade#:~:text=A%20igualdade%20%C3%A9%20baseada%20no,preciso%20ajustar%20esse%20%E2%80%9Cdesequil%C3%ADbrio%E2%80%9D>> Acesso em: 07, Ago. 2022.

MORENO, Ana Carolina. DANTAS, Carolina. OLIVEIRA, Monique. **Suicídios de adolescentes: como entender os motivos e lidar com o fato preocupa pais e educadores**. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/suicidios-de-adolescentes-como-entender-os-motivos-e-lidar-com-o-fato-que-preocupa-pais-e-educadores.ghtml>> Acesso em: 20, abr. 2022.

MOTTA, Pierre Cerveira. et al. **A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura**. 2019. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752019000200006> Acesso em: 20, abr. 2022.

OLIVEIRA, Amanda. **Como a pandemia afeta a saúde emocional das crianças**. 2020. Disponível em:
<<https://revistacrescer.globo.com/Criancas/noticia/2020/05/como-pandemia-afeta-saude-emocional-das-criancas.html>> Acesso em: 22, abr. 2022.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista**. 2020. Disponível em:
<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e->>

inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista> Acesso em: 02, ago. 2022.

OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. **HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 80 p. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/XRTFtgxjLPN66MPNMQjZsP/?lang=pt>> Acesso em: 06, ago. 2022.

PALAZZOLO, Ândrea Cristina Pimentel. **Instituições de sequestro em Michel Foucault.** 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20973/2/%c3%82ndrea%20Cristina%20Pimentel%20Palazzolo.pdf>> Acesso em: 16, abr. 2022.

PIMENTA, Tatiana. **Ritalina: como ela age no organismo e para que é indicada.** 2019. Disponível em: <<https://www.vittude.com/blog/ritalina/>> Acesso em: 24, abr. 2022.

PINTO, Simã Catarina de Lima. **Sociedade do desempenho reconfigurado pela pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/06/15/sociedade-do-desempenho-reconfigurado-pela-pandemia/>> Acesso em: 06 ago. 2022.

RAZÃO INADEQUADA. **Biopolítica: o poder regulador da vida.** Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/filosofos/foucault/biopolitica/>> Acesso em: 02 ago. 2022.

REIS, Fábio. **O perigo do uso indevido da Ritalina.** 2020. Disponível em: <<https://pfarma.com.br/informe/5112-o-perigo-do-uso-indevido-da-ritalina.html>> Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTOS, Ivonildo Reis. **O papel do positivismo e influências.** 2015. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/ivonildo-reis-santo/artigos/o-papel-do-positivismo-e-influencias-1681>> Acesso em: 07 ago. 2022.

SANTOS, Maria Tereza. **Ansiedade: o que é, sintomas físicos e psicológicos e tratamento.** 2021. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/ansiedade-o-que-e/>> Acesso em: 06, ago. 2022.

TREE. **Equidade e igualdade: qual é a diferença e a importância dessa distinção no ambiente corporativo.** Disponível em: <<https://treediversidade.com.br/equidade-e-igualdade-qual-a-diferenca/>> Acesso em: 07, ago. 2022.

VEJA. **Consumo de Ritalina no Brasil cresce 775% em dez anos.**
2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/consumo-de-ritalina-no-brasil-cresce-775-em-dez-anos/>> Acesso em 04, ago. 2022.

RISCOS DOS AGROTÓXICOS À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DO CORPO E DO MEIO AMBIENTE

Cecilia Maria Gheller

"A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância" (GANDHI).

RESUMO: Sendo o principal consumidor de agrotóxicos do mundo e o quarto maior produtor de grãos, o Brasil ainda sofre com os efeitos negativos de tais substâncias. A exposição a esses compostos químicos tem seus malefícios e riscos comprovados em diversos estudos e pesquisas relacionadas à saúde do corpo e do meio ambiente. A partir da criação do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), foram surgindo cada vez mais variantes de defensivos agrícolas que marcaram a chamada Revolução Verde na década de 1960. Apesar de seus benefícios para o aumento de produção, seu uso indiscriminado ocasionou severos problemas ecológicos, tornando-se imprescindível a realização de estudos sobre as causas e impactos da exposição aos agrotóxicos. O presente artigo tem como objetivo apontar as consequências à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes da frequente exposição a estes compostos.

PALAVRAS-CHAVE: Agrotóxico, meio ambiente, exposição, efeitos adversos, saúde humana.

ABSTRACT: As the main consumer of pesticides in the world and the fourth largest producer of grains, Brazil still suffers from the negative effects of such substances. Exposure to these chemicals have their harm and risks proven in several studies and researches related to the health of the body and the environment. Since the creation of DDT, more and more variants of pesticides have emerged, this marked the so-called Green Revolution in the 1960s. Despite its benefits for increasing production, its indiscriminate use caused severe ecological problems, making essential to conduct studies on the causes and impacts of exposure to pesticides. The present work aims to point out the consequences to human health and the environment resulting from frequent exposure to these components.

KEYWORDS: Pesticides, environment, exposure, adverse effects, human health.

1. INTRODUÇÃO

Diversas são as nomenclaturas dadas às substâncias químicas utilizadas pela agricultura e pecuária, porém todas têm um único propósito e objetivo: combater e controlar pragas e doenças.

Empregados em larga escala no meio rural e adotados nas campanhas de saneamento e no combate a vetores de doenças no meio urbano, tais substâncias vêm sendo analisadas diante de seus efeitos adversos e danosos à saúde humana e ao meio ambiente.

A lista de efeitos nocivos dos agrotóxicos tanto à saúde humana quanto a animal é extensa e vem crescendo nos últimos anos devido ao uso indiscriminado dos mesmos. O presente texto vislumbra chamar a atenção para alguns dos principais problemas do uso excessivo de agrotóxicos na produção de alimentos e seus principais impactos diretos e indiretos ao homem e ao meio ambiente.

A Revolução Verde surge com o objetivo de ampliar a produção agrícola com a implementação de novas tecnologias. Em 1960 chega ao Brasil movimentos inspirados nesta nova forma de cultivo, através do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, que buscava a autossuficiência e ampliação nos sistemas de plantio. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de defensivos químicos no mundo e a reação a tal uso torna-se adversa à saúde e ao bem-estar de nossa população e ecossistema.

Com a crescente modernização agrícola, a segurança alimentar se torna o objetivo principal da agricultura e pecuária, fazendo com que muitos acreditassesem que, com o uso de produtos químicos e sementes geneticamente modificadas, o resultado na produção de alimentos ampliaria. Regidos e regulamentados na Legislação Brasileira, órgãos como Anvisa e IBAMA, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fornecem pesquisas e experimentações de substâncias para que a produção, comercialização e aplicação se façam de maneira segura. Porém, a exposição por longos períodos de tempo, direta ou indiretamente, acometem diversos problemas na saúde e no bem-estar do consumidor e do produtor rural que o manuseia, além de apresentar danos severos ao biossistema.

Diante desse contexto, disserta-se sobre os três embates fundamentais no que tange à utilização de tais substâncias em nosso sistema agrário e pecuário, buscando, por fim, uma agricultura menos

hostil ao meio ambiente e que indique alternativas sustentáveis de produção, minimizando o uso de tais produtos.

2. AGROTÓXICOS: REMÉDIO OU VENENO?

Amplamente utilizados durante o período da Segunda Guerra Mundial, os agrotóxicos surgem como princípios de armas químicas frente aos inimigos e no combate de doenças no interior das tropas.

Após o fim dos conflitos, tais produtos passaram a ser utilizados nas casas e na agricultura, sendo aplicados como defensivos de pragas e doenças, visando ao aumento da produção de alimentos e cultivo de plantas.

Seu desenvolvimento foi impulsionado pelo forte anseio do homem em melhorar sua condição e padrão de vida, sendo a alimentação o seu pilar fundamental. Entretanto, o uso excessivo destas substâncias tem levado a contaminação dos recursos hídricos e afetado fortemente a saúde e o bem-estar do homem, tanto diretamente, pela manipulação e utilização destes produtos feita por trabalhadores do campo e agricultores, quanto indiretamente, através do consumo de alimentos.

A contaminação dos ecossistemas aquáticos e terrestres provenientes do uso excessivo dos agrotóxicos acarreta a perda da biodiversidade e a intoxicação de seus indivíduos, além de gerar um desequilíbrio na fauna e na flora local.

Com o forte avanço e modernização da agricultura, surge à ideia de garantir segurança alimentar para a população mundial, ação que seria possível por meio do aumento da produção de alimentos. Tal modernização e avanço constitui o período da Revolução Verde, com início na metade do século XX entre as décadas de 1950 e 1970.

Chamada também de Paradigma da Revolução Verde, este período representa uma mudança na forma de produção agrícola e agropecuária com a adoção de novas tecnologias, baseadas muitas vezes no uso extensivo de agentes químicos.

No ano de 1960, a procura pela autossuficiência na produção de insumos básicos ganha força com a implantação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Com o aumento no padrão de consumo de alimentos, a agricultura vê-se diante da necessidade de ampliar sua produção e, assim, explorar cada vez mais a terra, e esta engloba os recursos naturais, os solos, os minérios, a água e toda a cadeia biota que compõem a Terra. Tais componentes estão organizados em ecossistemas que sustentam e mantêm equilibrada a vida e a manutenção do meio ambiente.

Com a necessidade humana de aumentar seu faturamento e qualidade de vida, as atividades econômicas exercem uma pressão cada vez maior sobre os recursos terrestres, criando competição e desequilíbrio, resultando em um uso inapropriado e inconsequente tanto da terra como de seus recursos. O Brasil, país com maior consumo de defensivos agrícolas desde 2008, fruto do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico, como consequência desse uso exacerbado, vem enfrentando sérios problemas associados aos efeitos dessas toxinas no organismo.

A agricultura é vista pela Organização Internacional do Trabalho - OIT como um dos três setores mais perigosos no mundo em matéria de segurança e saúde no trabalho, causando mais de 70 mil óbitos por intoxicação e mais de 7 milhões de casos de doenças crônicas não letais por ano.

Com o intuito de proteger e assegurar os direitos dos trabalhadores tanto rurais quanto urbanos, foi criado no ano de 1977 a lei nº 6.514, que estabelece entre seus artigos 154 a 201 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No artigo de número 200, ela determina que é dever do Ministério do Trabalho estabelecer e assegurar normas de segurança relativas à medicina do trabalho. Com isso, o Ministério do Trabalho aprovou em 1978 a Portaria nº 3.214, que criou as Normas Regulamentadoras (NRs). Dando ênfase na Norma Regulamentadora Rural nº 5 (NRR 5) que abrange o uso de produtos químicos no meio rural, esta define o termo agrotóxico como

[...] as substâncias ou misturas de substâncias de natureza química quando destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nociva às plantas e animais úteis, seus produtos e subprodutos e ao homem. Serão considerados produtos afins os hormônios, reguladores de crescimento e produtos químicos e bioquímicos de uso veterinário (Seção 1, pág. 6.333 a 6.336).

De maneira concisa, os chamados agrotóxicos podem ser divididos em três grupos: inseticidas, pesticidas e herbicidas.

No primeiro grupo estão três subgrupos grandes: os organoclorados, os organofosforados e as piretrinas. Dentre os agrotóxicos que mais se destacam no grupo dos herbicidas, estão clorofenóis, paraquat e dinitrofenóis.

Desenvolvido no ano de 1871 pelo químico austríaco Othomar Zeidler, o composto orgânico denominado Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) foi um dos primeiros agrotóxicos a serem utilizados no mundo.

Seu princípio inicial era o combate dos vetores da malária, tifo e febre amarela, transmitidas por mosquitos; porém somente no ano de 1939, Paul Muller aplica-o como um tipo de inseticida.

Tal mistura contém em sua fórmula cloro associado ao hidrogênio e ao carbono, denominados hidrocarbonetos clorados ou organoclorados, cujo efeito é cumulativo podendo durar cerca de 30 anos até sua decomposição total. Essas substâncias são absorvidas pela via oral, respiratória e dérmica, podendo atingir o sistema nervoso central e periférico, ocasionando doenças neurológicas e o desenvolvimento de câncer.

Em forma de protesto e crítica ao uso extravagante de tais produtos, principalmente os DDTs, Rachel Carson, escritora, cientista e ecologista norte-americana, lança seu livro “Primavera silenciosa”, debatendo a utilização destes agrotóxicos nos Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950. Devido a esse acontecimento, durante a década de 1970 foi proibido seu uso, sendo substituído por novos inseticidas pertencentes ao mesmo grupo dos organoclorados sintéticos como os organofosforados e hexaclorociclohexano (BHC).

Os organofosforados agem diretamente no sistema nervoso, cortando a produção de colinesterase (enzima responsável pela hidrólise da acetilcolina). Sem a produção de acetilcolina, os impulsos nervosos são interrompidos e fazem com que os outros sistemas deixem de funcionar, acarretando a morte. Este grupo possui uma “vantagem” no que tange ao meio ambiente, pois apresentam decomposição rápida em relação aos clorados, mas sua presença é muito mais perigosa, pois contamina não somente os insetos, mas também o homem e os animais.

Tal grupo pode ser subdividido em dois: os exoterápicos, ou de contato, e os endoterápicos, que penetram nos vegetais e entram nos vasos de condução de seiva, envenenando qualquer ser que o consumir.

Os inseticidas à base de piretrina são constituídos das flores de pireto, uma planta mais conhecida como crisântemo dálmata ou

crisântemo persa, cujo uso em pesticida vem sendo utilizado desde os anos 1950.

A piretrina encontrada nestas plantas é capaz de afetar o sistema nervoso dos insetos, levando-os à paralisia e logo em seguida à morte.

Por se tratar de um inseticida natural, quando aplicada de maneira recorrente, os insetos expostos a ele tendem a tornar-se resistentes devido à geração de enzimas protetoras capazes de degradar as substâncias e permitir sua recuperação da paralisia sem resultar na sua morte. A piretrina, assim como os DDTs, compõe os inseticidas neuromusculares, que, quando combinados com organofosforados ou carbamatos, podem se tornar letais ao indivíduo, impedindo a recuperação e adaptação dos mesmos.

Essa combinação é chamada de piretróides, sendo este uma versão sintética das piretrinas, cujo custo de produção se torna mais baixo, diminuindo seu valor no mercado e aumentando sua venda e consumo. Hoje, tal substância é encontrada em alguns repelentes e aerossóis de uso doméstico, em “sprays” industriais de inseticidas e em algumas coleiras e remédios contra pulgas.

Dentro da classificação dos agrotóxicos, também temos o grupo dos herbicidas, usados no combate, desenvolvimento e suprimento para espécies específicas de plantas nas lavouras e plantações.

Sua função é reduzir o crescimento de plantas daninhas que competem com as culturas por nutrientes, água e luz, além de serem hospedeiras de parasitas e organismos causadores de doenças. Com o desenvolvimento de plantas parasitas no meio do plantio, a lavoura apresenta redução na produção e desenvolvimento. Assim, para combater tais plantas intrusas, o uso de defensivos agrícolas se faz mais recorrente e em maior quantidade.

Os primeiros herbicidas utilizados se tratavam de um herbicida-não-seletivo à base de arsênio (substância altamente venenosa), misturada com óleo diesel e clorato de sódio. Porém, tal mistura gerava a esterilização total do solo, deixando-o improdutivo para qualquer tipo de planta.

Devido à adaptação dos indivíduos a tais substâncias, surge a necessidade de produzir herbicidas específicos que não afetasse totalmente o solo. Hoje podemos dividir os herbicidas em quatro grupos, são eles: herbicidas de seletividade, época de aplicação, translocação e mecanismos de ação. No primeiro grupo, a classificação do herbicida vai se dar por meio de como ele irá interagir e afetar a planta. Nele, incluem-se outros três subgrupos: categoria genuína (irá interferir na capacidade da planta de metabolizar os herbicidas), adquirida ou transgênica (modifica o gene da planta onde esta se torna tolerante a certos tipos de herbicidas) e toponômica ou de posição (contato apenas com as sementes e plantas daninhas, sendo aplicado diretamente no solo após o plantio ou sobre a planta).

Para que o herbicida obtenha total eficácia, deve ser aplicado de forma correta, respeitando o tipo de planta e a época de aplicação. Esta forma engloba o segundo grupo de herbicidas, em que este se divide em pré/pós-plantio e pré/pós-emergência.

No pré-plantio, o herbicida entra como secativo das ervas daninhas antes do plantio da cultura principal. Já no pós-plantio, o herbicida é aplicado após o plantio da cultura principal, na qual este busca secar as ervas daninhas que permaneceram após a primeira aplicação.

O pós-plantio também pode ser chamado de pré-emergência, pois ele irá agir sobre as plantas daninhas no seu período de enraizamento e crescimento. O pós-emergência ocorre quando as

ervas já estão em seu estado enraizado e desenvolvido, e sua aplicação se volta à parte foliar da planta.

Nos herbicidas que agem por translocação, sua ação se dá no interior da planta na forma como ocorre o deslocamento das substâncias. Herbicidas de uso-tópico se enquadram neste grupo, porque agem diretamente sobre a erva daninha, sendo aplicados no local desejado da planta e tendo efeito mais acelerado. Os herbicidas sistêmicos, por sua vez, podem agir tanto próximo como longe do local em que o produto foi aplicado, sendo deslocado pelos vasos de xilema e floema.

Após serem aplicados, o conjunto de reações e eventos relativos ao reflexo da planta ao agroquímico é chamado de mecanismo de ação, retratando todo o comportamento do herbicida na erva daninha desde sua aplicação até o final de seu efeito. Este envolve diversos fatores como as condições ambientais e climáticas, o comportamento das plantas e ao ambiente após a aplicação. De acordo com o mecanismo de ação, podemos dividir este grupo em enzimáticos, cuja ação do herbicida ocorre diretamente no metabolismo da planta tendo como um representante a ACCase ("Acetyl-CoA carboxylase" também chamada de inibidora do acetilcoenzima, a carboxilase) e os não enzimáticos, ocorrendo sobre eventos metabólicos dos vegetais, mas sem o auxílio de enzimas, como as auxinas (responsável pelo crescimento apical da planta).

Um dos herbicidas mais utilizados pela agricultura desde os anos 1960 é o Paraquat, sendo muito eficiente e com baixo custo, apresenta pequeno efeito poluente nas regiões em que é aplicado. Porém, a exposição a longo prazo de tal substância, passou a ser estudada na década de 1980, quando numerosos casos de intoxicação aguda começaram a aparecer devido a seu alto risco de contaminação, podendo afetar os sistemas neural, respiratório e endócrino. O

paraquat é um herbicida sintético de contato não-seletivo, atuando na desidratação da planta devido a presença de sal de amônia na composição. Sua ação se dá no interior da célula da planta, durante o processo de fotossíntese, reagindo com o fotossistema I que, em contato com o oxigênio, resulta em um superóxido que desidrata a membrana e tecidos celulares.

Classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um pesticida moderadamente perigoso de classe II, seu uso e comercialização é proibido em diversos países. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) resolveu, através da RDC nº 177, em 21 de setembro de 2017, banir o ingrediente ativo paraquat, concedendo três anos de transição visando diminuir os impactos econômicos e agroeconômicos no país. Porém, em outubro de 2020, através da RDC nº 428/2020, a Anvisa autorizou o uso novamente de tal ativo químico, seguindo o regulamento específico para aplicação em estoque para a safra 2020/2021 nas lavouras de soja, algodão, milho, feijão, café, cana-de-açúcar, dentre outras.

Sendo o agronegócio uma das engrenagens principais na grande máquina que é a economia brasileira, a sua busca pelo desenvolvimento e aumento do lucro acabam se tornando prioridade máxima para tal sistema, sendo deixado muitas vezes de lado a segurança e bem-estar de quem faz tal engrenagem girar.

As consequências de tais ações e descumprimentos das legislações ambientais vêm impactando severamente a vida do produtor rural e do consumidor urbano, refletindo no aumento do desmatamento, degradação e perda de solos e biodiversidades, esgotamento de recursos e contaminação do solo, recursos hídricos e do ar. Muitos dos casos são punidos de forma inadequada e ineficientes, onde as medidas de recuperação são incapazes de reverter tal situação e recuperar as áreas degradadas. Vale ressaltar

que a busca pela sustentabilidade ajuda a todos, favorecendo o meio ambiente e assim aumentando a produtividade, o que gera menos gastos tanto em saúde (para tratar das doenças e complicações causadas por esses produtos) como gastos futuros às empresas, proporcionando lucro e bem-estar para todos.

2.1. O USO DE AGROTÓXICOS NO SOLO BRASILEIRO

Os agrotóxicos incluem uma vasta gama de substâncias químicas que são classificadas de acordo com o seu controle, estrutura química e seus prejuízos no meio ambiente, na planta e na saúde humana.

Tais produtos, utilizados no combate de pragas ou doenças, são regulamentados na legislação brasileira, enquanto seu registro compõe uma avaliação científica de qualidade, pertinência dos resultados e conclusões apresentadas, envolvendo uma análise de possíveis riscos e benefícios derivados de seus efeitos toxicológicos, ecotoxicológicos e agronômicos, orientado para um maior bem-estar social e ambiental.

Nos últimos anos, houve uma grande expansão no mercado de agrotóxicos no Brasil, apresentando um ritmo de crescimento que ultrapassa o dobro do mercado mundial. Segundo dados da Anvisa, nos anos de 2010 e 2011, o consumo de defensivos agrícolas foi de 936 mil toneladas, e destes 45% do volume eram herbicidas, 14% fungicidas e 12% inseticidas. Em outro levantamento realizado no ano de 2012, dos principais produtos analisados presentes na alimentação brasileira como os legumes, grãos, frutas e verduras, 29% destes denunciaram irregularidades quanto ao uso dos defensivos agrícolas. No ano de 2020, segundo pesquisas e coletas realizadas pela Anvisa, 23% dos alimentos analisados continham agrotóxicos proibidos no regulamento e apresentavam taxas acima do volume adequado.

No ano de 1989 foi decretada a Lei nº 7.802/89, popularmente chamada de “Lei dos Agrotóxicos”.

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, entre outras providências.

Segundo ela, os agrotóxicos só podem ser utilizados se estiverem de acordo com o registro e regulamento dos órgãos federais competentes, cumprindo com as normas e exigências dos setores responsáveis pela saúde, meio ambiente e agricultura. Em seu Decreto nº 4.074/02, a respectiva lei estabelece as competências dos três principais órgãos registrados: a Anvisa, ligada ao Ministério da Saúde; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aprovada no dia 09 de fevereiro de 2022, após um pedido de urgência para a votação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, também chamado de Pacote do Veneno torna menos rígido o uso de agrotóxicos. Com o intuito de substituir a antiga Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89) aprovada no ano de 1989, tal projeto busca a liberação de agrotóxicos cancerígenos como os organoclorados, além de dar maior poder para o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e desautorizar a gestão do Ibama e da Anvisa. Em contrapartida, projetos como PNARA (PL nº 6.670/2016), seguem em situação de análise e aprovação. Este tem por objetivo principal a implantação de ações que reduzam gradativamente o uso de agrotóxicos no meio agrário, pecuário, extrativista e no manejo dos recursos naturais, visando um aumento no uso e oferta de insumos de

origem naturais, amparando a sustentabilidade e bem-estar do corpo e meio ambiente.

A Anvisa é a principal unidade de estudo, avaliação e classificação toxicológica dos agrotóxicos e seus componentes. Suas pesquisas são usadas para estabelecer parâmetros seguros de consumo e ingestão de alimentos que contenham tais substâncias, onde estes são divididos em três grupos.

O primeiro é a Ingestão Diária Aceitável (IDA), que define a quantidade máxima de defensivos agrícolas que o ser humano pode consumir em um dia. A Dose de Referência Aguda (DRfA) estima a quantidade de resíduos químicos presentes nos alimentos e que pode ser ingerida no período de 24 horas sem causar efeitos colaterais prejudiciais ao corpo; essa se estabelece somente para ingredientes ativos que tenham potencial de toxicidade aguda. E por fim o Limite Máximo de Resíduos (LMR) que determina a taxa máxima de resíduos permitidos no alimento em decorrência da aplicação na agricultura durante o seu cultivo.

Segundo o dossiê publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em conjunto com o Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS), 64% dos alimentos que compõem o cardápio dos brasileiros apresentam contaminação por agrotóxicos e são as principais causas de intoxicação e etiologia de doenças como: câncer, arritmias cardíacas, lesões renais, doença de Parkinson, fibrose pulmonar e complicações nas vias respiratórias.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que mais de 70 mil intoxicações agudas registradas evoluem para óbito em países em desenvolvimento e mais de 7 milhões de casos não crônicos são registrados anualmente.

Dados divulgados pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho apontam que entre 2012 a 2017, mais de 15

mil trabalhadores se enquadraram nas vítimas fatais de acidente de trabalho no Brasil, onde a cada 7 casos, apenas um é notificado. Destes casos, segundo a OMS, as notificações por intoxicação por agrotóxicos compõem 2% dos casos. Segundo a mesma, devido ao difícil e demorado diagnóstico de intoxicação de alguns produtos, muitos dos casos tornam-se desconhecidos.

Dados da OMS apontam mais de três milhões de casos anuais de intoxicações por agrotóxicos; destes, dois milhões de casos acontecem nos países em desenvolvimento. Em um de seus Relatórios Nacionais de Vigilância e Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, o Ministério da Saúde constatou que as vendas de tais produtos durante o ano de 2007 e 2013 eram desproporcionais.

O consumo passou a ser de 90,5% e as áreas de plantio eram de apenas 19,5%, aumentando a exposição da população à contaminação. Dados da pesquisa feita pela Rede Brasil apontam que no ano de 2016, foram liberados mais de 277 produtos. Em 2017 este número teve um aumento de mais 404 novas substâncias e em 2018 mais 499 registros foram realizados.

Em 2019, 474 agrotóxicos tiveram seu uso liberado e em 2020 este número subiu para 493. No final de 2021, o Ministério da Agricultura aprovou o registro e utilização de 550 novos agroquímicos. Dos mais de 1,5 mil agrotóxicos utilizados no Brasil, 31% são decretados pelo Ibama como de "alto risco ao meio ambiente" e 8% do restante, são classificados pela Anvisa como "extremamente tóxicos à saúde", totalizando ao todo 39% destes produtos como perigosos tanto para o corpo como para o ambiente em que é utilizado.

3. OS AGROTÓXICOS E A SAÚDE HUMANA

Constituídos por uma vasta variedade de compostos químicos, os agrotóxicos têm por intuito erradicar, exterminar, combater e impedir o crescimento e desenvolvimento de pragas e pestes no meio agrícola. Assim, por interferirem nos processos vitais das plantas e animais, em sua maioria, estes produtos também induzem ações sobre o corpo humano.

Tais efeitos são separados em dois grupos: efeitos agudos, relacionados à exposição direta de um ou mais reagentes químicos que são capazes de causar efeitos colaterais em menos de 24 horas; e efeitos crônicos, quando a exposição é contínua a pequenas doses do produto resultando em uma reação tardia.

Os efeitos agudos são aqueles perceptíveis rapidamente, sendo notáveis durante ou após a exposição ao produto. Em contato direto com determinados agrotóxicos, tais reações podem se dar por meio de espasmos musculares, convulsões, queimaduras, náuseas, vômito, desmaios e dificuldades respiratórias. Os efeitos crônicos, por sua vez, tendem a se manifestar semanas, meses ou até anos após a exposição ao produto, o que depende do período e dosagem da substância. Pouco se sabe sobre os impactos na saúde de quem apenas consome alimentos contaminados, pois os números mais evidentes são em trabalhadores e população rural que lidam diretamente com estes produtos.

Criado no ano de 2001, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) analisa continuamente as taxas de resíduos dos agrotóxicos presentes nos alimentos de origem vegetal que compõem o cardápio brasileiro. No seu último relatório do ano de 2019 foram analisadas 14 frutas e vegetais presentes na dieta dos brasileiros, sendo eles: abacaxi, alface, alho, arroz, batata-doce,

beterraba, cenoura, chuchu, goiaba, laranja, manga, pimentão, tomate e uva. Destes foram retiradas 4616 amostras para análise, e 77% foram consideradas satisfatórias aos índices de agrotóxicos analisados, 49% não tiveram resíduos detectados e 28% apresentaram taxas iguais ou inferiores ao Limite Máximo de Resíduos (LMR), estabelecidos pela Anvisa. Das amostras coletadas, 23% estavam fora do nível satisfatório em relação com o LMR. Subsequente ao mesmo estudo, os alimentos estudados e consumidos pelos brasileiros foram considerados seguros diante dos possíveis riscos de intoxicação aguda e crônica, frutos do consumo e exposição a resíduos dos agrotóxicos.

Tabela 1- Alimentos e seus percentuais de agrotóxicos

Produto	Número de amostras	Agrotóxicos detectados	Número de agrotóxicos analisados	Agrotóxicos não autorizados	Agrotóxico acima do permitido
Pimentão	326	69	195	263	79
Uva	319	66	243	48	49
Manga	350	33	242	31	32
Alface	286	51	195	48	31
Chuchu	288	11	60	26	31
Abacaxi	347	28	243	18	28
Beterraba	357	21	241	37	19
Goiaba	283	43	241	115	18
Tomate	316	45	151	106	8
Arroz	329	23	243	7	8
Cenoura	353	30	153	139	3
Alho	365	27	240	16	1
Batata doce	315	16	241	28	0

Dados extraídos de: <<https://static.scielo.org/scielobooks/sg3mt/pdf/peres-9788575413173.pdf>>

Tabela 2- Efeitos da exposição aos agrotóxicos

Grupo químico	Sintomas de intoxicação aguda	Sintomas de intoxicação crônica
Organofosforados e carbamatos	<ul style="list-style-type: none"> - Fraqueza - Cólicas abdominais - Vômitos - Espasmos musculares - Convulsões 	<ul style="list-style-type: none"> - Efeitos neurotóxicos retardados - Alterações cromossomais - Dermatites de contato
Organoclorados e piretróides sintéticos	<ul style="list-style-type: none"> - Náuseas - Vômitos - Contrações musculares involuntárias - Irritação nos olhos - Espirros - Excitação - Convulsão - Tontura - Dor de cabeça 	<ul style="list-style-type: none"> - Lesões hepáticas e lesões renais - Arritmias cardíacas - Neuropatias periféricas - Alergias - Asma brônquica - Irritação nas mucosas - Hipersensibilidade - Alergia nas vias respiratórias - Dermatites - Doença de Parkinson - Câncer

Dados extraídos de: <<https://static.scielo.org/scielobooks/sg3mt/pdf/peres-9788575413173.pdf>>

Dados disponibilizados pela OMS em 2008 apontavam que as doenças crônicas não transmissíveis eram responsáveis por 63% das mortes no mundo e por 45% do volume de doenças globais. No mesmo documento previa-se que tal número crescesse 15% até o ano de 2020. Em 2011, com o intuito de reduzir tais taxas, o Ministério da Saúde juntamente com os outros ministérios, institutos de pesquisa e entidades médicas, lançaram o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), cujo objetivo é

[...] promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis e baseadas em evidências para a prevenção e o controle das DCNT e seus fatores de risco, além de fortalecer os serviços de saúde voltados às doenças crônicas. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/>

Abordando as principais doenças crônicas como cânceres, doenças respiratórias, cardiovasculares e os fatores agravantes e de risco das mesmas, o plano mencionado define três normas a serem

seguidas: Vigilância, Informação, Avaliação e Monitoramento; Promoção da Saúde; Cuidado Integral.

Tais medidas são de suma importância para a segurança e proteção tanto do utilizador dos químicos como na eficácia de aplicação no meio de cultivo, visto que sua ausência aumenta o índice e probabilidade de desenvolvimento destas doenças e a redução no volume de safra.

Ademais, os riscos criados pelo uso de agrotóxicos no Brasil são invisíveis para a maioria da população, uma vez que violam direitos como meio ambiente equilibrado, alimentação adequada, direito à saúde, dentre outros. Grande parte das pesquisas científicas relacionam os agrotóxicos a riscos de possíveis doenças, porém as mesmas raramente utilizam o ser humano como objeto de estudo e sim mamíferos.

Assim, o ser humano passa a ser cobaia do agronegócio e da indústria alimentícia, não sabendo os riscos e efeitos que tais produtos podem causar ao seu corpo e ao ambiente onde vive.

3.1. INCIDÊNCIA DE CÂNCER DEVIDO AO USO DE AGROTÓXICOS

Com o aumento da utilização de agrotóxicos na produção agrícola, a incidência de doenças entre trabalhadores rurais começou a expressar números significativos, levando à busca de estudos mais detalhados sobre a influência dos agrotóxicos nos seres humanos. Segundo pesquisas, muitos desses trabalhadores começaram a apresentar difusão de base celular e tumores derivados de herbicidas compostos de fenoxiacéticos, substância promotora de carcinogênese que, junto com os nematóides dibromocloropropano (DBCP), propiciam a perda da fertilidade.

Dados disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN), publicados no ano de 2007

até 2017, mais de 40 mil pessoas buscaram atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil devido a exposição aos agroquímicos e cerca de duas mil pessoas morreram devido a complicações e intoxicações do mesmo. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), tal doença pode ser definida como:

[...] termo que abrange mais de 100 diferentes tipos de doenças malignas que têm em comum o crescimento desordenado de células, que podem invadir tecidos adjacentes ou órgãos a distância. Células com rápida divisão e de efeito agressivo e incontrolável, determinando a formação de tumores capazes de espalhar-se para outras regiões do corpo podendo ser classificados como carcinomas e sarcomas.

Segundo dados disponibilizados pela GLOBOCAN - projeto do IARC (International Agency for Research on Cancer), que recolhe e avalia dados epidemiológicos de câncer pelo mundo, mostra que em 2020 o nível de incidência era de 19 milhões de casos em todo o mundo, estimando mais de 10 milhões de mortes. Segundo este estudo, os tipos mais comuns no mundo são: pulmão (1.824.701 casos), mama (1.671.149 casos), intestino (1.360.602 casos) e próstata (1.094.916 casos). Em comparação com dados publicados pelo INCA no ano de 2015, os tipos de câncer mais frequentes no Brasil em homens eram próstata (28,6%), pulmão (8,1%), intestino (7,8%), estômago (6,0%) e cavidade oral (5,2%); já em mulheres, os cânceres comuns eram de mama (28,1%), intestino (8,6%), colo do útero (7,9%), pulmão (5,3%) e estômago (3,7%). Entretanto, os resultados de muitas pesquisas sobre resíduos e incidência de doenças relacionadas ao uso e exposição a agrotóxicos são, em sua maioria, inconclusos. Tal fator deve-se à impossibilidade de se avaliar o grau de impacto e a causa principal entre as possíveis doenças e danos ao corpo e meio-ambiente juntamente ao uso de tais substâncias. Este é um embate enfrentado por todas as nações, onde a incidência maior infelizmente se dá em países cuja qualidade de vida é baixa.

Inseticidas à base de carbamatos e organofosforados têm capacidade de inibir a colinesterase, enzima responsável pela hidrólise da acetilcolina, cuja função é a transmissão de impulsos nervosos através de fibras pré-ganglionares parassimpáticas e pós-ganglionares simpáticas, transmitindo informações do sistema nervoso central ao periférico. Uma vez que esta não é capaz de agir, a acetilcolina não se degrada ocasionando uma crise colinérgica (provoca alterações do estado mental, fraqueza muscular e excessiva atividade secretória). Os organoclorados possuem capacidade de se acumular em células glandulares além de se acumular também ao longo da cadeia alimentar. Tal acumulação leva a magnificação trófica (acúmulo progressivo de substâncias de um nível trófico a outro na extensão da teia alimentar).

O uso de organoclorados como o DDT, por apresentarem capacidade de acumulação, têm tido sua aplicação restringida e proibida em diversos países.

Por se tratarem de substâncias tóxicas ao corpo e ao meio ambiente, seus efeitos crônicos podem ocorrer através da contaminação e absorção dérmica, digestiva e respiratória, ampliando também as probabilidades de desenvolvimento de outras doenças e de cânceres. Devido ao seu forte potencial de acúmulo em tecido e órgão do corpo, os agrotóxicos à base de organoclorados apresentam grande estabilidade tornando-o mais resistentes e impossibilitando a degradação rápida da substância no corpo, resultando em um potencial maior de desenvolvimento carcinogênico. Sendo utilizados frequentemente como pesticidas, seus dois principais representantes são o hexaclorobenzeno (BHC) e o diclorodifeniltricloroetano (DDT) que foram vetados no Brasil no ano de 1971, com a Portaria nº. 356/71 e junto com a Portaria nº 357/7110, proibiram o uso em todo o território nacional de inseticidas compostos de organoclorados. Práticas e

medidas que visem a informação dos impactos ambientais, sociais e relacionados à saúde do produtor e consumidor à exposição dos mesmos a tais produtos são de suma importância, visto que a desinformação sobre tais riscos aumentam a exposição e contaminação direta de quem manuseia tais pesticidas.

4. A ECONOMIA POR TRÁS DOS AGROTÓXICOS

Com a demanda cada vez maior por produtos, a produção em larga escala se tornou comum na grande parte das indústrias e a mesma não se distancia do agronegócio, cuja produção de alimentos ocorre durante todo o ano.

O agronegócio brasileiro vem abastecendo o mercado mundial ganhando cada vez mais destaque, o que gera uma busca incessante por inovação e pesquisa. Quando se aborda a agricultura atual, deve-se ter claro que a mesma se dá em grande escala para conseguir suprir as demandas básicas populacionais, mudando e se adequando continuamente para aumentar a produção e o lucro. Devido a estas mudanças, o uso dos agrotóxicos teve um aumento significativo na agricultura nacional e mundial. Segundo pesquisa do Jornal Globo (2021), o crescimento da demanda de agrotóxicos pode se dar de cinco maneiras: tamanho da área plantada, modelo de produção em larga escala, climatologia, resistência aos pesticidas e a dificuldade de encontrar novas substâncias.

Sendo um país de clima predominantemente tropical, o ataque de pragas e reprodução de insetos torna-se mais facilitado. Países onde as estações são bem definidas e com invernos rigorosos, a propensão de pragas diminui, pois durante o período de frio, muitos não conseguem resistir até o final da estação.

Outro fator que contribui para o aumento no uso de agrotóxicos é o tamanho e proporção das lavouras e culturas no Brasil, a produção em larga escala que requer cuidado maior e contínuo, sendo este possível apenas com a utilização de maquinários e defensivos. Em um sistema mais antigo de produção, onde a mesma ocorria para a subsistência do produtor, o cuidado era feito manualmente, porém no modelo atual isto se torna inacessível e impossível de ser aplicado.

Tal produção em larga escala se dá devido ao uso de agrotóxicos, porém no mesmo ritmo que aumenta a produção, os problemas e pragas também aumentam.

Plantas e insetos expostos frequentemente a esses químicos tornam-se resistentes aos mesmos, formando um ciclo vicioso de aplicação e criação de novos produtos capazes de combater tais problemas.

A diferença de uns para os outros é a substância adicionada no princípio ativo, onde este costuma ser igual para todos, funcionando como uma base para os agrotóxicos. Por se tratar de um produto que modifica o ser ou planta ao qual é aplicado, os riscos de contaminações se tornam enormes tanto para o meio ambiente quanto para o produtor que o utiliza. Somando estes fatores com a desinformação sobre o mercado de agrotóxicos e a falta de estrutura nos órgãos de fiscalização, a intoxicação e contágio se tornam ainda maior.

Em comparação com o segundo maior produtor agrícola (Estados Unidos), sua Agência de Proteção Ambiental (EPA), responsável pela análise, estudo e coleta destes materiais químicos, conta com mais de 850 técnicos. Em contrapartida a Anvisa, órgão brasileiro, tem apenas 26 profissionais que somados aos do Ibama e Ministério da Agricultura resultam em 50 responsáveis por essa fiscalização. Outro fator que contribui para o uso de agrotóxicos em nosso país, comparando com os EUA, são as taxas cobradas para

register tais produtos. No Brasil o valor de registro oscila entre 50 e 1000 dólares por produto, já nos Estados Unidos tal valor passa a custar 630 mil dólares. Tais produtos, quando registrados, precisam anualmente pagar outras taxas para se manter no mercado. Estes valores referem-se à reavaliação (150 mil dólares) e manutenção (425 dólares) e devido ao menor custo, sua fabricação e aplicação se dá frequentemente em nosso país.

O agronegócio tem conquistado cada vez mais espaço no mercado mundial e ocupando cada vez mais lugar na geração de lucro e empregos no Brasil.

Hoje sua produção é responsável por mais da metade das exportações e por cerca de 26% do Produto Interno Bruto (PIB), o qual segundo cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cresceu 2,06% no ano de 2020. Totalizando um avanço de 24,31% no mesmo ano frente a 2019, e participando de 26,6% do PIB. Em valores monetários, no ano de 2020 o país totalizou cerca de R \$7,45 trilhões e o PIB do agronegócio atingiu quase R\$2 trilhões no mesmo ano.

Dados divulgados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apontam o crescimento do PIB agropecuário, estimulado pelo protagonismo da soja no mercado interno da China e Estados Unidos. A exportação destes produtos são um importante propulsor para o crescimento e desenvolvimento do produto interno, sendo o setor do agronegócio responsável por 52,2% das exportações. Com o avanço propiciado pelo uso intensivo de tecnologias, equipamentos, produtos e técnicas inovadoras de cultivo de solo, a expectativa de safra tem seus índices aumentados a cada ano, contribuindo ainda mais para a economia e desenvolvimento do setor.

4.1 REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS E SEUS CUSTOS

Em 2013, no estado do Rio Grande do Sul, foi criado pelo Ministério Público Federal e Estadual o Fórum Gaúcho de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos o qual reúne 69 entidades como a Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), Brigada Militar, IBAMA, INCRA, Conselho de Classes, CREMERS, Universidades Federais e privadas, dentre outros; cujo principal objetivo é a defesa do meio ambiente e diminuição do uso de agrotóxicos.

Tal iniciativa tem como objetivo proporcionar, em âmbito estadual, discussões relacionadas aos agrotóxicos e seus produtos, buscando estimular ações concretas de tutela à saúde do trabalhador, consumidor e do ambiente.

Alternativas que buscam reduzir o uso de tais produtos na produção de alimentos vêm sendo debatidas e abordadas frequentemente devido ao seu grande impacto tanto para a saúde quanto ao local em que se aplica. A busca por produtos orgânicos ou que não contenham agrotóxicos é uma das opções dispostas pelo mercado, porém tal mercadoria tem seu preço acima do comum, deixando de ser uma opção barata ao bolso do consumidor. A produção de alimentos orgânicos e o custo da mesma acabam interferindo muito em seu valor de venda nos mercados. Alguns dos motivos pelos quais estes alimentos tornam-se mais caros são, dentre outros, tempo de produção maior (pois não é utilizado adubos e fertilizantes químicos no processo de crescimento e desenvolvimento da planta), produção em menor escala (pois os cuidados são manuais o que dificulta o mesmo em uma vasta área de plantio), mais custos de produção e certificação (requer mais cuidado e mão de obra), mercado consumidor menor (apenas 1,8% das indústrias brasileiras oferecem produtos orgânicos) e valorização do selo orgânico (por ter menor oferta e maior preço, o

mesmo acaba se restringindo a um público com maior poder de compra).

A agroecologia é uma das soluções que vêm sendo utilizada, estudando a agricultura de um ponto de vista ecológico, social, político, cultural, ambiental e ético. Tal prática busca um plantio limpo, sem uso de veneno, transgenia, fertilizante e produtos industriais, unida a um uso de tecnologia limpa com impactos ambientais reduzidos, propondo uma agricultura ambiental sustentável, eficiente e justa.

Neste processo é utilizado adubos naturais além da conservação da biodiversidade no plantio, rotação de cultura, diversidade no plantio, defensivos naturais e plantas repelentes.

Um bom exemplo deste cultivo são as composteiras de alimentos, que produzem matéria orgânica e chorume, altamente fertilizantes para as plantas. O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é uma prática de combate de pragas nas lavouras sem a utilização de pesticidas, fazendo um uso maior e consciente dos recursos dispostos no local que propõem soluções rentáveis e sustentáveis no controle de espécies invasoras. A rotação de culturas, tratamento de sementes, monitoramento das pragas e doenças proporcionam uma segurança ambiental na produção e oferecem uma economia nos gastos com agrotóxicos e produtos industrializados, cujo os quais não são necessários.

A produção de alimentos orgânicos e busca por um agronegócio mais limpo e sustentável é um passo de extrema importância para chegarmos a ter uma qualidade de vida melhor e mais seguras para todos, visto que a utilização de produtos químicos afeta o produto, consumidor e o meio ambiente no qual é aplicado. Tais propostas de mudança e segurança na produção devem ter cada vez mais lugar e incentivos no ramo da agricultura e pecuária, para que um público

maior tenha acesso e poder de compra dos mesmos e eles não se tornem exclusivos e restritos a uma pequena parcela da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio deste trabalho refere-se à busca e revisão sobre o uso de determinados agrotóxicos utilizados e consumidos no Brasil associados à sua funcionalidade, aplicação e riscos para o bem-estar do produtor, consumidor e ao meio ambiente. Para tanto, buscou-se analisar e associar as taxas de contaminações e o nível de incidência de doenças, como o câncer, advindas da longa exposição a tais substâncias além da falta de realização dos protocolos de segurança que agrava ainda mais este cenário.

Diversos estudos apresentados ao longo deste artigo revelam que a exposição tanto do homem como do meio ambiente aos agroquímicos tem aumentado significativamente ao longo dos anos, influenciando diretamente no aumento dos números de casos de intoxicação e surgimento de carcinomas e outras complicações à saúde. Pesquisas relacionadas ao surgimento de tais doenças têm seus resultados - na grande maioria - incertos, devido ao fato de não ter uma dose, tempo de exposição e grupo específicos de agrotóxicos para seu desenvolvimento. Porém, estudos devem continuar sendo realizados para que medidas necessárias possam ser tomadas de maneira eficaz, baseando-se no alto risco de danos e complicações advindas destas substâncias.

Diante do exposto, é imprescindível ressaltar a importância da continuidade e aprimoramento destas pesquisas no uso e controle de agrotóxicos no contexto brasileiro, além de uma análise rigorosa dos riscos que estes apresentam para o meio ambiente e saúde do corpo, incluindo estudos com alimentos, contaminação das águas e solos,

além de produtos utilizados sem o devido equipamento de proteção e segurança. Com o forte desenvolvimento do agronegócio e subsequente a ele o aumento de consumo de produtos químicos, faz-se necessário que órgãos de vigilância referentes a estes químicos exerçam uma cobrança cada vez maior de segurança na sua aplicação para que o número de contaminações e intoxicações reduza cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Impactos dos agrotóxicos na saúde.** 2022. Disponível em:<<https://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

AGROINSIGHT. **Paraquat: entenda seu modo de ação e porque foi proibido no Brasil.** 2021. Disponível em:<<https://agroinsight.com.br/paraquat-entenda-seu-modo-de-acao-e-porque-foi-proibido-no-brasil/#:~:text=O%20Paraquat%20%C3%A9%20um%20 herbicida,poluentes%20 cumulativos%20para% 20%20solo.>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ANVISA. **Agrotóxicos em alimentos.** Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Gov, 2020. Disponível em:<[https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/agrotoxicos/agrotoxicos-em-alimentos#:~:text=O%20Limite%20M%C3%A1ximo%20de%20Res%C3%ADduos,alimento%20\(mg%2FKg\).](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/agrotoxicos/agrotoxicos-em-alimentos#:~:text=O%20Limite%20M%C3%A1ximo%20de%20Res%C3%ADduos,alimento%20(mg%2FKg).)>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ARRAES, Cecilia. **Os dados sobre câncer no mundo e no Brasil em 2020 e projeção para 2040: dados do GLOBOCAN.** Real Instituto de Oncologia e Hematologia, 2021. Disponível em:<<https://realinstitutodeoncologia.com.br/os-dados-sobre-cancer-no-mundo-e-no-brasil-em-2020-e-projecao-para-2040-dados-do-globocan/#:~:text=Os%20dados%20publicados%20de%20expectativa,70%25%20de%20todas%20as%20mortes.>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BETA EDUCAÇÃO. **O que são as NRs Normas Regulamentadoras?** 2021. Disponível em: <<https://betaeducacao.com.br/normas-regulamentadoras-nrs-o-que-e/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BOHRER, Larissa. **Veneno: 2021 teve 550 registros de agrotóxicos aprovados pelo governo Bolsonaro.** Radio Brasil Atual, 2022. Disponível em:<<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2022/01/agrotoxicos-2021-recorde-550-registros-aprovados-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

BRAIBANTE, Maria Elisa Fortes. **A química dos agrotóxicos.** Química e sociedade. Disponível em:<http://qnesc.sqb.org.br/online/qnesc34_1/03-QS-02-11.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2022.

BRASIL, Agência do Senado. Senadores divergem sobre PL dos Agrotóxicos. **Senado notícias**, 2022. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/11/senadores-tem-divergencias-sobre-pl-dos-agrotoxicos>>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

BRASIL, Anvisa. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos- PARA.** ANVISA.gov, 2019. Disponível em:<<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos/arquivos/3770json-file-1>>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.074, 04 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989.** Diário Oficial da União. Brasília, DF. 04 jan. de 2002. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm>. Acesso em: 15 Mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.514, 22 de dezembro de 1977. **Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22 dez. 1977. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm>. Acesso em: 10 Abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.802, 11 de julho de 1989. **Dispõe sobre a fiscalização de agrotóxicos.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 jun. 1989. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso em: 10 Abr. 2022.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Portaria nº 356.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 out. 1971.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não**

transmissíveis no Brasil 2021-2030. GOV.br, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL, Portaria nº 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Coordenação de Estudos Legislativos.

Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=9CFA236F73433A3AA30822052EF011F8.proposicoesWebExtorno1?codteor=309173&filename=LegislacaoCitada+->](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=9CFA236F73433A3AA30822052EF011F8.proposicoesWebExterno1?codteor=309173&filename=LegislacaoCitada+->)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL, Projeto de Lei N.º 6.670, de 2016. Câmara dos deputados PL 6670/2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegrada?codteor=1523748&filename=Avulso+->>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CANAL AGRO. Quais são os principais produtores de grãos do mundo? 2022. Disponível em: <[https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/quais-sao-os-principais-produtores-de-graos-do-mundo/#:~:text=0%20volume%20total%20de%20gr%C3%A3os,e%20a%20Agricultura%20\(FAO\).>](https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/quais-sao-os-principais-produtores-de-graos-do-mundo/#:~:text=0%20volume%20total%20de%20gr%C3%A3os,e%20a%20Agricultura%20(FAO).)>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANAL AGRO. Quatro Impactos dos agrotóxicos no meio ambiente. 2019. Disponível em: <[https://summitagro.estadao.com.br/saude-no-campo/agrotoxicos-da-agricultura-moderna-e-seus-impactos-no-mundo/#:~:text=0%20uso%20indiscriminado%20de%20agrot%C3%B3xicos,os%20ecossistemas%20aque%C3%A1ticos%20e%20terrestres&stres](https://summitagro.estadao.com.br/saude-no-campo/agrotoxicos-da-agricultura-moderna-e-seus-impactos-no-mundo/#:~:text=0%20uso%20indiscriminado%20de%20agrot%C3%B3xicos,os%20ecossistemas%20aque%C3%A1ticos%20e%20terrestres%20estres)>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CERQUETANI, Samantha. Agrotóxico faz mal? Pimentão, goiaba e cenoura estão no topo da lista. Vivabem. UOL, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/27/excesso-de-agrotoxicos-pimentao-goiaba-e-cenoura-estao-no-topo-da-lista.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CNA BRASIL. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. 2021. Disponível em: <<https://cnabrasil.org.br/publicacoes/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em->>

2020#:~:text=Deste%20modo%2C%20o%20PIB%20do,a%20quase%20R%24%202%20trilh%C3%B5es.>. Acesso em: 18 out. 2022.

D'AMATO, Claudio. **DDT (dcloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão.** SciELO-BRASIL, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/qn/a/BzwjyybkzCgvjX6tpykf9gf/?lang=pt#:~:text=356%2F71%2C%20que%20proibiu%20a,que%20proibiu%20em%20todo%20o>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

DARONCHO, Leomar e MARTINI, Vanessa. **O mito do uso seguro de agrotóxicos: 70 mil mortes ao ano por intoxicação. Conselho Federal de Nutricionistas.** 2018. Disponível em:<<https://www.cfn.org.br/index.php/nutricao-na-midia/o-mito-do-uso-seguro-de-agrotoxicos-70-mil-mortes-ao-ano-por-intoxicacao/#:~:text=%C3%89%20grande%20o%20n%C3%BAmero%20de,em%207%20milh%C3%B5es%20de%20casos>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DUTRA, Lidiane Silva. **Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monocultura.** SciELO-BRASIL, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FfpPSnKCkxrdqPd8ptnfWsJ/?lang>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

G1, Portal Agro. **Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica; maioria é genérico, diz governo.** GloboG1, 2021. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GAUCHAZH. **Estudo da Anvisa mostra que 23% dos alimentos analisados têm resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido.** 2019. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/12/estudo-da-anvisa-mostra-que-23-dos-alimentos-analisados-tem-residuos-de-agrotoxicos-acima-do-limite-permitido-ck40blfjv00ph01qhwozpxzd.html#:~:text=Baixo%20risco&text=Con tudo%2C%20a%20boa%20not%C3%ADcia%20%C3%A9%20a%C3%A9, pode%20ser%20conferido%20neste%20link>>. Acesso em: 18 out. 2022.

GUIA TRABALHISTA. **NRR5- produtos químicos.** 2022. Disponível em:<<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nrr5.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2022

INCA. **Agrotóxicos**- Instituto Nacional do Câncer- INCA. Ministério da Saúde-GOV, 2022. Disponível em:<<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

INCA. **O que é câncer?** Instituto Nacional de Câncer - INCA-GOV, 2022. Disponível em:<<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/o-que-e-cancer>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

JOBIN, Paulo Fernandes Costa *et al.* **Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate.** 2006. Disponível em:<<https://www.scielosp.org/pdf/csc/v15n1/a33v15n1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

JUNIA, Raquel. **Agrotóxicos: um mercado bilionário e cada vez mais concentrado.** EPSJV/Fiocruz, 2012. Disponível em:<<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/agrotoxicos-um-mercado-bilionario-e-cada-vez-mais-concentrado>>. Acesso em: 18 out. 2022.

KEDOUK, Marcia. **5 motivos que explicam por que os orgânicos são tão caros.** SUPER Interessante, 2015. Disponível em:<<https://super.abril.com.br/coluna/superlistas/5-motivos-que-explicam-por-que-os-organicos-sao-tao-caros/>>. Acesso em: 18 out. 2022.

LOPES, Maurício Antônio. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira.** Embrapa- - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/visao/riscos-na-agricultura>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MACEDO, Ana Raquel. **Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos.** Radio Câmara - Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/radio/programas/444200-brasil-e-o-maior-consumidor-mundial-de-agrotoxicos#:~:text=Desde%202008%2C%20o%20Brasil%20%C3%A9,consumidor%20e%20do%20meio%20ambiente.>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MARCHI, Juliano. **Herbicidas: mecanismos de ação e uso.** Embrapa Cerrados, 2008. Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2010/30295/1/doc-227.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PIGNATI, Wanderlei Antonio. **Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em**

Saúde. SciELO-Brasil, 2017. Disponível
em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/grrnnBRDjmtcBhm6CLprQvN/?lang=pt>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PLUTH, Thaís Bremm. **Exposição a agrotóxicos e câncer.** UFFS, 2017. Disponível
em:<<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1951/1/PLUTH.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

POZEBON, H.; ARNEMANN, J. A. **Como funcionam os inseticidas piretroides e DDTs?** Portal Mais Soja. 2021. Disponível
em:<<https://maissoja.com.br/como-funcionam-os-inseticidas-piretroides-e-ddts/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PRESTES, Felipe. **É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos?** Brasil de Fato: uma visão popular do mundo, 2019. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/e-possivel-reduzir-ou-acabar-com-o-uso-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 18 out. 2022.

SARTORI, André Victor. **Vigilância da qualidade da água para consumo humano: estudo de clorofenóis.** Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, 2007. Disponível em:<<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9259>>. Acesso em: 16 Mar. 2022.

SISTEMAS DE PODER, PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELITISMO

Diego Braun Molinaro Reis
Giovana da Silveira Maister
João Pedro Dutra Gonçalves
Manuela Barreto Siebert

"Um político precisa muito das pessoas que odeiam a política. Se você odeia política, saiba: você está sendo usado" (LEANDRO KARNAL).

RESUMO: Esse artigo busca abordar a maneira como a política se consolidou a partir de um caráter elitista, analisando a genealogia desse processo e compreendendo as noções de poder dentro da atual sociedade. Sob essa ótica, problematiza-se a perpetuação da falta de participação cidadã da camada popular em questões políticas, procurando entender as singularidades que corroboram esse fenômeno. Análogo a isso, é observado o panorama político brasileiro de maneira geral e com um olhar sociológico, partindo de uma compreensão histórica e mirando, de modo crítico, o cenário desde o século XX até hodiernamente.

PALAVRAS-CHAVE: Política, poder, elitismo, cidadania, biopolítica.

ABSTRACT: The present article investigates the way politics has consolidated from an elitistic character, analyzing the genealogy of this process and comprehending the notions of power within the spectrum. From this perspective, the lack of popular citizen participation in political issues is problematized, paying attention to the singularities that corroborate this phenomenon. Analogously, the Brazilian political panorama is observed in a general view and from a sociological perspective, starting with an historical comprehension of the facts and critically facing the scenario from the 20th century until nowadays.

KEYWORDS: Politics, power, elitism, citizenship, biopolitics.

1. INTRODUÇÃO

A análise das relações de poder na política é de extrema importância para entender a realidade e compreender a configuração do modelo de sociedade que se vive.

Para isso, é necessário olhar com um viés sociológico - assimilando as problemáticas envolvidas com o corpo social - para as informações e análises feitas, promovendo um maior pensamento crítico e permitindo que um estado de consciência política seja atingido.

O elitismo está presente na história da política desde os tempos antigos. É imprescindível, então, a análise teórica de tal concepção a

partir da perspectiva de alguns filósofos sobre as formas de governo em seu tempo e como essas traçam caminhos até que o elitismo seja exacerbado, tal qual nos dias de hoje.

A política ateniense era descrita a partir da divisão das camadas sociais na *pólis* e diversas teorias minimizavam a democracia, pois se tinha a ideia de que o poder concentrado nas mãos de um representante automaticamente o faria corrupto e conservador, exaltando a aristocracia. O poder, portanto, deveria ser concentrado nas mãos de uma restrita parcela de indivíduos específicos – geralmente filósofos – para controlar a maioria da população, prezando por uma sociedade com o funcionamento adequado e, acima de tudo, o “bem comum”.

Neste cenário, é possível observar a existência de inúmeras definições para o “bem comum” do homem, pois muitos teóricos o defendiam, mas cada um transparecia uma visão distinta da sociedade, ou seja, determinadas pessoas eram excluídas de participar ativamente no governo estabelecido, mas este formato pode mudar caso a estrutura governamental mude.

Os sistemas de governo são, de modo geral, a forma com que um governo organiza e divide seus poderes podendo, assim, deixá-los concentrados nas mãos de uma só figura soberana ou elegendo um representante que pode ser escolhido tanto de forma direta quanto indireta. É, também, a maneira com que se aplica o poder perante àqueles que são governados. Na história da humanidade, foram apresentados alguns desses sistemas de governar, como: tirania, monarquia, república, democracia, principado e despotismo.

A tirania mostra um jeito autoritário de manter-se no poder, oprimindo a população e deixando seu livre arbítrio em último plano.

O segundo, concentra o poder nas mãos de um rei soberano e, diferentemente de uma república em que os representantes políticos

são eleitos de modo democrático, muitas vezes respeitam uma sucessão.

É de extrema importância, também, a análise da influência do sistema capitalista na política. Nesse sentido, verifica-se que, ao decorrer de sua consolidação, o capitalismo tem sido o principal agente nas manobras políticas e na disseminação de ideologias. Isso porque existe, nesse cenário, uso dos meios de comunicação, os quais são responsáveis por transmitir a mensagem para a massa; o líder carismático, que contribui para o apelo da população; e a falta de exercício da cidadania da sociedade de massa, que não desenvolve uma consciência, em sua totalidade, da condição que habita nesse sistema vigente.

A partir da falsa ideia de superioridade do homem branco, que há anos serviu de molde para o restante da sociedade, formou-se uma segregação populacional absurdamente nítida, além de ser bem marcada até os dias de hoje.

No Brasil, entretanto, houveram diversos movimentos para desmistificar essa ideia e, assim, conquistar um espaço adequado para os demais grupos reivindicarem seus direitos, uma vez que o populismo - muito presente na época - limitava a contribuição plena da inclusão social.

O presente artigo trata, então, do tema proposto embasado em habilidades analíticas, investigando questões complexas capazes de vislumbrar uma linha de raciocínio e um aporte teórico de maior amplitude (e que estruturam uma linha de raciocínio plena e racional).

Para isso, a análise contou com o estudo de clássicos da filosofia política, além de pesquisas acadêmicas que problematizem os assuntos abordados.

O objetivo deste estudo, além de compreender as relações dentro da política, visa também aliar pensamento e ação, tratando a abordagem abstrata junto ao conteúdo histórico factual - que mira analisar a tese por si só - em complemento com o método empírico - que carrega cenários observáveis e parte do mundo real -, trazendo exemplos concretos e permitindo uma maior sustentação.

Assim, é criado uma sistematização das teorias analisadas por meio de panoramas trazidos com o intuito de abordar o nível de elitismo ou, por consequência, de ausência da participação popular nos diversos sistemas políticos existentes desde o início do Estado.

2. A GENEALOGIA DA POLÍTICA COMO ELITISTA

2.1. REI-FILÓSOFO E A VISÃO PLATÔNICA

No diálogo "A República", escrito no século IV a.C. por Platão, são elaboradas teses que giram em torno da política ateniense da época, desenvolvendo ao longo das obras a perspectiva de uma cidade perfeita. Na concepção do filósofo, o homem é composto por três almas: a apetitiva, que diz respeito aos desejos; a irascível, que se refere ao instinto de coragem e defesa; e a racional, que é relativa à sabedoria e conhecimento. Esta última prima sobre as demais, controlando-as e criando um equilíbrio entre a tripartição.

Nesse sentido, Platão integrou conceitos semelhantes à estruturação da 'Kallipolis' – cidade utópica e âmago de sua ideia –, recorrendo à famosa analogia entre alma e cidade (DE PAULA, 2009). Dessa maneira, originaram-se três camadas essenciais para a constituição da *pólis*: a classe dos artesãos, a dos guerreiros e a dos governantes. Consoante à divisão dada à alma, a segmentação da *pólis* era hierárquica, sendo a classe dos governantes a mais importante, uma vez que esta tem domínio sobre as outras duas.

De modo a criticar a democracia e enaltecer a aristocracia, Platão apresentou, assim, a ideia de um rei-filósofo, na qual se infere que, o único jeito de governar a cidade com qualidade é detendo um amplo conhecimento.

Ou seja, somente a sabedoria filosófica conseguiria promover um discernimento para todos os âmbitos da vida política. Ademais, o filósofo alegava que o governador seria aquele que conseguisse balancear e harmonizar as três facetas da cidade e da alma, sobretudo que fosse dotado de conhecimento especializado, a fim de administrar a *pólis* com sucesso.

Platão, desejoso de participar da administração da cidade, percebeu a dificuldade de lidar com os negócios públicos. Era impossível encontrar colaboradores de confiança para essa tarefa. As cidades-Estado eram mal governadas. A legislação, injusta. Para ele, as mudanças positivas seriam possíveis com a verdadeira filosofia, que permite realizar a justiça política e individual. Os males do gênero humano desapareceriam quando o poder fosse entregue à raça dos autênticos filósofos (PAVIANI, 2003, p. 7).

Nesse raciocínio, analisa-se, ainda, a questão da educação como base. Na visão platônica, a educação era utilizada para conduzir os indivíduos para as classes que mais estavam aptas. Isto é, educar-se todos igualmente, sendo naturalmente guiados para sua casta de maior aptidão.

A partir disso, percebe-se que Platão não defendia a hereditariedade, eliminando méritos como os de relação de parentesco para governos. Nisso, fica claro que a aristocracia defendida pelo filósofo era de caráter baseado na honra e também no poder financeiro do governante, uma vez que é preciso de capital para usufruir basicamente todos os serviços que constituem a base de um cidadão.

No entanto, contrastando a visão peculiar de justiça alegada por Platão, observa-se uma brecha no seu discurso a partir do momento

que se entende que a educação na *pólis* era um grande privilégio. Em mais profunda análise, é perceptível o cunho elitista da concepção platônica, uma vez que a ideia do rei-filósofo prepondera àqueles indivíduos que são dotados de maior privilégio intelectual, configurando um viés meritocrático e desigual – já que não era estabelecida educação igual a todos os cidadãos.

Essa vantagem intelectual seria resultado remanescente de uma linhagem de privilégios antes usufruídos pelos cidadãos que compunham a camada mais alta da aristocracia. Isso porque desde o conceito primitivo de cidadania, a concepção elitista já estava presente, uma vez que era mínima a parcela da população que desfrutava do benefício desse título.

Ademais, é perceptível o cunho elitista da prerrogativa na tese do rei-filósofo a partir do momento em que eram poucos os que podiam dedicar sua vida aos estudos. Desse modo, além de restringir quem poderia fazer parte da aristocracia, ainda se perpetuava uma lógica meritocrática – cenário no qual apenas quem tinha poder e condição adquiriria o conhecimento intelectual estabelecido por Platão, configurando uma ideologia que só compreendia a elite. Essa camada - aristocracia - , por sua vez, era estabelecida por nascimento e sangue; não por escolha. O aristocrata detinha o privilégio de não ter que trabalhar para sobreviver, criando uma notória divisão entre aqueles que usam a força como um animal e os que se dedicam a ofícios do intelecto. Desse modo, percebe-se que gozar da riqueza representa maior inteligência e aptidão a atividades mais prestigiadas, sendo essa uma vocação naturalizada.

Em suma, é notório que na visão platônica, a educação atua no desenvolvimento do estado físico, moral e intelectual do cidadão. Partindo do princípio da extrema limitação que a educação enfrentava na polis - uma vez que poucos tinha acesso a ela -, Platão determina

que somente um filósofo teria uma superioridade moral e política para governar a cidade.

Desse modo, estrutura-se uma sociedade em que o indivíduo mais apto para comandar a kallipolis é aquele que desfruta dessa primazia intelectual, ofertada através do restrito ensino, criando um senso de elitismo na medida em que já havia uma pré-determinação quanto às pessoas que poderiam governar.

O que diferencia o ser humano de um simples animal é sua capacidade de observar e pensar o mundo e sua natureza complexa de uma forma mais profunda.

Tal condição torna-se uma possibilidade inexistente para o simples trabalhador que tem como principal ambição diária a defesa de sua sobrevivência mais imediata. Deste modo, fica claro que somente a elite teria a capacidade e tempo disponível para absorver as coisas do mundo e tudo o que se relaciona a mesma, inclusive a organização política - mecanismo ou exercício que os gregos entendiam como forma de igualar-se aos deuses.

2.2. ARISTÓTELES E A PRIMAZIA DOS ARISTOI

Em contraste às afirmações de seu mestre Platão, Aristóteles acreditava que o conhecimento era adquirido por meio da observação e da experimentação (conhecimento baseado na realidade empírica) ao invés do raciocínio intelectual, assim, criando a base da ciência política. É perceptível que a organização social das cidades-estados é fruto de um ordenamento racional sobre a vida política da sociedade, as quais proporcionaram um ordenamento a partir da razão e política, diferenciando-nos do restante dos animais, lógica imprescindível para os estudos acerca da sociedade de Aristóteles.

De acordo com Aristóteles, as *pólis*, estruturas de criação grega similares às cidades, são os únicos espaços em que o homem comum deve se potencializar para atribuir suas virtudes.

Os indivíduos que não se desenvolvem nesses locais são considerados incivilizados e bárbaros, uma vez que aquelas são percebidas como a única comunidade bem estruturada capaz de despertar o conhecimento, repassar ensinamentos e instruir que o bem comum individual se conecta com o coletivo.

No entanto, assim como Platão, Aristóteles também fez suas considerações sobre as formas de governo na Grécia e os regimes políticos estabelecidos, buscando analisar suas forças e suas fraquezas. Ele identificou seis espécies principais de governo, as quais eram distribuídas em três justos e três corruptos: realeza, aristocracia e república (os justos); democracia, oligarquia e tirania (os corruptos).

Sendo assim, a monarquia é o governo exercido por um indivíduo, que carrega consigo a soberania, supostamente a favor de todos. Em contrapartida, a tirania também é governada por apenas um indivíduo, mas este conquistou o cargo por meios ilegais, agindo totalmente em interesse próprio. Logo, o monarca deve pensar no bem da cidade, ou pode se tornar um tirano. A aristocracia é o modelo em que “os mais bem preparados”, os aristocratas, governam por muitos, porém, se buscam benefícios pessoais, tornam-se uma oligarquia. E, por fim, a república é dividida em poderes, sendo o supremo deles a figura presidencial que também deve governar para todos.

Diante do exposto, a classificação de regimes políticos entre justos e corruptos, bons e ruins, respectivamente, é obtida de acordo com o nível de prioridade e desprezo que o governo dá ao bem comum em paralelo aos bens individuais e interesses pessoais.

De maneira convencional, é originalmente pensado que a divisão proposta pelo filósofo é fundada sobre o número de pessoas que governam e o fim a que eles se propõem.

Para Aristóteles, a democracia estava dentre as piores formas de governo. Conforme o pensador, a democracia é contraditória, já que, na prática, não é um governo em que a maioria comanda, pois o poder sempre acabaria corrompendo o governante, o qual somente alimenta os seus interesses próprios.

Em compensação, Aristóteles acreditava que a monarquia era o melhor estilo de governo dentre todos os outros, pois, na teoria, o monarca sempre visava pelo bem coletivo, pelo bem comum. Porém, o bem comum é um conceito que expressa relatividade e volatilidade ao decorrer da História, obtendo diferentes significados para quem o utiliza e complexa interpretação de quem o escuta por originalmente reforçar a segregação dos indivíduos a partir de diversos aspectos, como cor, gênero, raça etc.

Contrariando o persa Otanes, conhecido através da narrativa histórica de Heródoto, defende a democracia em detrimento da monarquia, em razão de o monarca abusar da concentração de poder e nunca ser submetido a nenhum julgamento.

Na obra *Política*, Aristóteles direciona seu conteúdo ao homem comum, o qual deve reunir posses suficientes, logo, conquistar o ócio criativo (lazer) para, então, ter instrução e garantir sua participação na política. Nesse sentido, o filósofo prioriza o total foco nos estudos em detrimento do trabalho, porém, nem todos os cidadãos dispõem da mesma realidade ou dos mesmos privilégios de ter oportunidades, pois não nascem com esta possibilidade, apenas com o desejo de que a dispusesse.

Ao longo da História, os conceitos de democracia e de cidadão se transformaram por conta das modificações políticas, sociais e econômicas, deixando muitas pessoas à margem da sociedade.

Com isso, as afirmações de Aristóteles denotam uma forma elitista de organização em que um estrato da população detém o poder em detrimento dos outros, ironizando a ideia do próprio filósofo de o sistema democrático corromper o governante, pois defender um governo totalmente composto de indivíduos privilegiados corrompe ainda mais que só os chefes de estado daquela estrutura, mas aquela sociedade em si.

2.3. CÍCERO E O INTELECTO QUE GOVERNA

Cícero se faz peça chave para uma melhor compreensão da história de Roma no século que antecedeu o ano zero do calendário cristão. Dedicado à advocacia e à vida política, ele viveu durante a transição do período helênico para o período romano, tempo em que a liberdade política passava por um momento turbulento, resultando, posteriormente, em uma forma de governo na qual uma única entidade governa com poder absoluto. Na visão do pensador, o homem deveria ter um compromisso com a causa pública.

Durante a carreira política, o advogado passou por alguns cargos, começando pelo de questor, denominado aos que coletavam impostos e supervisionavam o tesouro e a contabilidade do Estado. Passou pelo cargo de adile, responsável pela inspeção de bens e serviços públicos em Roma, e tornando-se em 63 a.C., enfim, cônsul da república romana. O poder da oratória era uma de suas maiores habilidades, possibilitando assim, sua enorme influência para os romanos.

Cícero mantinha uma opinião contrária com relação à situação do modelo romano de guerra, em que prevaleciam atitudes tirânicas

de cunho cruel e desumano, colocando-se a favor dos modelos republicanos. Assim, negou o convite de participar da formação do que mais tarde seria conhecido como primeiro Triunvirato, acordo político envolvendo três generais de destaque no exército romano e muito benquistas pela população: Crasso, Pompeu e Júlio César.

Defensor dos direitos universais, da mesma maneira que não incentivava as atitudes de César, o qual fazia severas ameaças contra a liberdade, se sente obrigado a enfrentar a postura semelhante de Marco Antônio. O novo líder romano forma um segundo Triunvirato constituído por ele, Otaviano e Lepidus. Tal tentativa de Cícero de fazer prevalecer a autonomia do povo romano, se torna falha resultando em sua morte em 43 a.C.. O povo em questão, pessoas que poderiam ter participação política, seriam os cidadãos romanos livres, homens nascidos em território romano. Desta forma, conseguiram ser eleitos e ter participação ativa nas tomadas de decisões.

Por fim, Cícero coloca a honestidade como a base da ética humana. Junto ao senso de justiça, o indivíduo necessita usar de sua sabedoria para um melhor controle de seus instintos. A sociabilidade, para ele, faria com que o homem tivesse um olhar voltado para a causa pública e assim, teria uma visão coletiva sobre as políticas públicas. Mas, é fato que pensar sobre essas pautas demanda um nível de escolaridade e intelectualidade avançado, pois seria necessário ter um entendimento sobre os direitos civis da grande Roma. Somente homens livres, escolarizados e com alto poder aquisitivo, bem como a elite romana, eram convidados a expor suas visões e, desta forma, poderiam dedicar-se a refletir sobre essas temáticas.

Como uma de suas principais heranças para humanidade, Cícero contribui para o desenvolvimento da teoria do Direito Romano, que se trata de um conjunto de princípios, leis - que em seu entendimento resultariam em liberdade se estivessem em harmonia -

e preceitos utilizados na antiguidade pela sociedade de Roma e seus domínios.

3. SISTEMAS DE GOVERNO E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL

3.1. A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

O aprendizado e a leitura crítica acerca dos moldes políticos e sociais da antiguidade nos permitem compreender melhor suas influências na atualidade, bem como seus efeitos ao longo da história. Além disso, a história serve também para basear discursos políticos; no artigo publicado por Silva (2007) intitulado: “O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antiguidade” o autor investiga e evidencia como o mundo antigo é utilizado para legitimar determinado ideário político na atualidade.

Portanto, é importante compreendermos quem esteve no poder ao longo da história, e estarmos cientes de quais parcelas da população encontram-se em posições de poder e como o povo foi representado dentro dessas esferas. Pois é retendo esse conhecimento que, através de uma leitura madura pelo senso crítico, evitamos ser manipulados ou influenciados por interpretações alheias a fatos.

Nas primeiras civilizações, os povos da Mesopotâmia e Egito baseavam sua política em justificativas teocráticas de poder. No Egito, por exemplo, o Faraó era como um enviado dos deuses, quando não a própria reencarnação divina, o que era usado como poderosa justificativa de legitimação do seu poder. Na Mesopotâmia eram os sacerdotes religiosos que se infiltravam na política. Portanto a sociedade adquiria relações de poder hierarquicamente organizadas, de modo que apenas um seletivo grupo de indivíduos possuía atuação na política formando uma aristocracia próxima aos reis e faraós.

Portanto a representatividade política, na verdade, atendia a interesses de grupos muito pequenos quando comparados ao todo populacional, ou seja, elitista.

Novos moldes aparecem na antiguidade clássica representadas por duas grandes *pólis* gregas: Atenas e Esparta. Sendo a primeira uma democracia em que todos os cidadãos teriam direito à participação política; já Esparta era pautada por um sistema militar e oligárquico, conferindo um governo de poucos.

Na *pólis* Ateniense, apesar de um sistema que se diz democrata, este ainda era muito diferente do que experenciamos hoje, já que poucos eram aqueles que viriam a ter alguma voz. Para ser considerado cidadão o indivíduo deveria ser homem, livre, com pais nascidos na cidade e não estrangeiro. Outrossim, é notável que a parcela da população que de fato era representada por esse sistema é notoriamente excludente. Percebemos então como apesar de seguir moldes democráticos, a representatividade social e as esferas de poder da época eram concentradas em pequenos e seletos grupos de pessoas (os cidadãos).

Trazendo a discussão para o Brasil atual, vivemos sob um sistema de estado dividido em três poderes, o legislativo, executivo e judiciário dentro das esferas federal, estadual e municipal. Uma democracia representativa que, em tese, representa todo o povo e leva em consideração suas necessidades supridas por esse sistema. Mas este não é o caso de alguns outros sistemas políticos e de governo em que nem todos são ouvidos ou representados pela política da sua respectiva época.

Portanto, ao longo do tempo, é perceptível a evolução da representatividade política e do acesso à justiça social, no que tange a conquista de privilégios de cidadania, ideia hoje reconhecida como direitos humanos. Porém, isso não significa que grupos elitistas no

poder perderam força, pelo contrário, grupos sociais extremamente seletos, até hoje, ainda detém o poder perante a sociedade em diversos aspectos e esferas.

3.2. REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NA IDADE MÉDIA

Após a queda do Império Romano do Ocidente, o período da Idade Média finalmente surge, o qual certamente reorientou e modificou a estrutura política calcada em privilégios instaurada anteriormente. Os senhores feudais, o aristocrata medieval, regulamentavam os feudos e exploravam uma mão de obra servil, ou seja, dominavam a estrutura econômica. O feudalismo era um dos principais aspectos da Idade Média e perdurou por todo o período medieval. Neste sistema, as terras eram cedidas de um suserano para o seu vassalo com garantia de receber fidelidade e contribuição militar, portanto, era inconfundível quem coordenava e quem era coordenado; quem mandava e quem era mandado àquele serviço.

A política durante a Idade Média era extremamente conectada ao conceito de religião, ou seja, quem ditava as regras era a Igreja. O cristianismo, tendo em vista o seu processo gradual de expansão pela Europa, forma-se em pequenas comunidades que foram inicialmente perseguidas e, posteriormente, com o Imperador Teodósio e o Édito de Tessalônica, passa a ser a religião oficial do Império Romano no século IV.

Apesar da forte ligação da política com a religiosidade, esta relação ocorreu de maneira conflituosa e, ao mesmo tempo, estratégica em todos os momentos da História. Na Idade Média, o modelo feudal limitava a participação política de grande parte da sociedade, restringindo o poder a um grupo privilegiado, especialmente na atuação política, principalmente pelo fato de os feudos definirem o papel do indivíduo na sociedade. O poder no feudalismo era

administrado pela Igreja Católica e pelos senhores feudais, sendo seus respectivos direitos incontestáveis. Assim, as palavras da instituição teriam de ser incontestáveis pelo povo. Em alguns momentos, o poder da Igreja se sobreponha aos governantes, pois o poder espiritual era muito mais influente dentro da política do que o poder do Estado, isto é, a religião interferia nas decisões do mesmo jeito que, na verdade, o Estado deveria interferir.

A sociedade, portanto, não funcionava de maneira igualitária – e ainda não funciona – cabendo às elites o papel de limitadora da participação política e de determinar quem era “virtuoso” ou não para ter oportunidades realmente dignas de conhecimento, por exemplo. À vista disto, a Igreja encaminhava as pessoas para a religião através da educação alinhada aos pensamentos cristãos e da persuasão, mas é importante entender que a ideia de educação era restrita a poucas pessoas, assim como basicamente tudo. Até o século XIII, por exemplo, a Bíblia era somente de domínio dos padres, já que nunca havia sido traduzida para outras línguas e somente com Martinho Lutero a primeira tradução foi elaborada, fator que reforça o desequilíbrio entre as classes e a autoridade da burguesia, destacando ainda mais o elitismo preexistente.

A função do Estado no período antigo era um governo que, na teoria, atenderia a todos, mas na Idade Média nem a teoria seguia um padrão moral. Neste formato, era admissível a existência do papel de intimidação por parte do Estado para que todos agissem corretamente e conforme era idealizado. Sendo assim, a partir do julgamento da Igreja, o ser humano está sujeito ao pecado e descontrole das paixões, por isso o Estado tinha o dever de intimidar e, quando necessário, fazer uso de repressão violenta para que estes desvios jamais ocorressem novamente. Então, é nítida a união entre as duas autoridades desde o surgimento do Estado a partir da aliança entre o poder político e

religioso, a qual trouxe os símbolos de espada e cruz, representando uma ordem bicéfala: governo baseado na crença e na força.

Ao decorrer dos séculos, os temas que abrangiam populações à margem da sociedade começaram a ganhar reconhecimento, como foi o caso das mulheres.

A participação feminina na política durante a História nunca foi algo de grande destaque, já que elas nem sequer podiam realmente colaborar nesta área que era tão direcionada aos homens. Porém, também não eram todos os homens que recebiam o privilégio de fazer parte do governo e influenciar nas questões que o abarcava. No caso, o rei era intocável e considerado basicamente divino e, então, alimentava uma relação fiel apenas com a nobreza para obter controle sobre esta classe que, de fato, iria proporcionar um aumento relevante de seu poder.

Segundo o historiador George Duby, especialista no período medieval, afirma que aquele contexto histórico é, na verdade, a “idade dos homens”, uma vez que a maioria dos documentos oficiais e dos registros escritos, os quais os estudiosos usam como fontes, estão carregados do olhar predominantemente masculino. O homem, portanto, é descrito como um ser superior que administra todos esses séculos. É interessante reforçar que, além deles se auto caracterizarem desta maneira, as mulheres também eram pintadas a partir do ponto de vista patriarcal, ou seja, os homens infelizmente serviram de base de poder político e de reconhecimento como ser no mundo.

A partir da dominação originalmente masculina, dentro da religião não era diferente. Neste cenário, é observada uma dualidade da mulher: Eva e Maria. A primeira figura é considerada um mau exemplo de feminilidade, logo, uma pecadora. Por outro lado, a segunda figura representa o maior e melhor exemplo feminino e deveria ser seguido por todas as outras mulheres, considerando as

características fundamentais daquele grande símbolo: a castidade e a submissão.

Na Idade Antiga, a existência política da mulher era nula e inexistente. Contudo, o jurista da Idade Média Robert Villers traz as adversidades entre os dois períodos e descreve:

Em Roma, a mulher, sem exagero ou paradoxo, não era sujeito de direito. Sua condição pessoal, as relações da mulher com seus pais ou com seu marido são da competência da "domus" da qual o pai, o sogro ou o marido são os chefes todos-poderosos. A mulher é unicamente um objeto. A mulher não pertence a ela mesma, mas ao pai, esposo ou qualquer outro parente homem mais próximo (VILLERS apud GONÇALVES, 2011, p.5).

A Idade Média reforça a visão patriarcal, presente de modo original na Antiguidade Clássica. Instrumentaliza-a pela via religiosa e potencializa-a através do controle dos corpos, especialmente o feminino, de modo a determinar seu grau ou limites de pureza, inocência e submissão. Em outras palavras, reforçar o dever de procriar e obedecer cegamente. Ser mulher na sociedade medieval é assujeitar-se antes de qualquer coisa, é buscar o ideal em dobro para, com alguma sorte, aproximar-se de uma vaga ideia de divindade. No entanto, é gritante a força com que a luta feminina por espaço na sociedade emerge desde então, especialmente a partir do século XX - fase de inúmeras conquistas. Hoje é visível, os progressos sociais alcançados pelas mulheres; cidadania almejada e conquistada por meio de novas legislações, surgidas em um contexto de absorção da mão de obra feminina durante as Revoluções Industriais e que condizem com a condição de cidadã consumidora e produtora que ela representa atualmente.

3.3. A BIOPOLÍTICA E A VISIBILIDADE DO PODER

Michel Foucault foi filósofo, professor e escritor francês que revolucionou as estruturas filosóficas do século XX. Por muito tempo, manteve o foco de suas pesquisas nas formas de subjetivação e poder, fazendo análises mediante o método genealógico. Inicialmente, o francês realiza uma distinção entre dois termos: Biopolítica e Biopoder. O primeiro conceito diz respeito à regulamentação da vida e exerce um papel excludente. Já, “Biopoder”, pode ser definido como o impacto do poder político – que não está totalmente concentrado nas mãos do governo - sobre a vida.

O filósofo fará uma diferenciação entre dois momentos: pré-capitalista e pós-capitalista. Ele afirma que até o século XVIII o poder monárquico, macrofísico, passava por uma lógica do “fazer morrer ou deixar viver”, sendo o monarca a figura que mais tinha poder para interferir na vida dos súditos. Com a chegada do capitalismo industrial, no século XIX, Foucault entende que o poder, que nesse período é denominado de microfísico, pode ser explicado pelo pensamento do “fazer viver ou deixar morrer”, assim, o “viver” significa seguir certas políticas que irão promover a vida, já que é preciso a existência humana para a mão de obra no ambiente de trabalho, bem como o termo “corpos dóceis”, criado por Foucault para representar àqueles que, através da disciplina e do controle, são moldados para a atividade laboral.

Entre seus estudos e pesquisas, o francês afirmou que se pode aplicar o poder por meio da disciplina, exercida sobre os corpos para que assim possam se tornar uma população apta para que haja uma adequação à engrenagem do sistema - normas da sociedade. Tal pensamento reforça a importância das instituições disciplinares, chamadas pelo filósofo de “confinamento”, que seriam, inicialmente, as escolas caracterizadas pelo ambiente tradicional composto por

regras e normas. Ele acredita que a instituição não existe somente para alcançar o aprendizado, e sim, para entender como se portar em meio à comunidade que, posteriormente, servirá de ensinamento para o trabalho.

Como um exemplo de instituição disciplinar, pode-se destacar o termo “Panóptico”, que seria o lugar em que recebe parte das pessoas que não se adequam ao sistema, um presídio.

Nessa realidade, o preso é totalmente vigiado pelos oficiais que ficam em uma espécie de torre central que, atualmente, pode ser comparada a uma câmera de segurança 24 horas, já que procuram prevenir as ações antes que elas aconteçam.

Um segundo autor importante para a consolidação da Biopolítica foi o filósofo contemporâneo Giorgio Agamben que fez uma retomada dos estudos filosóficos de Hannah Arendt, autora do livro “As origens do totalitarismo”, obra resultado de uma extensa pesquisa sobre as origens e o surgimento desta forma de governo. Agamben irá desenvolver o conceito de “Homo Sacer”, que pode ser definido como um ser que já está condenado pelos deuses, um ser sem importância, logo, nem o poder público se encarregará de tentar mudar seu destino. Um exemplo de “Vida nua”, termo que o próprio filósofo usa, são os judeus durante a dominação nazista. Eles resultariam em seres sem poder político para o governo, assim, seriam apenas corpos sem voz para opinar ao decorrer desse período tenebroso para a história da humanidade. (AGAMBEN apud FAVARETTO, 2016).

Diante desse cenário, é preciso destacar o impacto de personalidades históricas que foram de encontro ao termo “Vida nua”, e utilizaram da persuasão, autoridade e os meios de comunicação para passar seus ideais e doutrinas para o povo. Em um contexto de Segunda Guerra Mundial, o regime nazista utilizou propagandas para causar a impressão de que os judeus, além de serem considerados

uma raça inferior, eram, também, um perigo para a sociedade; inimigos do Reich alemão.

4. POLÍTICA COMO FENÔMENO DE MASSAS

O movimento populista ocorrido na primeira metade do século XX na América Latina contou com a prosperidade e ascensão – tanto na economia quanto na política – de Estados de baixo desenvolvimento econômico e social. Impulsionado pela crise de 1929 dos Estados Unidos, o populismo teve como marca o uso indiscriminado da indústria cultural para fins políticos, em meio ao caos gerado por um capitalismo em crise de identidade e de um Estado liberal à beira do descrédito. O caráter autoritário (mesmo que camuflado) dessa prática política torna complexa sua análise, uma vez que, por um lado há o amplo amparo às camadas populares – concedendo direitos sociais e proporcionando reformas trabalhistas –, enquanto por outro coexiste nesse cenário o alto uso de mecanismos coercitivos.

No segmento de características marcantes, o populismo explora intensamente os meios de comunicação como ferramenta para a aproximação entre líder e massa. Nesse sentido, é extremamente comum o aparecimento de propagandas ligadas à política a partir da utilização desmedida de rádio, jornal e cinema, visando uma linguagem que atraia o povo. Esse traço também é atribuído ao líder carismático (principal figura do populismo), o qual se destaca pelo notório poder de influenciar seus seguidores – disseminando a crença dogmática no lugar de outras ideologias.

A liderança carismática se concretiza através da devoção afetiva que o liderado tem pelo líder. Com isso, justifica-se a alcunha de “crença dogmática” quando retratado esse tipo de autoridade, já que ela se sobrepõe ao raciocínio lógico e consciente, persuadindo pelo sentimento do heroico e/ou profeta e corroborando o desenvolvimento

de uma espécie de demagogia na sociedade. Para Max Weber, a liderança carismática é instável, tendo em vista que não existe nada que assegure que a idolatria pelo governante dure para sempre. Na teoria weberiana, é alegado, ainda, que, na seara carismática, a vinculação entre líder e seguidores tende a se transformar em sua base, concebendo uma mentalidade tradicionalista ou racional (ou ambas), suscitando na “rotinização do carisma” (NIJDAM, 2021).

O poder do carisma, [...] fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascensão, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo. Esta fé revoluciona os homens “de dentro para fora” e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário (WEBER apud NIJDAM, 2021, p. 80).

Sob essa ótica, ressalta-se, ainda, a influência da dominação carismática em importantes momentos históricos. A Alemanha Nazista foi uma das principais adeptas do uso dos mecanismos de comunicação para a arte de induzir o povo. Adolf Hitler e o Partido Nazista desenvolveram um sistema de publicidade, no qual através de propagandas psicológicas, a população interpretava os judeus como a causa dos males na Alemanha, declarando que estes e outras minorias eram a fonte dos sufocos econômicos da época. Unido a essa estratégia, o cinema nazista também era um veículo importante para criar um pensamento coletivo e ganhar a confiança e simpatia da massa. O ativismo de Hitler e Goebbels – Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista – foi crucial para a propagação ideológica Nazista, conquistando gradualmente parcelas da população com suas produções cinematográficas, rádio e imprensa.

O discurso hitlerista alcançou não só o proletariado – uma vez que o líder se encontrava inserido no Partido dos Trabalhadores –, mas também convenceu os industriais que fugiam do perigo comunista (MAROSIN, 2010). Isto é, Hitler conseguiu disseminar sua ideologia entre todas as camadas da sociedade. "A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da grande massa. Ela encontra, por forma psologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo" (HITLER, 1925, s/p).

Análogo a análise histórica, vale a compreensão de como a indústria cultural opera nas massas a partir dos meios de comunicação. O conceito de Theodor Adorno e Max Horkheimer diz respeito à ideologia da produção em massa, antes vista nas fábricas e posteriormente habituada ao ramo artístico. Segundo os filósofos, a função da indústria cultural é o lucro e a conservação da ideologia da classe dominante, a burguesia. Ou seja, a cultura se configura como um meio de distração para a população, a qual precisa ser mantida sob a ideologia dominante. Assim, tal pensamento se sobrepõe na maneira como os artistas produzem e como o público consome a cultura, acarretando numa padronização.

A maneira como a Indústria Cultural conduz seu conteúdo interfere em diversas esferas sociais. Com uma mensagem persuasiva, o capitalismo – o agente por trás das produções – transmite mensagens que vão de acordo com seus próprios interesses. Em qualquer tipo de produção artística é perceptível a ocorrência desse fenômeno, desde uma produção de entretenimento até um texto de caráter jornalístico e “imparcial”.

Nessa lógica capitalista e industrial, pode-se interpretar a indústria cultural como uma continuação e ampliação do mundo do trabalho. Na crítica marxiana, é discutida a maneira como a classe

dominante invalida e culpa o trabalhador pela condição de pobreza e exploração que ele se encontra. Além disso, há, nessa sociedade capitalista dominada pela burguesia, condições exaustivas de trabalho, que exploram e desgastam o indivíduo. E no contexto de cansaço, o sujeito busca por relaxamento e diversão no seu tempo vago, procurando descansar e afastar a mente do trabalho. A problemática se dá quando os meios de diversão são ofertados pela mesma burguesia que o explora. Ou seja, o trabalhador é alienado e explorado no trabalho e no seu "tempo livre" é alienado pela mídia liderada pela classe dominante.

Esse paradoxo de alienação na vida profissional e pessoal estabelece uma transmissão da lógica burguesa, corroborando para que o indivíduo não exerça o pensamento crítico da sociedade que o explora.

A partir disso, o consumo desses produtos culturais contribui para que os trabalhadores não reflitam sobre a própria condição, aceitando de maneira passiva a realidade que se encontram e a se contentar com o sistema.

5. REPENSANDO A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NO BRASIL

Quando o termo "elitismo" é utilizado, é pressuposto que existe uma divisão social que é estruturada entre uma elite e uma não elite e, para alguns autores, todas as sociedades se movimentam desta maneira, principalmente após a instalação do capitalismo no globo. Por mais que a elite seja um grupo de bastante influência com interesses pontuais e homogêneos, ela é uma minoria que age sob a maioria. Desta forma, esta parcela social consegue se organizar muito

facilmente e estruturar o domínio sob o restante da população, o que gera problemas como a gritante desigualdade na nação.

O debate sobre a participação popular na política brasileira se demonstra consensual na literatura acadêmica. Na visão dos estudiosos, o termo independe de posicionamento partidário ou ideologias de acordo com o espectro político, ou seja, trata-se de uma concepção que se relaciona com a massa popular – mesmo que ainda possa ser abrangido para camadas mais altas, como a elite. Entende-se como o envolvimento da população (sobretudo proletariado) na política propriamente dita, em que há a presença do exercício consciente da cidadania. Nesse sentido, deve-se analisar de forma crítica o processo de urbanização e gentrificação existente no Brasil do século XX, para a melhor compreensão da influência dos espaços urbanos no processo de exercício da cidadania.

Com a forte onda de populismo na América Latina, houve a forte presença de tendências características desse movimento no território brasileiro.

O principal agente dessa ordem foi Getúlio Vargas, grande figura remetida ao populismo brasileiro. A Era Vargas foi responsável por um amplo nacionalismo econômico, bem como à grande modernização do país. Também contou com o caráter ambíguo populista, uma vez que, mesmo sendo um líder carismático – criando legislações trabalhistas (CLT) e atuando ativamente na questão operária –, carregava um discurso autoritário e anticomunista (assim como fez Hitler).

A partir de o Estado ser o grande mediador entre capital e trabalho, a política de Getúlio manteve sua postura quanto à industrialização no país. No entanto, esse processo ocorreu de maneira extremamente centralizada e contra o tempo, concentrando suas

políticas urbanísticas naquelas áreas de maior desenvolvimento econômico.

Esse evento proporcionou a atração de diversos trabalhadores do Brasil inteiro, reproduzindo o êxodo rural para metrópoles famosas hodiernamente. Apesar do disfarce de boa ação, essa acentuada lotação populacional ocasionou na favelização, processo que afastou a classe mais pobre – proletariado – das cidades, organizando-os em assentamentos urbanos densamente povoados na periferia.

A favelização no Brasil é característica de um elitismo enraizado no território. Isso porque trata-se de uma burguesia que tem acesso a um estudo de qualidade e desfruta de vastos privilégios com a prerrogativa de (de fato) participar ativamente da política – inclusive compondo sua estrutura.

Para Diogo Neto (1992), a política se torna inacessível para as camadas populares por três níveis de dificuldade de participação:

- a) apatia política: falta de incentivo à cidadania
- b) abulia política: recusa à participação cidadã
- c) acracia política: coibição à participação cidadã

A abulia política pode ser relacionada com o sentimento de alienação ao cenário em volta, bem como com o ceticismo quanto à manifestação do cidadão efetivamente ser levada em consideração pela administração pública (MODESTO, 2005). Enquanto a apatia e acracia são diretamente ligadas com a operação do elitismo. A primeira se refere ao elitismo na educação brasileira enquanto a última diz respeito aos direitos previstos na Constituição.

A discussão sobre a precária educação é recorrente na academia brasileira, apesar de pouco se tratar desses três conceitos supracitados. Assim como a industrialização, Getúlio Vargas tornou o ensino algo de caráter nacional. Porém, paralelo ao processo de urbanização, a implementação e consolidação da educação no século

XX se intensificou nos centros de maior desenvolvimento, corroborando na defasagem que hoje se vivencia. Aqueles que antes já não tinham educação, ficaram completamente sem oportunidade com a concentração de serviços nessa área.

A falta de interesse na política (apatia) é resultado de um complexo sistema político desenvolvido estrategicamente. A estrutura política é complicada desde sua genealogia. Isso ocorre por inúmeros possíveis fatores, como a grande quantidade de cargos existentes no Estado brasileiro, os numerosos esquemas de corrupção que vão à mídia e raramente são explicados com transparência, a linguagem rebuscada que torna a compressão da área muito difícil etc. Para Sérgio Buarque de Holanda, no livro “Raízes do Brasil”, a contribuição brasileira para a civilização é a cordialidade.

O autor analisa em sua obra o conceito do “homem cordial”, figura brasileira que usa de sua bondade e estado emocional frente à razão.

O sociólogo trabalha essa tese ao falar do mundo político, alegando que o Estado sofre os impactos dessa cordialidade no que tange o fenômeno do patrimonialismo – quando não é realizada a distinção entre patrimônio público e privado. Dessa forma, até mesmo a impessoalidade que o sistema capitalista requer não é efetivada no Brasil, uma vez que o cidadão cordial tende a criar intimidade com a vizinhança a fim de estabelecer qualquer tipo de relação.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma graduação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição (HOLANDA, 1995, p. 141).

Para além desse segmento, ainda há o obstáculo da linguagem no campo político enquanto obstáculo para sua clara compreensão. Desde sua atividade primitiva, o homem necessita da linguagem para o entendimento de uma mensagem. No entanto, dentro da política brasileira, é caoticamente comum a utilização de uma linguagem rebuscada, tornando árduo o conhecimento da área.

A presença dos diversos cargos políticos com inúmeras funções e relações entre si é difícil de ser entendida a partir do momento que raramente se é ensinado sobre essa base no currículo escolar – principal meio de conhecimento das camadas populares. Ainda nesse contexto, nada é dito através dos meios de comunicação. Isso porque não é de interesse da burguesia - classe que domina esses mecanismos - na participação popular na política do país, disseminando uma ideologia que vai de acordo com seus próprios interesses, ou seja, elitista. A falta de cultura e o vocabulário emaranhado contribuem para um processo exaustivo na tentativa de entender como funciona a sociedade. Por isso é muito mais fácil não tomar conhecimentos muito profundos sobre o assunto. Deste jeito, quem está no poder permanece no poder, sem que haja a consciência coletiva da situação segregacionista causada pela classe dominante.

Nesse contexto, quem exerce o poder é quem conquista um determinado conjunto de atributos necessários para exercer o poder, o que é variável, pois depende do tempo, da sociedade, da cultura etc. Todavia, é crucial salientar que qualquer mudança dentro do poder se dá no interior da própria elite ou pela ascensão de outro grupo elitista que surja para administrar.

Visto que a organização social é desigual, é perceptível que a plena vivência democrática é impossível. Os interesses da elite sempre prevaleceram em relação aos interesses do povo porque, apesar de ser a minoria, o sistema capitalista facilita a jornada deste grupo

privilegiado. Assim, a elite utiliza a democracia para se manter no poder, impedindo que a democracia se desenvolva integralmente. Contudo, não é somente a democracia que sofre com o elitismo, pois a elite intelectual existente atrasa o conhecimento da população e estimula a alienação em massa, a qual gera o distanciamento do povo na representação política e da noção dos seus direitos.

O poder deve ser descentralizado e baseado na tomada de decisões. Assim, o pluralismo de Robert Dahl aparece para o entendimento real das pessoas que vivem naquela sociedade. Para os pluralistas, ainda que exista uma minoria que concentra a tomada de decisões, é possível uma participação popular com o uso da ideia de que pequenos grupos podem interferir em ações locais, visando o aprimoramento do todo que compõe a sociedade, defende Dahl:

A hipótese da existência de uma elite dirigente pode ser estritamente testada somente se: 1) A elite dirigente hipotética é um grupo bem definido. 2) Há uma quantidade razoável de casos envolvendo decisões políticas fundamentais nos quais as preferências da elite dirigente hipotética se chocam com as preferências de qualquer outro grupo provável que possa ser sugerido. 3) Em tais casos, as preferências da elite regularmente prevalecem (DAHL apud OLIVEIRA, 2019, p.559).

Assim, o movimento Contracultura aparece na década de setenta no Brasil como uma rejeição da juventude aos padrões culturais dominantes da época, ou seja, em contraposição aos valores elitistas. Dentre as maiores manifestações brasileiras nesse período foram: os festivais de Rock, Tropicália, os hippies e o Cinema Novo. No geral, todos os protestos expressavam a insatisfação com aquele cenário de desigualdade no Brasil - tema que ainda aparece presente na nação no terceiro milênio.

Há muitos anos a História é unicamente falada por homens considerados cidadãos puros, os quais privavam o mundo das vivências, experiências e vidas femininas que tanto acrescentaram para a realidade brasileira que é vivida hoje.

As maneiras de silenciamento destas figuras em um panorama não-democrático continuam sendo desesperadoras, pois o nosso país ainda está colhendo os frutos das escolhas feitas no passado e da repressão constante de vozes que precisavam falar.

Posto isso, além de as mulheres estarem regularmente arriscando-se a conquistar posições e cargos políticos, sociais e econômicos, a educação não abrange todas as lacunas que já deveriam estar preenchidas para que elas conseguissem alcançar seus objetivos com mais confiança e serenidade.

Deste modo, a educação continua sendo priorizada apenas nas instituições privadas, o que torna o ambiente de aprendizado extremamente fechado e, muitas vezes, inviável para a maior porção dos brasileiros, o que exclui ainda mais as mulheres que desejam fazer parte da luta a ocupar seu espaço que ainda é liderado pelos homens que governam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as diferentes formas de governo defendidas por cada teórico, é perceptível que o conceito de elite, segundo os próprios elitistas, é compreendido como uma seleção dos indivíduos mais capazes de governar, os melhores, os superiores, os que nasceram para controlar os demais. Assim, o termo também se aplica a um grupo de pessoas que assume uma posição no governo simplesmente pela hereditariedade ou por uma boa condição financeira já proporcionada no momento do nascimento.

Dessa maneira, a democracia surgiu sob a imagem de igualdade e liberdade, ou seja, um governo onde as decisões são feitas pela participação, à princípio, da maioria da população. Porém, os vestígios do passado perseguem os tempos atuais, sendo múltiplas as barreiras impostas por questões associadas ao gênero, sexualidade e raça, por exemplo, para suas vozes serem finalmente ouvidas e suas ideias acatadas e, de uma vez por todas, respeitadas.

É analisado, nesse sentido, como a classe dominante realmente domina as camadas sociais mais baixas de modo velado, disseminando suas ideologias através de mensagens corriqueiras. É preciso entender que, os meios de comunicação (liderados pelo capitalismo), enquanto principais fontes de informação, aproveitam do enorme alcance para perpetuar o cenário de inconsciência coletiva atual. Com isso, justifica-se a falta da participação da massa, uma vez que não existe, nesse panorama, um pensamento crítico necessário para identificar a situação exploratória (em diversos ângulos) que é imposta pela classe dominante.

Por fim, faz-se essencial que ao nos depararmos com sistemas de governo tão diversos e que foram importantes para a construção do que atualmente chamamos de democracia, possamos refletir sobre qual futuro político queremos.

Para a conservação de um cenário democrático, deve-se, primeiramente, garantir a todas as pessoas, sem qualquer distinção, o direito a uma educação pública de qualidade e que, a partir da criação de um pensamento crítico, elas possam analisar com propriedade as propostas dos candidatos aos espaços de poder. Com isso, se dá voz àqueles que nunca puderam participar ativamente das decisões políticas, já que essa participação sempre foi destinada a parcela rica e elitizada da população.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

APOLÔNIA, Maria da Ascenção Ferreira. **A dignidade e a valorização da mulher.** Disponível em: <http://ditizio.adv.br/txt/cvm.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ARISTÓTELES. **Política.** São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil.** História em Revista 10, 2004. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/jspui/bitstream/123456789/553/1/As%20mulheres%20e%20a%20ditadura%20militar%20no%20Brasil%20-%20Ana%20Maria%20Colling%2c%202004%20.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DANNER, Fernando. **O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault.** 2010. Revista Estudos Filosóficos. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DE PAULA, Henrique Gonçalves. **Sobre a caracterização do bem no livro VI da República e a superioridade moral e política do filósofo rei.** Trabalho de Mestrado - USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4310>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FAVARETTO, Caio Mendonça Ribeiro. **Do Governo dos Vivos: Giorgio Agamben, Biopolítica e Estado de Exceção.** 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/85083541/Do_governo_dos_vivos_Giorgio_o_Agamben_biopol%C3%ADtica_e_Estado_de_exce%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 jul. 2022.

GODOY, William. **O rei-filósofo de Platão.** 2021. Filosofia na escola. Disponível em: <https://filosofianaescola.com/politica/o-rei-filosofo-de-platao/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GONÇALVES, Meire Lisboa Santos. **A mulher Ofélia – um contraste entre o natural e o social.** 2011. Disponível em:

<https://ufsjiang.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Meire_Lisboa.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. 1925. Disponível em: <https://archive.org/stream/meinkampf_minha_luta/por_djvu.txt>. Acesso em: 21 ago. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAROSIN, Jônatas. **A influência da Propaganda Nazista no Marketing Político atual**. 2010. UFRGS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25561/000754312.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MELO, Ressyleny. **Em busca da idade média**. 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/35313077/Em_busca_da_Idade_M%C3%A9dia>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MODESTO, Paulo. **Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização**. 2005. Revista Eletrônica de Direito do Estado. Salvador, Bahia. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4447975/mod_resource/content/1/1.%20DIREITO.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

NETO, Diogo. **Direito da Participação Política**. Rio de Janeiro: Renovar. 1992.

NIJDAM, Ebe Pimentel Gomes Luz. PINTO, Francisco Roberto. SANTOS, Solange Maria da Conceição. **Dominação carismática em Max Weber: Bolsonaro na ótica weberiana**. 2021. Revista Debates Insubmissos. Caruaru, Pernambuco. Disponível em: <<file:///C:/Users/simon/Downloads/249813-197370-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PAVIANI, Jayme. **Platão & a República**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PEDROSO, Rodrigo Rodrigues. **A divisão dos regimes políticos em Aristóteles**. Programa de Pós-graduação em Filosofia - Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-11042016->

123603/publico/2015_RodrigoRodriguesPedroso_VOrig.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. Teoria democrática contemporânea: As contribuições de Robert Dahl. UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64792/37719>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PLATÃO. A República. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

RASOTO, Tálita Jacy. Getúlio Vargas e o Populismo. Universidade Federal do Paraná Especialização em Sociologia Política, Cutiriba, 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38873/R%20-%20E%202020TALITA%20JACY%20RASOTO.pdf?sequence=1&isAllowed=true>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ROCHA, Acílio Estanqueiro. Filosofia e Republicanismo em Cícero. Universidade do Minho, Portugal, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/simon/Downloads/C%C3%ADcero.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2022.

SALLES, Rubens. Democracia e elitismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18766/1/RubensC%C3%A1sarGuimar%C3%A3esSalles_Dissert.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANT'ANNA, Luiz Alberto. Georges Duby e a construção do saber histórico. Universidade Federal de Pernambuco, 2001. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040506103236.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SCHMÖKEL, MIRANDA, COLVERO. Elitismo e democracia: uma exposição teórica. III Seminário internacional de Ciências Sociais. 2014. Disponível em: <<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Elitismo-e-democracia1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, Glaydson. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas as extremas direitas na frança nas décadas de 1980 e 1990. 2007. Disponível em:

<https://www.academia.edu/8408263/O_mundo_antigo_visto_por_lentes_contempor%C3%A2neas_as_extremas_direitas_na_fran%C3%A7a_nas_d%C3%A9cadas_de_1980_e_1990_2007_>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SILVA, Marcelo Cândido da. **A idade média e a nova história política.** 2013. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/478>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges. **Ciência Política, a teoria elitista e a democracia não-ideal.** 2019. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/1/20194_01_0547_0576.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

VALLA, Vincent Victor. **Sobre participação popular uma questão de perspectiva.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/YcmBR9tNZcjkmhGXx7L7YXc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ZANELATTO, J. H. **Cultura política e política de massas: aproximações entre integralismo e neointegralismo.** 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15175/1984-2503-202113302>>. Acesso em: 23 ago. 2022.